



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 712 - DE 7 A 20 DE ABRIL DE 2024 - R\$ 5,00

75 ANOS DA OTAN

**Um poderoso perigo para a
humanidade**

**Seis meses de genocídio
na Faixa de Gaza**

Abaixo o Estado sionista de Israel!

Por uma República Socialista na Palestina!

**Governo Lula se sujeita ao cerco
da oposição pró-imperialista**

**Organizar a Oposição Revolucionária sob o
programa próprio da classe operária**

**72 anos da Revolução
Boliviana de 1952**



**O POR se ergueu como
partido-programa**



75° Aniversário da OTAN

Um poderoso perigo para a humanidade

Em Bruxelas, realizou-se a comemoração. Pela primeira vez, o Tratado de Washington, assinado em 3 de abril de 1949, por 12 países, saiu dos Estados Unidos, transladado por um forte esquema de segurança. A forma monumental da festividade, coroada por um bolo de chocolate belga, oculta as tendências de desintegração do capitalismo e o impulso à escalada militar. Seus organizadores compareceram como anjos protetores da paz, quando preparam a OTAN para choques mais amplos e profundos que os manifestados nas guerras da Ucrânia, que já adentrou no terceiro ano, e da Faixa de Gaza que completou seis meses.

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e da Guerra da Coreia em 1953, a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, é o acontecimento que mais expõe as profundas contradições do capitalismo da época imperialista. Os Estados Unidos e sua aliança europeia atribuem esse abalo à Rússia. A OTAN estaria tão-somente defendendo o direito à autodeterminação da Ucrânia.

Desde a crise de 2014, a oligarquia ucraniana vinha propondo o ingresso do país na União Europeia e se tornar membro da OTAN. A reação da Rússia diante dos desdobramentos da chamada “revolução laranja”, apoiada abertamente pelos Estados Unidos, e da manifestação de agrupamentos identificados com o nazifascismo foi a de ocupar militarmente a Crimeia, que havia sido concedida em 1954 a ainda República soviética ucraniana, e anexá-la. Eis um ponto alto da crise russo-ucraniana, sob a ofensiva da coligação imperialista e da OTAN.

O fracasso dos Acordos de Minsk, de setembro de 2014 e fevereiro de 2015, resultou da pressão dos Estados Unidos, que estavam decididos a apertar o cerco econômico-militar à Rússia. A invasão da Ucrânia pelas tropas russas em 24 de fevereiro de 2022 foi consequência desse processo de confronto entre os objetivos estratégicos dos Estados Unidos e os da Rússia, que se passou e se passa no território ucraniano.

É necessário ainda considerar a persistência do imperialismo norte-americano em anexar a Ucrânia institucionalmente à União Europeia, refletida nas Cúpulas da OTAN de Bruxelas (junho de 2021) e de Bucareste (novembro de 2021). A Carta de Parceria Estratégica Estados Unidos e Ucrânia, de novembro de 2021, procurou concretizar a decisão de Bucareste. O “convite” à Ucrânia, em 2008, na 20ª Cúpula da OTAN, de Bucareste, de ingressar na OTAN vem sendo alimentado por meio da expansão da aliança imperialista que recrudesce o cerco à Rússia.

Dos doze membros originais, a OTAN passou a ter 32, sendo, os dois últimos aderentes, a Finlândia e Suécia, ampliando assim sua com a fronteira com a Rússia para 1.300 km. O cerco à Rússia pela Europa e Ásia já é poderoso. A inclusão da Ucrânia daria um poder ainda maior ao imperialismo diante da Rússia restaurada, que persiste em manter a sua independência e controle de parte do território sobre o qual se edificou a URSS. O imperialismo necessita projetar a OTAN e falsificar a história.

A celebração do 75º aniversário desse braço armado dos Estados Unidos, do qual se servem as potências europeias como vassalas decadentes, ocorreu sob a impostura de que estaria “sob a sombra da ameaça russa”. A escalada bélica, que lembra a situação de pré-guerra mundial, vem sendo impulsionada pelas contradições estruturais do capitalismo da época imperialista e pelas necessidades da indústria militar que se acha ultrapassada nos Estados Unidos.

A realização de uma segunda comemoração à longevidade da OTAN, em Washington, em mais uma das Cúpulas, visa à propaganda eleitoral de Biden em sua disputa com Trump. Os europeus ten-

mem que a vitória do republicano poderá prejudicar o fortalecimento da OTAN, lembrando que Trump exigiu de seus membros que pagassem pela sustentação de sua “segurança”.

Com a guerra na Ucrânia, dizem que a OTAN não somente sobreviveu à “morte cerebral”, anunciada pelo presidente da França, Macron, como rejuvenesceu e engrandeceu. Está pronta para seguir as diretrizes dos Estados Unidos em todo o mundo, e, em particular, na Ásia Oriental, marcada pela guerra comercial do imperialismo contra a China.

A OTAN foi concebida nos marcos da “Guerra Fria”, que tinha por principal objetivo destruir a URSS e assim retroceder e barrar a luta mundial do proletariado. A URSS se desmoronou sob os golpes da restauração capitalista, e a “Guerra Fria” foi oficialmente encerrada. Mas, a OTAN permaneceu como instrumento do imperialismo para levar às últimas consequências o processo contrarrevolucionário. Passou a se justificar como meio armado para esmagar a Rússia e a China, dando continuidade à partilha do mundo que resultou da Primeira e da Segunda Guerra Mundial.

A Ucrânia veio a servir de bucha de canhão do imperialismo nas condições de restauração capitalista e de liquidação da URSS. A manutenção da hegemonia dos Estados Unidos depende da OTAN e do disciplinamento às demais potências, imposto após a Segunda Guerra.

Desde meados de 1970, o capitalismo adentrou a um processo de crises sucessivas, de altos e baixos, de guerras e intervenções, e de contrarreformas que destroem antigas conquistas dos explorados. Em 2023, os gastos militares foram de US\$ 2,2 trilhões. Os países da OTAN elevaram em média 8,5% os dispêndios militares. Isso se se desconsiderar os dos Estados Unidos que despenderam 3,8% do PIB, mas que detêm “40% do orçamento militar global”. A justificativa para tal dispêndio parasitário e destrutivo é que tamanho gasto se deve à “ameaça latente do expansionismo russo sobre o Leste Europeu”.

O problema central não está na Rússia, mas no domínio imperialista e na decomposição do capitalismo. O que se passa com a Rússia que recrudesce os laços da opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas é parte desse problema. Independentemente de se a política de Putin sairá vitoriosa, a escalada militar e o cerco à Rússia vão continuar. O problema da opressão nacional continuará se agravando.

A classe operária e os demais explorados estão diante e sob essas contradições. Os explorados são a única força social capaz de reagir e enfrentar as tendências bélicas em curso.

As manifestações contra o genocídio na Faixa de Gaza têm sido um sinal favorável à luta do proletariado mundial. As massas ficaram presas à camisa de força do imperialismo, quanto à guerra na Ucrânia e à luta contra o cerco da OTAN. É questão de tempo e experiência, vão reagir à barbárie. A resposta de conjunto à guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como a guerra comercial dos Estados Unidos com a China, depende de a classe operária e os demais trabalhadores entroncarem suas revoltas instintivas com o programa de transformação do capitalismo em socialismo. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas se encontra no centro da tormenta. Só é possível interromper a escalada militar e o cerco da OTAN à Rússia com as bandeiras, o programa e os métodos de luta próprios do proletariado.

Trata-se da vanguarda revolucionária lutar sob a estratégia da revolução social e do internacionalismo proletário. É preciso insistir no objetivo de superar a crise de direção, construindo os partidos marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Para governar, Lula se dobra

Proibição a pronunciamentos e atos governamentais sobre os 60 anos do golpe militar

A decisão do presidente Lula de evitar manifestações oficiais que mostrassem a responsabilidade das Forças Armadas e, em particular, dos generais que derrubaram o governo nacionalista de João Goulart em 31 de março/1º de abril de 1964 se deu nas condições em que avança o processo que apura a conspiração golpista montada no governo de Bolsonaro. As marcas da ocupação da Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro por um expressivo contingente de bolsonaristas irados são profundas. Fato dessa envergadura somente poderia ocorrer em meio à organização de um golpe de Estado, cuja direção se encontrava no núcleo governamental e em meio às Forças Armadas e ao aparato policial.

O presidente Bolsonaro, ministros, chefes militares, políticos, partidos, empresários, representantes de igrejas e figuras expressivas da sociedade civil estiveram irmanados pelo objetivo de impedir a posse de Lula, prender magistrados, parlamentares e estabelecer um “estado de exceção”. A descoberta da minuta que prescrevia juridicamente o golpe se tornou a prova mais cabal do envolvimento do governo Bolsonaro na conspiração. A delação do ajudante de ordens da presidência da República, tenente-coronel Mauro Cid, e, recentemente, os depoimentos do general Marco Antônio Freire Gomes e brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior confirmaram a realização de reuniões para perfilar as Forças Armadas no sentido do golpe.

O problema está em que as condições políticas ainda são de instabilidade. Espera-se um processo moroso, cercado de incertezas. O ex-presidente Bolsonaro e seus sequazes conservam poderes entre os partidos de direita e ultradireita; entre os militares e policiais; entre governadores e empresários; entre as igrejas evangélicas e organizações civis; enfim, entre a classe média e parcela de miseráveis. A enorme manifestação dos bolsonaristas na Av. Paulista, 25 de fevereiro, impulsionada por todas essas forças, sendo as igrejas evangélicas que mais claramente se expôs, na figura do pastor Silas Malafaia, esboçou uma primeira reação da ultradireita. O PT, aliados e braços sindicais se mostraram incapazes de organizar uma manifestação à altura da provocação de Bolsonaro, que recorreu à mobilização das ovelhas para mostrar que estão vivos e que podem revidar diante da ofensiva da Polícia Federal e o do STF em expor os organizadores da conspiração fracassada.

As organizações da ultradireita conseguiram produzir uma trinca no alto comando das Forças Armadas. A dificuldade de Lula, cujo governo se assenta em uma “frente ampla” e que depende no Congresso Nacional do Centrão, está em como punir Bolsonaro e a alta patente envolvida no acidentado processo golpista que culminou com a aventura de 8 de janeiro, sem que se alimente a divisão entre os militares.

Desde o seu primeiro mandato, iniciado em 2003, Lula procurou mostrar aos militares que seu governo os reconhecia como um poder determinante na máquina do Estado e na vida nacional.



As organizações da ultradireita conseguiram produzir uma trinca no alto comando das Forças Armadas. A dificuldade de Lula, cujo governo se assenta em uma “frente ampla” e que depende no Congresso Nacional do Centrão, está em como punir Bolsonaro e a alta patente envolvida no acidentado processo golpista que culminou com a aventura de 8 de janeiro, sem que se alimente a divisão entre os militares.

Estar de bem com o comando militar é uma das condições essenciais para a governabilidade. Não poderia e não pretendia apurar diante dos olhos das massas oprimidas os motivos históricos do golpe militar de 1964, as suas bases sociais, a presença dos Estados Unidos, o lugar das organizações da sociedade civil, os vínculos governamentais na América Latina convulsionada e esmagada pela “Guerra Fria”, a Operação Condor montada pelo imperialismo, os vinte e um anos de intervenção sobre os sindicatos, as câmaras de tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e o entrelaçamento com os golpes fascistas no Chile de 1973 e na Argentina em 1976.

Não havia interesse e nem como realizar um balanço do golpe de 1964 que evidenciasse que as Forças Armadas são um poder manejado pela burguesia contra seus próprios governos quando não consegue resolver suas divisões pela via da democracia formal. Se assim o fizesse, o PT e o go-

verno nacional-reformista de Lula evidenciaríamos sua própria impotência diante do grande capital, do imperialismo e das Forças Armadas. Eis por que, desde o primeiro mandato, quando o PT e Lula arrebataavam o apoio da classe operária e de boa parte da maioria oprimida, quando os sindicatos ainda não estavam completamente esclerosados, quando o movimento camponês acreditava que viria uma reforma agrária, ainda que limitada, desde esse momento de ascensão política o nacional-reformismo se mostrou incapaz de mostrar aos explorados o papel das Forças Armadas na manutenção do capitalismo e na relação de subordinação do País ao imperialismo, e, assim, evidenciaram o fracasso do nacionalismo burguês, cujo ciclo iniciado em 1930, com Getúlio Vargas, se esgotou sob o governo de João Goulart e o golpe que trinou em 1º de abril de 1964.

É claro que a burguesia e uma fração dos próprios militares, alimentados pelos Estados Unidos e demais potências que fazem apologia da democracia como “valor universal”, não poderiam simplesmente fazer a transição da ditadura para o regime democrático apagando o passado de terror e horror. Aprovou-se a Constituição da Nova República em 1988. Fernando Collor de Mello, um político da oligarquia latifundiária, primeiro presidente eleito, em 1989, foi cassado por um impeachment. Não teve o mínimo interesse em tratar da questão do golpe. Já o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB socialdemocrata, em 1995, criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Em seu enunciado, estava o objetivo de responsabilizar o Estado pelos crimes da ditadura, de forma a passar uma borracha no passado. Pouco se fez. Somente em novembro de 2011, no governo de Dilma Rousseff, se criou a Comissão Nacional da Verdade. Investigações foram realizadas. Inúmeros crimes da ditadura, que já se sabia em parte, vieram à luz do dia. O máximo que se alcançou foi definir casos e acertar indenizações. Uma forma bastarda de livrar os militares e policiais.

A Comissão da Nacional da Verdade funcionava sob a Lei da Anistia imposta pelo governo militar de João Batista Figueiredo em agosto 1979. Assim, o último general da ditadura ditou a lei de proteção aos militares e policiais como condição para realizar a transição para a democracia. Nenhum governo se dispôs a revogá-la. Nem mesmo os torturadores identificados pagaram na justiça burguesa os seus crimes. E não poderia ser de outra forma, uma vez que respondiam a uma hierarquia que se iniciava nos governos e chegava às câmaras de suplícios clandestinas. A Comissão Nacional da Verdade esteve claramente nos marcos dos limites impostos pelas Forças Armadas. Arquivos não foram abertos. E as ameaças rondaram o governo. É bom lembrar que esteve rodeada pelos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. José Sarney, chefe da ex-ARENA, partido que sustentou diretamente a ditadura, serve exemplo para se ver a farsa que se montou. Mas, o pouco que se alcançou documentou o regime de terror imposto por vinte e um anos.

Lula nunca esteve à frente desse movimento democrático-burguês de apuração dos crimes da ditadura. Sua linha seguiu a norma de não se chocar com os comandantes militares. Sempre soube que não governaria sem contar com a sombra das Forças Armadas. Não é, portanto, novidade a frase de que não se trata de remoer o passado. A novidade está em que pela primeira vez um governo do PT suprimiu o cerimonial da data do golpe de 1964. Foi além, impediu que seu ministro dos Direitos Humanos recriasse a Comissão de Mortos e Desaparecidos extinto por Bolsonaro no fim de seu governos. Está aí selado um compromisso de Lula com os

gerais e as Forças Armadas de não retomar a questão da ditadura que potencializou a crise política no governo de Dilma Rousseff.

Essa experiência não se limita ao Brasil. As ditaduras mais feroces, como a do Chile (1973-1989) e a da Argentina (1976-1983), passaram pelo mesmo processo da Comissão Nacional da Verdade. O movimento de massa, representado pelas Mães da Praça de Maio, por sua persistência e combatividade, impôs derrotas às forças contrárias às punições de comandantes e torturadores. No Chile, o sanguinário Pinochet terminou seus dias de vida ileso. Os democratizantes fizeram a transição de forma a preservar as instituições da ditadura pinochetista. O fundamental das experiências do ciclo de golpes militares e de governos ditatoriais está em que somente a classe operária organizada pode livrar o país dos perigos de novos golpes.

A crise do capitalismo avança, a polarização entre as classes aumenta, o imperialismo impulsiona guerra comercial e as tendências bélicas. As forças produtivas em choque com as relações capitalistas de produção precipitam crise sobre crise. Logo após breves momentos de respiro econômico, sobrevêm nova onda de anarquia econômica e confrontação entre os exploradores e explorados. Está claro que o problema dos problemas se encontra na crise de direção revolucionária. A vanguarda que se vincula às necessidades da classe operária, dos camponeses pobres, das camadas arruinadas da classe média e da juventude oprimida tem de concentrar suas energias para construir o Partido Operário Revolucionário, que na situação pós-Bolsonaro vem trabalhando por erguer uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.

Crítica às eleições na Venezuela

Considerado aliado fiel ao chavismo, Lula fez uma virada ao criticar o governo de Maduro por não ter inscrito a candidata opositora Corina Yoris. Segundo informação, Yoris não conseguiu acessar o site de inscrição na última hora e perdeu o prazo determinado pelo regimento eleitoral. A candidata cotada como capaz de unir a oposição e arregimentar votos a ex-deputada Maria Corina Machado foi condenada pela Suprema Corte da Venezuela, perdendo seus direitos políticos por 15 anos. O processo de cassação se baseou em seu vínculo com a oposição montada por Juan Antonio Guaidó que se encontra exilado e Henrique Capriles que também perdeu direitos políticos. Corina Machado serviu à campanha dos Estados Unidos e da Organização dos Estados Americanos (OEA) pela liquidação do regime nacionalista instalado com a ascensão do tenente-coronel Hugo Chaves à presidência da República, de 1999 a 2013. Nicolás Maduro, seu sucessor, se viu diante de uma renhida oposição alimentada pelos Estados Unidos e aliados. Guaidó se transformou em uma peça-chave do intervencionismo externo. Procurou criar as condições internas para um golpe de Estado. O regime estruturado por Hugo Chaves conseguiu sobreviver por 25 anos graças à governabilidade baseada no poder das Forças Armadas.

As crises políticas têm sido constantes, em grande medida potencializadas pelo bloqueio econômico à Venezuela e pelo cerco político da OEA ao regime nacionalista, que se gestou baseado na defesa nacional das fontes de matérias-primas, principalmente as do petróleo. Os Estados Unidos, sob o governo de Trump, chegaram a jogar a Colômbia contra a Venezuela, procurando criar as condições de um golpe de Estado e de intervencionismo imperialista. A esse propósito serviu Guaidó que contou com apoio do governo colombiano, de Ivan Duque, para se autoproclamar presidente da República, em 2019, desconhecendo o governo de Maduro. O fechamento de fronteiras em 2015 esteve perto de provocar um confronto militar.

A ditadura bonapartista estruturada pelo presidente Chaves é expressão, em grande medida, do nacionalismo burguês e da po-

derosa pressão dos Estados Unidos e aliados latino-americanos. A oposição pequeno-burguesa nunca teve vida própria. Gaidó, Capriles, Corina Machado e Corina Yoris são criaturas que se alimentam no cocho do imperialismo norte-americano. Corina Machado serve de porta-voz do cerco econômico à Venezuela. A oposição é tão arraigadamente antinacional e vinculada ao golpismo que não tem como se valer da fachada democrática que mal oculta a ditadura bonapartista. Eis por que as tentativas dos Estados Unidos de derrubarem o regime nacionalista venezuelano vêm fracassando.

A campanha da burguesia brasileira contra a “ditadura de Maduro” e sua contraposição à democracia em abstrato, que tem sido assimilada pela classe média abastada, bateu neste momento de avanço da crise mundial às portas do governo Lula que havia sido o intermediário do Acordo de Barbados, pelo qual se estabelecia a ingerência externa no processo eleitoral em compensação à suspensão das sanções ditadas pelos Estados Unidos à Venezuela. O compromisso de que a oposição teria livre trânsito desconhecia o tormentoso passado e apresentava o caminho de remoção da ditadura bonapartista pela via eleitoral. Gaidó e Capriles cederam lugar a Corina Machado, que, tendo seus direitos cassados, procurou como sucedânea da Plataforma Unida, Corina Yoris. A explicação do porquê Yoris deixou para a última hora a inscrição de sua candidatura, provavelmente não se deve a imperícia, mas à espera de que também seria cerceada.

Lula, fiador do “Acordo de Barbados” e sistematicamente atacado por proteger a “ditadura na Venezuela, desta vez, baixou a guarda e rechaçou a manobra administrativa do governo Maduro de deixar de fora da competição a serviçal Corina Yoris. Eis os termos: “O Brasil reitera seu repúdio a quaisquer tipos de sanção que, além de ilegais, apenas contribuem para isolar a Venezuela e o sofrimento do seu povo”. Essas linhas vão ao encontro do que pretende os Estados Unidos. O Brasil, assim, se juntou à Argentina, Paraguai, Peru, Equador, Guatemala e Costa Rica. O ultradireitista Milei certamente soltou a sua conhecida gargalhada por debaixo do pano. Pela primeira vez, até onde chega o nosso conhecimento,

Lula e o PT se comprometeram com a política norte-americana de combate ao governo nacional reformista de Chavez e Maduro.

Os explorados brasileiros sabem perfeitamente que da democracia e do governo Lula somente podem esperar migalhas. É preciso rejeitar terminantemente a nota de Lula em defesa do Acordo de Barbados, que foi imposto à Venezuela que continua a ser sufocada pelas cordas do imperialismo.

O nacionalismo chavista está esgotado e decrépito. Mostrou-se incapaz diante do cerco dos Estados Unidos, embora tenha resisti-

do às tentativas de sua derrubada. Sem expropriar o grande capital e a propriedade latifundiária, não é possível impor a real independência nacional e solucionar as tarefas democráticas típicas de um país semicolonial. Essa tarefa cabe à classe operária assumir no processo da luta de classes e das conquistas que levam à revolução social. Faz parte desse combate ao governo burguês de Maduro rechaçar qualquer intervenção das forças capitalistas externas. Nesse sentido, o Partido Operário Revolucionário denuncia a capitulação do governo Lula.

Lula festeja a presença de Macron no Brasil

Macron foi recebido com pompa por Lula. Tudo em nome dos interesses nacionais e do multilateralismo. Lula retribuiu o apoio ao presidente francês a sua candidatura no momento mais difícil da disputa com Bolsonaro. O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia não desenrola devido aos obstáculos impostos pela França. Está claríssimo que Macron não tem como abrir as portas para os produtos agroindustriais brasileiros. Os protestos dos agricultores têm repercutido no Mercosul, e, em particular, na França.



As tendências protecionistas aumentam em todo o mundo, impulsionadas pelos Estados Unidos em sua guerra comercial com a China. De forma que Macron não se encontra solitário. Regras sanitárias, medidas de ordem climática (redução de emissão de carbono etc.) e diretrizes de mudança da matriz energética vêm em um crescendo como forma de proteger os interesses das potências ocidentais. Macron se utilizou de uma forma de protecionismo do Brasil, que é a das compras governamentais serem condicionadas às empresas nacionais. O protecionismo utilizado pelos países semicoloniais diz respeito à voracidade das potências e do capital multinacional. Não se pode igualá-los.

A França é um dos maiores investidores no Brasil. Suas multinacionais e empresas comerciais controlam parte de ramos-chaves da economia brasileira. Segundo informações cerca de 1.100 filiais atuam no Brasil, em exploração de mais de 500 mil trabalhadores. Certamente, a alta lucratividade favorece a acumulação metropolitana, deixando migalhas para os brasileiros. A propaganda sobre a cooperação franco-brasileira para produzir submarino no Brasil mal esconde que se trata de um bom negócio para o capital francês. A tecnologia transferida é ultrapassada e, há muito, amortizada.

Lula e as Forças Armadas deram a honra ao chefe imperialista de assistir ao lançamento do terceiro submarino conveniado com a França. Os militares brasileiros têm interesse em adquirir a tecnologia da propulsão nuclear. O que lhes é negado por um acordo selado entre as potências de proteger o máximo os segredos industriais de última geração. Macron veio ao Brasil por outros interesses: os que envolvem a Amazônia. Iniciou sua "visita" pelo Pará, onde está prevista a realização da COP-30. O acordo promete 1 bilhão de euros. A onda de proteção à biodiversidade acoberta amplos interesses das potências em explorar as riquezas naturais que encerra a Amazônia, principalmente as reservas minerais. A França controla a Guiana francesa que compartilha a Amazônia com o Brasil, Bolívia etc.

O encontro de Macron e Lula com o chefe indígena Raulon e a sua condecoração com a medalha da Legião de Honra resultou em uma teatralização farsesca. Esse foi o saldo positivo para o governo de Lula, que vem sendo acuado pelas críticas de setores da burguesia e da opinião pública pequeno-burguesa. Não teve lugar as diferenças sobre como tratar a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

Macron é um aliado dos Estados Unidos na política de opressão nacional e de impulso às tendências bélicas, embora tenha declarado que não pre-

tende ser "um laçao". A aspiração francesa de diminuir a dependência da OTAN e aumentar o poder de "defesa" da União Europeia esbarra no próprio declínio de sua economia e de seu poder colonial. As potências europeias em geral se batem em meio ao processo de decomposição mundial do capitalismo. Não podem ter uma diretriz própria, independente e distinta da imposta pela hegemonia norte-americana consolidada após a Segunda Guerra Mundial. A penetração do capital monopolista e financeiro no território antes unificado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é um imperativo que levou à guerra na Ucrânia. A França e a União Europeia têm seus interesses soldados aos dos Estados Unidos, que comandam a OTAN. O objetivo de submeter a Rússia restauracionista emerge da disputa territorial, que envolve as ex-repúblicas soviéticas. Está posta plenamente a questão da autodeterminação das nações e povos oprimidos.

A guerra na Ucrânia entrou no seu terceiro ano, e continua sendo um perigo quanto ao envolvimento de toda a Europa, com a intervenção da OTAN. O genocídio dos palestinos da Faixa de Gaza chega a seu ponto mais alto com o cerco sionista a Rafah. Os ataques de Israel em território sírio e libanês se voltam contra o Irã. Também, nesta guerra de dominação, corre-se o perigo de generalização no Oriente Médio. Esses são os grandes problemas que o governo de Lula não tem como deixar de se posicionar, como de resto nenhum país pode se manter à margem. Agora, mesmo o presidente da Argentina, Milei, francamente pró-sionista acaba de apoiar o genocídio.

A presença de Macron no Brasil, um dos chefes importantes do imperialismo, reforça as posições das potências em levar adiante as duas guerras, em nome da paz mundial e da democracia. Lula agiu como cúmplice do imperialismo, embora seja um crítico de centro e adepto do pacifismo pequeno-burguês.



Reconhecimento da vitória eleitoral de Putin

A fração direitista e ultradireitista dos partidos burgueses queriam que a diplomacia do governo Lula se subordinasse aos ataques de Biden à reeleição de Putin. A Casa Branca, como não poderia deixar de ser, considerou o resultado como “fraudulento” e “abuso de poder”. O governo Lula reconheceu a vitória eleitoral de Putin, contra os opositores Kharitonov (do Partido Comunista) que obteve 4,7% dos votos, Davanakov (do Partido Liberal), 3,6% e Sluski (do partido ultranacionalista), 2,5%. Putin do partido Rússia Unida 87,3% dos votos. O comparecimento atingiu 74,2%. Esses números indicam que de fato Putin arrastou a imensa maioria da população que lhe conferiu mais um mandato. Em Donetsk, na Ucrânia, ocupada pelas forças russas, a votação pela continuidade de Putin alcançou 95%. Tamanha votação não seria possível se 86% dos russos não apoiassem o governo que vem travando a guerra na Ucrânia e resistindo à ofensiva da aliança imperialistas liderada pelos Estados Unidos e ao cerco militar da OTAN, que se expandiu com a recente inclusão da Finlândia e Suécia. Evidentemente, trata-se de uma eleição em que as liberdades políticas estão mutiladas.

Os porta-vozes da imprensa imperialista ou pró-imperialista condenam a longevidade da “ditadura” putinista. Em 2028, completará 30 anos no poder, o que tem sido comparado com a durabilidade do poder exercido por Stalin. Putin sobe ao poder máximo em 1999, em meio a uma profunda crise política e à renúncia de Yeltsin. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) havia sido dissolvida oito anos antes, em 1991. A restauração capitalista havia dado um salto de qualidade. A Rússia adotava o regime político burguês parlamentar e com eleição presidencial. A liquidação do regime político soviético (completamente desfigurado pela ditadura estalinista) e a sua substituição pela forma parlamentar foram apoiados pelos Estados Unidos e demais potências, principalmente as europeias. Tratava-se de uma superestrutura política condizente com o processo de privatização iniciado pela Perestroika de Gorbachev, impulsionado por Yeltsin e mantido por Putin. No entanto, a particularidade da democracia burguesa instalada na Rússia está em que, pelas condições da restauração e da ascendência do imperialismo sobre o território da ex-URSS, se gestou um longo período de ditadura bonapartista enfeixada nas mãos de Putin e da burocracia estatal. O imperialismo esperava que se formassem partidos controlados pelos monopólios e pelo capital financeiro. Se assim fosse, a Rússia cederia passo a passo a sua independência, como fizeram as débeis ex-repúblicas soviéticas, com diferentes graus, em nome da própria soberania.

Putin reverterá parte das privatizações de seu antecessor, principalmente, das fontes de matérias-primas e da segurança militar. Do regime antissoviético, parlamentar, se instalou a ditadura

bonapartista, que Yeltsin não poderia configurar. Certamente, se inflamou a tendência nacionalista que tem suas raízes históricas no império russo. A denúncia de que Putin reergueu a Igreja Ortodoxa e todo reacionarismo, que, diga-se de passagem, são típicos da sociedade de classes (proibição de manifestações do movimento LGBT etc.), corresponde ao processo de restauração capitalista, assim como o regime bonapartista e a política de capitalismo de Estado.

Nem os críticos, imperialistas, nem os apoiadores, nacional-reformistas, de Putin podem explicar as profundas transformações pelas quais passou e passa a Rússia desde que o processo de restauração capitalista culminou com a liquidação da URSS e a edificação do regime eleitoral burguês. Se se quer ver o ataque mais burdo contra a eleição de Putin, ocultando os acontecimentos que estão em sua base histórica, basta ler o artigo do socialdemocrata Sérgio Fausto. Condenar a ditadura de Putin em nome da democracia é falsificar sem nenhum limite.

O bonapartismo de Putin é produto indiscutível do processo de restauração capitalista e destruição da URSS, tal qual de adoção do regime de democracia eleitoral e parlamentar. Que democracia no mundo se acha florescente? Que democracia esmagou as tendências direitistas e ultradireitistas fascizantes? As diferenças com a da Rússia e da forma de governo não são de essência; não são de conteúdo e de orientação de classe. A guerra na Ucrânia foi e tem sido impulsionada pelas democracias orientadas pelo poder norte-americano. A responsabilidade da ditadura bonapartista de Putin está em sustentar a restauração capitalista e, assim, projetar a opressão nacional à sua volta.

As massas russas foram convencidas de que a invasão da Ucrânia era a única via para manter a independência de seu país. Estão com Putin. Aumentaram sua participação nas eleições e deram um número de votos superior aos dos pleitos anteriores. Certamente, é questão de tempo para que, por meio da experiência, descubram que nos marcos do capitalismo a Rússia não tem como manter-se em choque com as forças do imperialismo e romper o cerco econômico e militar organizado pelas potências. A classe operária não guarda independência perante a ditadura bonapartista. Esse é o problema fundamental a ser superado.

A tarefa da vanguarda revolucionária na Rússia se concentra na reconstrução do partido bolchevique, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Para isso, é preciso armar-se de uma posição programática clara diante da guerra na Ucrânia, das tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo, das quais fazem parte a guerra do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza e a guerra comercial em andamento pelos Estados Unidos contra a China.

Com pouquíssimos adendos, o Novo Ensino Médio foi aprovado

No dia 20 de março, a Câmara de Deputados aprovou a reforma do ensino médio. Coube ao ex-ministro da educação do governo Temer, deputado Mendonça Filho, a responsabilidade de manter a coluna vertebral do Novo Ensino Médio. E coube ao atual ministro da Educação, o petista Camilo Santana, o papel de caçar brechas para incluir um ou outro aspecto na reforma educacional privatizante.

Durante um ano e três meses, direções sindicais e estudantis se submeteram às negociações infrutíferas e à chamada pressão parlamentar para que pontos-chave rejeitados pelos professores e estudantes fossem excluídos. Mas, sem uma poderosa campanha

nas ruas e com paralisações das escolas, os métodos adotados pelas direções sindicais resultaram em fracasso.

Isso ocorreu porque a disposição de luta demonstrada pelos estudantes e professores no início do governo Lula, sob a bandeira de “Revogação do Novo Ensino Médio (NEM)”, foi abortada. Basta lembrar os protestos em março do ano passado, convocados pelas entidades estudantis e sindicatos da educação, que bloquearam a Av. Paulista, exigindo de Lula a revogação da reforma educacional do governo golpista de Temer. Manifestações como essa ocorreram em várias capitais do país.

Havia um movimento nacional, mas que foi contido em nome da defesa da governabilidade de Lula. Inicialmente, substituído pela farsa de uma “Consulta Pública on-line”, promovida pelo MEC. Chamou atenção a baixa participação de um setor que envolve milhões de estudantes e professores. Eis: “pelo canal criado no aplicativo de mensagens WhatsApp, foram ouvidas 139.159 pessoas, das quais 102.338 estudantes; 1.075 jovens que não se identificaram como estudantes; 30.274 professores; e 5.480 gestores. Também responderam on-line mais 11.024 pessoas, pela Plataforma Participa + Brasil”. No início de agosto, o ministro da Educação entregou ao Congresso Nacional as sugestões de mudanças e o pedido de integrar especialistas à comissão de parlamentares, que apresentaria o relatório final.

Essa política do governo Lula de submeter as reivindicações dos estudantes e trabalhadores da educação ao Congresso Nacional, arrastou as direções dos movimentos para a política de conciliação de classes. As lutas nas ruas ficaram para trás e o Novo Ensino Médio ficou a um passo de ser aprovado definitivamente, o que ocorreu agora no final de março.

A Câmara de Deputados aproveitou o momento em que as denúncias do golpe de 8 de janeiro escandalizavam os partidos de centro-esquerda e aprovou o relatório de Mendonça Filho, contendo a essência da contrarreforma de Temer.

Os pilares do Novo Ensino Médio foram mantidos

A manutenção dos três aspectos vitais da contrarreforma de Temer e de seu ministro, Mendonça Filho, assegurou o objetivo para qual foi proposto o NEM. Ou seja, expandir a privatização para a educação básica pública, onde concentra a grande maioria de estudantes e professores, enfatizando sua etapa final, o ensino médio. Eis:

1. Continuidade da expansão do ensino a distância

A formulação aprovada contém a manobra que permite continuar com a expansão do ensino a distância. Diz: “A carga horária destinada à formação geral básica deve ser ofertada de forma presencial, admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia, com base em regulamento a ser elaborado”. Os governistas pretendiam proibir o uso do ensino a distância nos componentes curriculares da Formação Geral Básica (FGB) e admitiam o uso em situações específicas para os itinerários formativos. Essa brecha apresentada permitiu a aprovação do ensino a distância, com a ressalva de existir uma justificativa. Para os privatistas, as justificativas nunca faltam quando o propósito é o seu avanço.

2. Avanço das parcerias público-privadas

Para a Educação Profissional Técnica (EPT) e o itinerário técnico, reafirma-se um dos artigos da Lei 14.113 (FUNDEB), que admite o “cômputo de uma segunda matrícula aos estudantes de escolas públicas atendidos concomitantemente por instituições de educação profissional técnica de nível médio dos serviços sociais autônomos (Sistema S)”. Portanto, parte do NEM pode ser por meio de parcerias público-privado, o que não significa que tem de ser unicamente pelo Sistema S.

3. Contratação de profissionais não vinculados à educação

Uma das reivindicações do movimento social contra o NEM foi e é o rechaço ao “notório saber”. No entanto, a Câmara aprovou a contratação de profissionais sem formação pedagógica para lecionar na EPT. O que atende a um dos pontos vitais da contrarreforma educacional de Temer.

Esses três aspectos reafirmam o conteúdo privatizante do Novo Ensino Médio. O ensino a distância, as parcerias público-privadas e o notório saber constituem a essência da contrarreforma de Temer. Os demais pontos que receberam algum ajuste não dizem respeito aos interesses dos capitalistas da educação, que necessitam expandir seus negócios na área educacional. Embora tenham concentrado na EPT, esses três pontos comparecem na FGB, por meio da compra de plataformas digitais, formação dos professores, da via do ensino a distância e das aulas de expansão destinadas ao período noturno, como ocorre em São Paulo.

Propostas dos governistas

Os proponentes da contrarreforma aceitaram pouquíssimas propostas dos governistas. Propostas que não feriam o objetivo do NEM. Citamos duas:

1) Sobre as disciplinas obrigatórias e itinerários formativos

O relator Mendonça Filho aceitou o ajuste da distribuição das horas/aula entre as disciplinas obrigatórias e as dos itinerários formativos. Para isso, os representantes do governo Lula tiveram de ceder no que se refere ao ensino técnico. A proposta inicial era de 2,1 mil horas para a parte do currículo comum a todo estudante, prevalecendo as 2,4 mil horas para a Formação Geral Básica, mas no ensino técnico valeu a decisão do relator: 1,8 mil e 2,1 mil horas, dependendo da carga horária do profissionalizante.

2) Sobre o ensino do espanhol

Os governistas pretendiam incluir o espanhol como língua obrigatória, mas a Câmara de Deputados não aprovou a existência de duas línguas estrangeiras. Manteve a obrigatoriedade da língua inglesa e o espanhol ficou como disciplina facultativa, dependendo de decisões de governantes. Os governistas acabaram engolindo essa manobra do relator. Na realidade, a inclusão facultativa é o mesmo que excluí-la.

Conclusão

Agora, a contrarreforma do ensino médio foi encaminhada para ser votada no Senado e, finalmente, sancionada pelo governo Lula. Tudo foi feito para que não haja nenhum obstáculo para sua implantação definitiva. Lula e Camilo Santana já disseram que não farão alterações no projeto aprovado, alegando que o NEM não poderá sofrer mais atrasos em sua implementação, prevista para 2025.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





As entidades estudantis e as direções dos sindicatos da educação, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), poderão lamentar um ou outro aspecto do NEM, mas nada farão depois de aprovada. Da parte do ministro da Educação, que não é contra a reforma de Temer, a aceitação da carga horária para a Formação Geral Básica já foi considerada uma vitória. Para os milhões de estudantes e os milhares de professores do ensino médio, a aprovação significou a vitória das forças privatizantes que se alojam no Congresso Nacional. No entanto, assinalou, mais uma vez, que a política das direções estudantis e sindicais de desmontar os protestos de rua e se voltar ao Congresso Nacional só tem trazido derrotas. Foi o que se passou com a reforma trabalhista, previdenciária e, agora, com o Novo Ensino Médio. Tornou-se cada vez mais evidente o quanto a política de conciliação de classes é um câncer que tem de ser extirpado dos organismos dos trabalhadores. E o quanto é vital a defesa da independência de classe e os métodos próprios dos explorados, as manifestações de rua, greves e ocupações.

A vanguarda com consciência de classe está diante de direções reformistas-conciliadoras, que não fazem outra coisa senão se debruçar em torno às mesas de negociação infrutíferas com o governo. O governo, apesar dos discursos voltados aos pobres que dependem da educação gratuita, está empenhado em cortar gastos com os serviços essenciais, para cumprir seu objetivo central, que é cumprir com o pagamento dos juros e amortizações da gigantesca dívida pública. A contrarreforma da educação tem essa finalidade, reduzir a responsabilidade do Estado para com a educação pública, entregando parte dela à iniciativa privada. E até mesmo cortar verbas constitucionais, como faz o governador ultradireitista de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Está aí por que a tarefa é expulsar a burocracia sindical dos organismos de luta, dos sindicatos e das entidades estudantis.

A Corrente Proletária/POR vem mostrando que a política do PT e de seus aliados está em choque com as reivindicações vitais de defesa da educação pública. Assinala que vivemos o período de crise estrutural do capitalismo, e que nenhum governo burguês, seja de direita ou reformista, poderá impor reformas em favor da maioria oprimida. Ao contrário, o que estamos assistindo é a destruição de antigas conquistas dos trabalhadores. E não há outro

caminho a não ser trabalhar para que toda experiência negativa, como essa que ocorreu, seja um passo no amadurecimento da consciência de classe da maioria explorada; que seja mais um passo no caminho da distinção entre os métodos praticados pelas burocracias sindicais e os métodos próprios dos trabalhadores, entre sindicatos e direções sindicais, entre reivindicações vitais e pleitos dos capitalistas e seus governantes. Trata-se de um trabalho valioso, pois permite avançar as lutas pela independência política e organizativa.

Nesse sentido, a Corrente Proletária impulsiona uma plataforma de luta, que tem os seguintes pontos centrais:

- 1. A revogação de todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro: trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio;**
- 2. Rechaça a reforma administrativa, que está em vias de ser aprovada no Congresso Nacional;**
- 3. Defende todas as conquistas dos trabalhadores da educação, que inclui as conquistas dos milhões de estudantes;**
- 4. Luta pela reposição das perdas salariais e pela elevação do valor do Piso Nacional, salário mínimo calculado pelo Dieese de R\$ 6.724,00, por 20 horas semanais;**
- 5. Rejeita os cortes de recursos à educação, bem como a outros setores essenciais. Não pagamento da dívida pública, que consome metade do orçamento estatal;**
- 6. Defende um único sistema de ensino, público, gratuito e laico, voltado à produção social. O que implica a expropriação da rede privada, sem indenização, com a estatização, sob controle de quem trabalha e estuda.**

Esse conjunto de reivindicações só pode ser arrancado por meio da ação direta, das greves, manifestações e ocupações. E é por meio da luta direta que a vanguarda se aproximará da estratégia de destruição do capitalismo e edificação do socialismo. Estratégia esta que só poderá ser alcançada pela revolução social.

Cabe destacar que a Corrente Proletária possui um programa para a Educação. E chama a vanguarda a discutir e se organizar em torno a esse programa.

Caso Marielle expõe a falência da justiça burguesa e o vínculo do Estado com as milícias

Seis anos após o assassinato da vereadora Marielle Franco/PSOL e do motorista Anderson Gomes, a Polícia Federal prendeu três suspeitos de envolvimento com o crime ocorrido em março de 2018, durante uma intervenção federal da ditadura civil de Temer na segurança pública do RJ. É necessário resgatar os principais acontecimentos desse caso.

Os primeiros anos foram marcados pelas constantes tentativas de obstaculizar as investigações. As recorrentes trocas no comando do caso foram parte desse processo. Em janeiro de 2019, o Ministério Público e a Polícia Civil passaram a seguir linhas de investigação diferentes. Em fevereiro, a PF fez uma operação específica sobre as constantes obstruções. No dia 12 de março do mesmo ano, o policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz foram presos, suspeitos de terem participado do crime. No dia 20 de março, um inquérito da Polícia Federal cita o ex-deputado estadual Domingos Brazão (ex-MDB) entre os suspeitos de ser um dos mandantes do crime. Em 2020 o caso sofreu maior morosidade. Em maio, o STJ rejeitou um pedido da PGR para que a investigação fosse federalizada. Em 2021 e 2022, quase nada caminhou nas investigações.

De conjunto, esse vai e vem, as obstruções e outros entreveros mostram as vicissitudes da justiça burguesa, que é ditada, em última instância, pelo poder econômico e pelos grupos que controlam o poder político num determinado período. Apesar de toda pressão popular, sob o governo Bolsonaro, o caso permaneceu nas sombras. Já em 2023, com a posse do governo Lula, essa pressão popular ganha novo fôlego e obriga o governo, que se elegeu com a promessa de federalizar e resolver o caso, a tomar medidas que avançassem as investigações. Em fevereiro, a PF entrou no caso. Em julho de 2023 e janeiro de 2024, respectivamente, Élcio e Ronnie fecham seus acordos de delação, assumindo a participação e entregando informações sobre os mandantes e suas motivações. No dia 14 de março, portanto, seis anos dos assassinatos, o STF recebeu parte da investigação após citação de pessoas com prerrogativa de foro privilegiado e no dia 24 a PF prendeu o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio Domingos Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio, suspeito de atrapalhar as apurações.

As revelações que vão surgindo - imagina-se que outras ainda virão - estão de acordo com o estágio de putrefação do capitalismo em geral, e das relações políticas no estado do Rio de Janeiro. Há muito que as milícias, associadas ao Estado, controlam grande parte dos territórios fluminenses. Realizam uma partilha instável com o narcotráfico e se associam com ele em determinados lugares. Tudo isso se passa com a convivência e participação dos governos. O número de governadores presos, processados ou investigados no RJ atestam essas relações. As massas se ressentem de toda essa opressão e não encontram saída. Estão acossadas por todos os lados, seja pela milícia, pela polícia assassina, pelo tráfico e por todas as outras formas de opressão social que no Rio ganham contornos dramáticos, como o desemprego galopante que empurra uma massa de jovens para a informalidade ou para o crime, a fome, a miséria nos morros e periferias, a falta de saneamento básico, a qualidade e preço absurdo dos transportes etc.

Os choques entre Marielle e os representantes estatais da milícia transbordavam os debates nas câmaras legislativas. A bem da verdade, nesses espaços a vereadora psolista não tinha chances. Os partidos a que se vincularam os Brazão, MDB, União Brasil e seus coligados, formavam e formam ampla maioria e vencem fácil qualquer disputa com a esquerda. Era no próprio território das milícias, com seu trabalho de base e fortalecimento das comunidades e de seus agentes, como com a formação de associações, que Marielle incomodava mais. É possível que a raiz dos embates que levaram ao bárbaro assassinato seja essa.

O Partido Operário Revolucionário se somou desde o início à campanha nacional e internacional pela solução do caso e para que fosse feita justiça nesse brutal assassinato, que caracterizamos como mais um crime de classe da burguesia. O que diferenciou a linha adotada pelo partido, no entanto, foi demonstrar, em diversos manifestos e notas no Jornal Massas, que por se tratar de um crime de classe cometido pela burguesia, contra uma militante que se colocava ao lado dos explorados, deveria ser respondido através da luta de classes. Isso porque, foi um entre tantos outros crimes que as diversas frações burguesas criminosas, narcotraficante, miliciana, ruralista, extrativista etc., cometem contra aqueles que lutam. Em uma nota lançada um dia após os assassinatos, o POR declarou que “toma o assassinato de Marielle como um motivo que reforça sua convicção na revolução proletária. Não há como reformar o capitalismo. Não há como erradicar a violência reacionária pela via do parlamento e das demais instituições do Estado burguês. Não há como democratizar os aparatos repressivos, nem limpá-los da corrupção.” Assim, a linha política adotada pelo partido em todo esse período partiu dessa caracterização de classe do crime, para dar uma resposta consequente, a luta com os métodos próprios da classe operária e demais trabalhadores, o que implicava não alimentar ilusões de que a justiça burguesa pudesse resolver esse e tantos outros casos. A bandeira de um Tribunal Popular se impunha como necessidade de uma resposta independente. Naquele momento, só haviam suspeitas vagas, mas era possível dizer que as ações de defesa humanitária e os choques com os interesses dos milicianos estariam na base dos motivos para o crime. No manifesto de março de 2019 afirmamos que “Marielle atravessou o caminho de grandes interesses econômicos. Tudo indica ser correta a informação de que as milícias se viram incomodadas com a interferência da vereadora na disputa de terras entre moradores



Ainda que esse caso seja completamente solucionado, a bandeira de um Tribunal Popular mantém toda sua vigência. Trata-se de uma bandeira que conduz as massas a confiarem em suas próprias forças, não alimentando ilusões no Estado burguês. Um Tribunal Popular que deve ser fruto da mobilização coletiva dos trabalhadores, e sob o controle destes, para julgar e punir não apenas esse, mas todos os crimes de classe que os ricos e poderosos cometem contra os explorados e lutadores.

favelados e grileiros, na zona Oeste.” O que visto agora mostra de forma ainda mais clara que a justiça não tinha interesse em resolver o caso, que já estava parcialmente exposto.

Pode parecer um erro dizer que se tratou de um crime de classe da burguesia, quando os acusados de serem os mandantes não são mais que dois parasitas do Estado, funcionários da burocracia estatal ligados às milícias do Rio. Mas permanece sendo um crime da classe dominante, na medida em que seus vínculos expressam uma ligação direta entre a luta pela terra e pela moradia, contra a grilagem, apropriação de terras, ou seja, defesa da propriedade privada. Em última instância, os Brazão são lacaios da burguesia narcotraficante-miliciana, com vínculos estreitos com o próprio aparato estatal (polícias, governos etc.) e com igrejas evangélicas influentes no estado.

Ainda que esse caso seja completamente solucionado, a bandeira de um Tribunal Popular mantém toda sua vigência. Trata-se de uma bandeira que conduz as massas a confiarem em suas próprias forças, não alimentando ilusões no Estado burguês. Um Tribunal Popular que deve ser fruto da mobilização coletiva dos trabalhadores, e sob o controle destes, para julgar e punir não apenas esse, mas todos os crimes de classe que os ricos e poderosos cometem contra os explorados e lutadores. A defesa de um Tribunal Popular está vinculada com a luta por um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores e por sua estratégia revolucionária. Era possível que esse caso fosse solucionado, dado sua projeção nacional e internacional, mas um sem número de assassinatos políticos, de massacres contra os lutadores permanecerão sem solução. A burguesia não pode e não tem interesse em solucionar todos os crimes que ela mesmo comete.

Diante da possível solução deste caso, é fundamental que a vanguarda com consciência de classe expresse uma compreensão profunda de que a morte de Marielle não será em vão. Pelo contrário, revela toda a podridão do Estado capitalista e suas excrescências, como as milícias. E deve servir para educar as massas a lutar com suas próprias forças, sob a estratégia revolucionária da classe operária, a única que pode dar uma solução definitiva para todos os crimes de classe cometidos pela burguesia e seus lacaios.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Abril de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Boletim Nossa Classe - Abril - Política Operária

Por um 1º de Maio, classista e internacionalista

A força de trabalho ocupada é de 100,2 milhões. Desse total, 38,8 milhões sobrevivem na informalidade e 25,4 milhões trabalham por conta própria. 8,5 milhões estão desempregados. E outros milhões já não fazem parte das estatísticas oficiais.

9,7 milhões de jovens não trabalham, nem estudam

De costas para essa dura realidade, as direções das Centrais sindicais planejam realizar um 1º de Maio festivo e de apoio à governabilidade de Lula. Um 1º de Maio sob o lema “Por um Brasil mais Justo”, acompanhado das bandeiras: “emprego decente, correção da tabela do IR, menos juros e valorização do serviço público”.

Certamente, em meio aos festejos, farão discursos contra a fome e a miséria e retomarão a exigência para que o governo cumpra a promessa de correção da tabela de Imposto de Renda e diminuição dos juros. Trata-se de um 1º de Maio unificado, cheio de balões com os emblemas das Centrais, bandeiras dos sindicatos e colunas de apoiadores trajando os coletes com as cores e símbolos de suas respectivas Centrais. Um 1º de Maio que reproduzirá o mesmo de anos anteriores, mas, fundamentalmente, para demonstrar o apoio das centrais, sindicatos e movimentos, nesses um ano e cinco meses de governo. Para elogiar seus feitos e ocultar suas medidas antipopulares, como o salário mínimo de fome de R\$ 1.412,00, a manutenção das terríveis reformas trabalhista e previdenciária, o aumento da população de rua por todo o país, o sucateamento da saúde e educação públicas e os bilhões que são desviados para o pagamento da fraudulenta dívida pública. Um 1º de Maio para continuar arrastando os milhões de explorados para as eleições municipais que se avizinham e alimentando ilusão na farsa da democracia burguesa. Certamente, não faltarão discursos humanitários em favor do povo palestino e pelo fim da guerra na Ucrânia, Mas, tudo não passará de uma mera teatralização, apropriada para um dia festivo.

De frente para essa dura realidade, a vanguarda com consciência de classe deve erguer a bandeira de um 1º de Maio classista, operário e internacionalista. Um 1º de Maio de defesa dos

empregos, da redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, para que haja empregos a todos, do salário mínimo vital, da derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, do fim dos acordos de demissão e da flexibilização capitalista do trabalho, da defesa de uma verdadeira saúde pública, da construção de moradias para todos que necessitam.

Os explorados, pobres, miseráveis e famintos necessitam de um 1º de Maio não de discursos, mas de ação concreta, que seja um passo na organização de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa de reivindicações, que unifique a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida. Um 1º de Maio voltado à solidariedade efetiva do povo palestino, com manifestações poderosas por todo o país, exigindo o fim da guerra do Estado sionista de Israel à Faixa de Gaza e a autodeterminação da Palestina. Um 1º de Maio que clame pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexações.

É sobre essa base, que o Partido Operário Revolucionário tem feito a campanha junto aos operários e demais trabalhadores. É sobre essa base que chama os explorados a se colocarem pela independência de classe frente aos governantes, que inclui o governo burguês de frente ampla de Lula. Que trabalha para recuperar os organismos dos trabalhadores (centrais e sindicatos), combatendo a política de conciliação de classes de suas direções e construindo as direções classistas, assentadas nos princípios da democracia operária.

Ergamos juntos e firmes as bandeiras de combate à fome e à miséria. Lutemos para pôr abaixo o capitalismo putrefato, por meio da revolução proletária e edificação de um governo operário e camponês.

Pela estatização da Avibras, sem indenização aos capitalistas e sob o controle operário

Reintegração imediata dos 420 trabalhadores demitidos e pagamento dos salários atrasados

Em março de 2022, a Avibras entrou com pedido de recuperação judicial e demitiu 420 operários. Os trabalhadores estão parados em lay-off desde setembro de 2022 e sem receber os salários há um ano. A maioria dos companheiros sobrevive do trabalho informal fazendo bicos, enquanto espera o pagamento dos salários e direitos. A recuperação judicial é uma medida que só favorece os

patrões. Os donos da Avibras estão usando a recuperação judicial pela terceira vez para demitir os trabalhadores e não pagar salários e direitos. A estatização da Avibras, sem indenização aos capitalistas e sob o controle operário, só pode ser conquistada com a greve, com a ação direta e coletiva da classe operária.

A Avibras é uma empresa nacional que produz lançadores de foguetes e mísseis de cruzeiro e outros veículos blindados de uso militar. Enquanto os trabalhadores estão desempregados, sem poder manter suas famílias, no dia 31 de março, o site defesantet informou que o principal acionista da Avibras, João Brasil, fechou o acordo de venda da empresa para um fundo de investimentos australiano, que comprou 100% da empresa nacional. O Estado Brasileiro era dono de parte das ações da AVIBRAS. A venda da empresa só foi feita depois que o governo burguês de Lula, entreguista, autorizou a venda da empresa. Com a venda, a Austrália adquire um míssil CRUZEIRO pronto, desenvolvido com recursos públicos brasileiros, veículos lançadores como o S-50 com motor-foguete e, também, a tecnologia do sistema de artilharia ASTROS, que é um sucesso de exportação. A direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, controlado pela CSP- Conlutas/PSTU, tem falado que defende a estatização da Avibras, porém, há dois anos, engana e ilude os trabalhadores com a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a Avibras pela via democrática, através do parlamento.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a não terem nenhuma ilusão nos governos e no parlamento burguês. Chama os operários a acreditarem apenas em nossas próprias forças, em nosso método próprio de luta, que é a greve, a ocupação das fábricas, as manifestações presenciais, públicas e coletivas e os bloqueios.



O Boletim Nossa Classe defende que a ocupação da Avibras e a luta pela sua estatização, sem indenização ao patrão e sob o controle operário, é o único caminho para impedir a venda ou fechamento da fábrica, e garantir os empregos, salários e direitos. Os trabalhadores devem rechaçar a recuperação judicial e o lay-off e exigir que o Sindicato Metalúrgico convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos de São José dos Campos e região, para aprovar um plano de luta unificado pela reintegração dos 420 trabalhadores demitidos, o pagamento imediato dos salários atrasados e a luta pela estatização da Avibras, sem indenização aos capitalistas e sob o controle operário.

Cinpal: pelo pagamento integral da PLR!

Operários da Cinpal denunciaram que o patronato informou que pagará em abril apenas 150 reais de PLR, valor muito abaixo do previsto e muito aquém do lucro da empresa, que está comprando novo maquinário de milhões. A desculpa para o não pagamento integral é o não cumprimento de todas as metas. Não aceitamos! Trabalhamos e produzimos, que seja pago o que nos deve!

Essa situação está mostrando a cilada que é acreditar no discurso de “participação nos lucros”. A lógica dos patrões é a do lucro. É o lucro vem da exploração dos operários, por isso a “participação” é uma mentira. A política de PLR serve à exploração mais intensa, pois: 1) faz com que os operários se dediquem ao cumprimento das metas absurdas que lhes são impostas de cima pra baixo; 2) divide os operários, que ficam se vigiando para o cumprimento

das metas; 3) serve de garantia ao patrão caso o lucro esperado não venha, pois retira dos operários o valor que seria repassado em forma de “PLR”.

O Boletim Nossa Classe defende levantar a luta pelas reivindicações próprias da classe operária. Nossas contas chegam todo mês, então temos de ter a garantia de nosso pagamento todo mês com o salário que correspondia. Não podemos aceitar a inflação corroendo nossos salários, que ano após ano não são reajustados. Não podemos aceitar a terceirização, que só serve ao rebaixamento salarial e retirada de direitos. Que nenhum operário receba menos do que o salário-mínimo-vital, que nos cálculos do DIEESE é de R\$ 6.996,36!

60 anos do golpe militar e suas consequências para os explorados

Em 1964, as Forças Armadas derrubaram o governo nacionalista de João Goulart (PTB). Intervieram nos sindicatos e prenderam as lideranças. A ditadura impôs um regime de terror para se manter diante das resistências da classe operária e das correntes que apoiavam o governo burguês de João Goulart. É importante lembrar que o regime militar foi financiado pelo imperialismo para esmagar as greves operárias que estavam em ascensão, como as de Osasco (SP) e Contagem (MG), bem como o movimento estudantil. O governo militar prendeu a vanguarda estudantil no Congresso de Ibiúna e fechou a UNE. Eis por que os trabalhadores e a juventude têm de estar à frente da luta contra qualquer golpe ou tentativa de golpe de Estado. O que não significa que tenham de se submeter à política burguesa de sustentação da democracia formal. A “defesa da democracia” em geral não é um objetivo da classe operária, mas da política burguesa. Isso porque a democracia burguesa é um regime político de dominação de classe. É oposta à

democracia operária. Por meio da democracia, a burguesia e seus partidos exercem a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. Basta ver que todas as medidas econômicas e sociais promovidas pelo Congresso Nacional e pelos governos são contrárias às necessidades mais elementares dos trabalhadores. As contrarreformas trabalhista, previdenciária, tributária, a lei da terceirização, o marco temporal, o salário mínimo miserável etc. estão sendo impostos sob a democracia. Aqueles que dizem que a democracia pode servir tanto aos explorados quanto aos exploradores mentem descaradamente.

A classe operária não deve se submeter aos partidos que comandam o Estado e, portanto, à democracia burguesa. A estratégia da classe operária é a de acabar com o poder dos capitalistas. O que implica derrubar o Estado burguês, seus governos e seu aparato militar-policial, por meio da revolução social e da constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.



O genocídio na Faixa de Gaza completou 6 meses

As instituições burguesas mostram sua falência diante do massacre. A ONU é um instrumento do imperialismo e, como tal, corresponsável pelo genocídio! É preciso levantar os explorados do mundo em uma Frente Única Anti-imperialista para colocar um

fim imediato e permanente à guerra! Somente a ação direta da classe operária e demais explorados será capaz de deter a sanha do Estado Sionista, sob a tutela do Imperialismo estadunidense, e garantir a autodeterminação do povo palestino.

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Volks

Denúncia da Volks, que apoiou o golpe sangrento de 1964 Defesa da democracia operária

No dia primeiro de abril, o Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, esteve presente na portaria da fábrica Volkswagen em São Bernardo do Campo. A distribuição do Boletim, que se tornou quinzenal, levou a campanha do partido junto aos operários durante o mês de março. Na Volks, além de mostrar os bilhões de reais que essa multinacional recebeu do governo burguês de Lula/Alckmin, os militantes denunciaram o apoio dessa montadora ao golpe militar de 1964 e a perseguição desfechada aos operários que se colocaram em defesa das reivindicações e dos métodos de luta, entregando-os aos órgãos de repressão. Hoje, sob a democracia burguesa, a Volks tem sido carro-chefe na implantação da flexibilização capitalista, que objetiva a eliminação de conquistas dos trabalhadores, demissão, terceirização e rebaixamento do valor da força de trabalho. Agora, com uma vantagem: tem o apoio da direção do sindicato, que implementa a política de conciliação de classes.

A agitação chamou a atenção dos operários, que se dirigiram até o alambrado para pegar o Boletim e comprar o Jornal Massas. Alguns se mostraram interessados em conhecer o que se passa na Palestina. Os militantes puderam explicar a política do POR diante da guerra do Estado sionista de Israel à Faixa de Gaza e a política do governo Lula em defesa da resolução da ONU sobre os dois Estados. Portanto, mostrar que se trata de duas posições opostas.

Aproveitaram para divulgar o jornal Massas, que contém a declaração do partido em defesa da República Socialista da Palestina. Houve também o chamado para que os metalúrgicos participem dos atos contra o genocídio do povo palestino e em defesa de um programa próprio de reivindicações, para enfrentar a ofensiva dos capitalistas e dos governos.

A distribuição foi acompanhada de uma intervenção com uma caixa de som. É bom lembrar que a Volks, já algum tempo, fechou a fábrica com a cerca (alambrados), impedindo a distribuição no portão de entrada dos operários. Assim, o Boletim é colocado na cerca e a agitação se dá em volta do alambrado. Tudo para dificultar a propaganda de posições contrárias às do sindicato, que tem livre acesso no interior da fábrica. Mesmo com todos esses obstáculos, a militância usou a caixa de som para denunciar o apoio da Volks à ditadura militar de 1964 e defender a unidade da classe operária contra o fechamento de fábricas, demissões e terceirização. Também para combater as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, levadas a cabo pelo governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas. Denunciou a política das direções sindicais, que têm traído os trabalhadores como os acordos pró-patronais. Por fim, enfatizou a importância de construir a Oposição sindical, classista e democrática, para recuperar os sindicatos para a luta.

São Paulo

Encontro Operário do POR

No domingo, 24 de março, o POR realizou o Encontro Operário em Santo André, no ABC Paulista. O encontro é realizado mensalmente e de forma presencial, com o objetivo de organizar os contatos operários para construir as oposições de luta, classistas e revolucionárias no interior das fábricas e sindicatos.

Na primeira parte, foi discutida a importância de continuar a campanha contra a terceirização e pela efetivação dos trabalhadores terceirizados. Muitos companheiros estão denunciando durante a entrega do Boletim Nossa Classe, na Mercedes, por exemplo, de que realizam a mesma função, porém, recebem 1/3 do salário dos trabalhadores efetivos e que estão abandonados, sem organização sindical para enfrentar a patronal. O trabalho de organização dos trabalhadores terceirizados, que vem fazendo os camaradas do POR do Rio Grande do Norte, na UFRN, contra o atraso dos salários, melhores condições de trabalho e o recente combate à criação fraudulenta de mais um sindicato fantasma dos terceirizados, mostra o acerto da campanha contra a terceirização e a necessidade de impulsionar a organização dos trabalhadores terceirizados nas fábricas e locais de trabalho. Tratamos das demissões, atraso de salários e ameaça de venda da Avibras, empresa aeroespacial da base do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, CSP-

-Conlutas. A burocracia de esquerda assinou um acordo de lay-off, evitando a greve, e a empresa parou de pagar os trabalhadores. Empregos e salários não se negociam, defendem-se com luta! Com a greve e a ocupação da fábrica! Deve-se exigir a estatização, sem indenização e sob o controle operário da empresa, por meio da ação direta coletiva e da luta unificada dos metalúrgicos.

Na segunda parte, houve a formação política com base no texto "A luta pela independência dos sindicatos e pela democracia operária". Esse texto, resultado do Encontro Operário do POR realizado em novembro de 2003, inicia mostrando que o movimento sindical brasileiro naquele momento, estava sob o controle de duas organizações: da Força Sindical e da Central Única dos trabalhadores (CUT). Essa divisão resultou da reconstrução do sindicalismo a partir dos anos 1970 e início de 1980. A CUT expressou, em sua criação, a necessidade dos trabalhadores terem um organismo de centralização nacional, que tinha sido desmantelado pela ditadura militar. O confronto dos metalúrgicos do ABC com as multinacionais e sua insubordinação perante o governo dos generais favoreceu, logo mais, a constituição do movimento democratizante burguês e pequeno-burguês pelas eleições diretas e pela Assembleia Nacional Constituinte. As novas direções surgidas no interior

das greves concluíram em favor do movimento democratizante. A CUT acabou por se edificar como braço sindical do PT. A maior parte das correntes de esquerda foi se submetendo à estratégia democratizante e eleitoralista desse partido. A estratégia do PT desde a sua origem foi a de democratizar o Estado burguês. A CUT e seus sindicatos sofrerão gradual burocratização, refletindo a aproximação cada vez maior do PT ao poder do Estado e a fração capitalista. A política de negociação sem luta, de aceitação do desemprego como inevitável, e a assimilação do terrorismo patronal passou a ser predominante. O sindicalismo de colaboração de classes não pode organizar o movimento anti-imperialista, que una a maioria explorada em torno da classe operária. A luta pela independência dos sindicatos frente ao Estado implica derrotar a política de colaboração do sindicalismo cutista e forcionista. Tarefa que exige um grande esforço por construir as direções classistas e revolucionárias. As correntes de esquerda que admitem negociar as demissões, aceitam PDV's e não defendem a estratégia da revolução e ditadura proletárias, são oposições circunstanciais, que amanhã se tornarão novas burocracias colaboracionistas. As reivindicações mais elementares servem de ponto de partida para desenvolver a luta de classes do proletariado contra o capital. As reivindicações de empregos, salários, e direitos trabalhistas têm de corresponder à defesa de todos os trabalhadores e não só de uma parte. Não se pode impor conquistas elementares à burguesia e nem conservá-las se estas não fizerem parte de um programa que una as reivindicações anti-imperialista com a tarefa de expropriação socialista da grande propriedade dos meios de produção.



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Encontro Operário

Companheiro, venha participar do Encontro Operário do Nossa Classe

28.04 • 15h • Santo André • Presencial

Nosso objetivo é o de construir oposições de luta, classistas e revolucionárias para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Entre em contato para participar



pormassas.org



massas.por



(11) 9 5446-2020

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados do Canteiro da UFRN (manutenção) paralisam suas atividades contra má qualidade do café da manhã e atraso de benefícios

Há meses que os trabalhadores terceirizados da manutenção predial da UFRN sofrem com um café da manhã de má qualidade, que se restringe a dois pães com manteiga ou um cuscuz seco e mal cozido. Os trabalhadores passaram a reivindicar que, ao invés da empresa fornecer o café, revertsse em um benefício de 7 reais por dia.

Cerca de um mês, a empresa D&L havia se comprometido, via mesa de negociação com o SINTRACOMP (sindicato da construção civil), a apresentar uma solução até o dia 01/04. No entanto, na data prometida, os trabalhadores, ao chegarem no canteiro, se depararam novamente com o mesmo café da manhã precário.

Em assembleia, na presença do SINTRACOMP e do Comitê em Defesa dos Terceirizados da UFRN, os trabalhadores decidiram paralisar suas atividades até que a empresa atenda a reivindicação substituir o café da manhã por um benefício de 7 reais por dia de vale-café, e também o pagamento imediato do vale-alimentação e do vale-transporte que estavam atrasados.

Na segunda e terça-feira, a empresa não deu nenhuma resposta. Diante da situação desesperadora dos trabalhadores e sua enorme revolta com a empresa, a direção do SINTRACOMP passou a tentar convencer os trabalhadores da saída jurídica da “rescisão indireta”, que implicaria todos os trabalhadores entrarem com uma ação para que a justiça do trabalho obrigasse a empresa a demitir e pagar as verbas rescisórias de todos os trabalhadores. Ou seja, a demissão em massa, sem que o contrato da D&L com a UFRN fosse quebrado, o que possibilitaria a empresa, em seguida, a contratar outros trabalhadores para ocupar os postos de trabalho do Canteiro da UFRN.

Na quarta-feira (03/04), houve nova assembleia no Canteiro, onde o SINTRACOMP defendeu sua proposta, por meio de seu advogado. Na ocasião, a Corrente Proletária na Educação – CPE/POR se contrapôs à “rescisão indireta”, levando a uma parte dos trabalhadores a ficarem desconfiados da

proposta do sindicato. Em seguida, todos desceram em ato para a Reitoria. Durante o ato, os membros do Comitê em Defesa dos Terceirizados passaram a conversar com os trabalhadores para mostrar os perigos da “rescisão indireta”, e que não deveriam aceitar essa falsa solução.

Na Reitoria, foi feita uma reunião com a Pró-Reitoria de Administração – PROAD, que repetiu o mesmo discurso de sempre de que a UFRN estava fazendo sua parte e que, para realizar o pagamento direto aos trabalhadores em virtude da reincidência dos atrasos, precisaria haver uma decisão judicial. Após a reunião, vendo que os trabalhadores, em sua maioria, poderiam rejeitar a proposta da rescisão indireta, o advogado do SINTRACOMP mudou sua posição, dizendo que o sindicato entraria agora com uma “Ação Cautelar para bloqueio de fatura”, para garantir que a empresa não dê calote nos trabalhadores e suma com o dinheiro público da UFRN.

Na própria quarta-feira, os trabalhadores receberam o pagamento do vale-alimentação, além do vale-transporte. No entanto, se mantém paralisados até solucionar o problema do café da manhã.

A atuação dos membros do Comitê em Defesa dos Terceirizados foi crucial para impedir uma tragédia. A proposta de rescisão indireta, seria uma derrota arrasadora para todos os trabalhadores terceirizados da UFRN, que vêm nos trabalhadores do Canteiro um pilar de sua luta. Isso mostra que, mesmo com a presença da direção SINTRACOMP, o Comitê ainda é uma referência para esses trabalhadores, que têm dado um grande exemplo de luta e união, e aprenderam, a longo desses últimos meses, que o método para conquistar suas reivindicações é a ação direta.

Viva a luta dos trabalhadores terceirizados da UFRN!

Que a UFRN e a empresa atendam imediatamente as suas reivindicações!



São Paulo - ABC

SinTUFABC: 1ª Assembleia de Greve marca rechaço ao autoritarismo governista

A 1ª Assembleia de Greve ocorreu no dia 21 de março, uma semana após o início do movimento grevista, contando com aproximadamente 125 pessoas, sendo 50 presencialmente e 75 virtualmente. No início, houve saudações de apoiadores, como Apeoesp Subsede Santo André, Faísca/MRT e UJR, e informes sobre a assembleia docente local, que iniciou a discussão sobre a greve, e da greve nacional dos TAEs.

A Corrente Proletária (CPE), que distribuiu o Boletim CPE-UFABC N.º 32, realizou o informe sobre a greve nacional, que foi ajustado com a informação de que, mesmo sem o quórum previsto no Estatuto da federação, o Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA foi instalado na tarde do dia anterior. Seguiu-se, assim, a pauta relativa à orientação sobre o registro de frequência.

O ponto foi aberto com o informe da comissão de negociação referente a reunião com a Reitoria. Diversas intervenções criticaram o acordo entre a comissão de negociação, escolhida pelo Comando Local de Greve e a Reitoria, de orientar o registro da ocorrência “exercício do direito de greve” pelos grevistas, tanto por conta do atropelamento, já que a comissão não deveria fazer qualquer acordo sem passar pela assembleia, quanto à identificação de grevistas. Essa divergência levou parte da categoria, equivocadamente, considerá-la como um conflito entre as chapas que compõem a direção do sindicato. Chegou-se a falar em “deixar as ideologias de lado e fortalecer a união da categoria”.

Em sua intervenção, a CPE expôs sua posição contrária ao acordo burocrático e explicou que a ocorrência não garante a não reposição de horas, servindo tão somente para ajudar a Reitoria a identificar grevistas. Afirmou que estamos sujeitos a erros, questionando se o acordo de fato foi um erro ou não. Esclareceu que é natural haver divergências, mas que o problema consiste no desrespeito às instâncias sindicais e no aparelhamento do sindicato, e que a unidade do movimento se constrói respeitando as instâncias e suas decisões e não com base no voluntarismo de abandonar ideologias etc. Por fim, afirmou que os trabalhadores devem se orientar pela justiça das reivindicações e que a não-reposição não pode ser condição à greve.

Os Coordenadores Gerais do SinTUFABC, ligados ao Coletivo Travessia, não acataram as críticas. Em resposta à CPE, a dirigente declarou que “pode até ser que venha a mudar, mas até agora não reconhece erro”. O dirigente que atua como presidente do sindicato, por sua vez, retomou o discurso cínico de que a greve é da categoria e não de grupos para dizer que a Reunião do CLG que rejeitou o acordo burocrático foi uma vergonha para os movimentos feministas e LGBT, lançando mão do identitarismo.

Colocou-se em votação se a assembleia ratificaria ou não a posição da 3ª reunião do CLG de rejeitar o acordo. No presencial, 23 pessoas votaram a favor da ratificação, ninguém contra e 3 se abstiveram. No online, houve 23 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções. Com 46 votos a favor, a assembleia ratificou a posição do CLG. Junto a isso, aprovou a inclusão de novos membros no GT de frequência, que havia sido criado na primeira reunião do CLG, mas não se reuniu, e que o GT apresentasse uma proposta na reunião do CLG, no dia 26/03, a ser apreciada em nova assembleia, convocada para o dia seguinte.

Discutiu-se, ainda, a orientação do CLG sobre o registro de frequência até a próxima assembleia. Uma parcela dos grevistas defendeu registrar o ponto normalmente. A CPE defendeu manter a orientação da assembleia de deflagração da greve e do CLG de não registrar o ponto. Antes da votação, o Coletivo Travessia se retirou da assembleia e alertou ao militante porista de que “tomassem cuidado com o que vão fazer”. A proposta de bater o ponto recebeu 11 votos no total, sendo 7 no presencial e 4 no virtual, enquanto a proposta de manter a orientação de não registrar o ponto recebeu 32 votos favoráveis, sendo 14 no presencial e 18 no online. Houve, ainda, 5 abstenções. Com isso, manteve-se a orientação, pelo movimento grevista, de não registrar o ponto.

A assembleia aprovou, por unanimidade, que o coordenador geral disponibilize a senha das redes sociais do sindicato, de maneira que não continue sendo monopolizada por ele. Isso ocorreu principalmente em função da publicação da nota conjunta pelo sindicato, à revelia do CLG e da própria assembleia. Até a data de elaboração dessa nota (01/04), a senha ainda não havia sido disponibilizada.

SinTUFABC: apesar da direção majoritária, CLG realiza 2ª Assembleia de Greve

Em 27 de março, ocorreu a 2ª Assembleia de Greve dos TAEs da UFABC, reunindo cerca de 115 TAEs, sendo 45 presencialmente e 70 virtualmente. Na pauta, constavam basicamente os informes e a proposta de termo de acordo sobre o registro de frequência. Um dia antes, a direção majoritária do sindicato publicou um ofício com diversas falsificações, deslegitimando o Comando Local de Greve (CLG) sob o subterfúgio de que “a participação do sindicato é indispensável [...], pois é a instituição social permanente que dialogará com a universidade, após o término da greve” e informando que a próxima assembleia seria apenas para o dia 4 de abril. O CLG organizou e realizou a 2ª Assembleia de Greve dos TAEs da UFABC, apesar da direção majoritária do sindicato.

Durante a 4ª reunião do CLG, realizada em 26 de março, esclareceu-se que a 2ª Assembleia de Greve, prevista para 27 de março, foi convocada pela 1ª Assembleia de Greve, não sendo de competência do CLG e muito menos da Coordenação Executiva

do sindicato cancelá-la. Mesmo com o boicote da direção majoritária, a 4ª reunião do CLG aprovou, por maioria, a realização de uma votação no início da assembleia sobre a contabilização dos votos virtuais, e um ponto à apresentação do ofício, caso alguém quisesse defender, com o mesmo tempo reservado para a apresentação do termo de acordo sobre o registro de frequência. Uma clara adaptação ao oportunismo da direção majoritária que tentando deslegitimar o CLG afirmou que a assembleia de 21 de março contabilizou os votos presenciais e virtuais, quando, segundo eles, deveria considerar os votos virtuais apenas como consultivos. A CPE, que levantou essa discussão na assembleia de deflagração da greve, em oposição à majoritária, se colocou contra realizar essa votação na 2ª Assembleia de Greve e, na assembleia, se absteve por entender que se tratava tão somente de buscar legitimidade diante da burocracia. Quanto à apresentação do ofício, ninguém se dispôs a fazer. Como esperado, a direção majoritária boicotou e não

compareceu à assembleia. A Reitoria, por sua vez, ciente do ofício burocrático, cancelou a reunião da mesa de negociação agendada para 28 de março.

O termo de acordo sobre o registro de frequência, que orienta o não registro da frequência, a não apuração das ausências pela Reitoria e a compensação de trabalho (e não reposição de horas), foi apresentado e não houve objeções. Em seu pronunciamento, a CPE fez uma avaliação do movimento grevista, destacando que o SinTUFABC está na contramão do movimento nacional, com a adesão estagnada ou mesmo regredindo devido à divisão no movimento; citando as razões que os trabalhadores têm colocado para não aderirem à greve; e colocando a necessidade de mudar a orientação do movimento, de maneira a superar a passividade, projetar o movimento nas ruas, e o CLG funcionar diária e ativamente. Defendeu a aprovação da proposta de termo de acordo, e propôs, dentre outros itens: a) a revogação dos mandatos dos representantes do CLG na comissão de negociação e eleição de novos representantes; b) a realização de um ato na Reitoria, logo após a assembleia, exigindo o reconhecimento do CLG como instância legítima de representação e negociação da categoria durante a greve, e a manutenção da reunião da mesa de negociação agendada para o dia seguinte; c) suspensão imediata das instâncias híbridas (assembleias e reuniões do CLG) durante a greve. Que as assembleias de greve e reuniões do CLG sejam exclusivamente presenciais.

Em votação, a proposta de termo de acordo foi aprovada com 79 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções. Os mandatos da comissão de negociação foram revogados com 52 votos favoráveis, 2 contrários e 10 abstenções. Elegeram-se três novos representantes,

incluindo o militante porista, com 61 votos favoráveis e 1 abstenção. O ato na Reitoria foi aprovado com 46 votos favoráveis e 7 abstenções. Foi aprovado um ofício à Reitoria comunicando essas decisões. Em relação a nova assembleia, a CPE defendeu a convocação para a mesma data, horário e local da assembleia convocada pela direção burocrática, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Quanto à suspensão das assembleias híbridas, houve apenas seis votos favoráveis. Durante a defesa, a CPE expôs sua posição principista, defendida desde a reforma estatutária em 2023, de que a virtualidade descaracteriza a natureza coletiva do movimento sindical, explicando que a “participação virtual” se resume à discussão e decisão, mas não à execução coletiva, a exemplo do ato que acabara de aprovar e que seria realizado apenas por quem estava no presencial. Colocou a necessidade das ações coletivas e presenciais, explicando que não há justificativa para em plena greve haver assembleia híbrida, sendo que há uma assembleia por semana. A defesa a favor da virtualidade ocorreu por uma ex-dirigente sindical, que argumentou que quem está em casa também está mobilizado. A defesa da virtualidade, inclusive pela maioria de quem estava presencialmente, mostrou o desafio em superar o individualismo e o imobilismo.

Finalizada a assembleia, os servidores saíram em ato do Piso Vermelho à Reitoria sob a palavra de ordem “sou servidor; e vou lutar; por salário e condições pra trabalhar!”, onde apresentaram as suas reivindicações e garantiram a manutenção da mesa de negociação no dia seguinte.

SinTUFABC: 3ª assembleia de greve aprova construção de pauta local e mantém discussão sobre o registro de frequência

A 3ª assembleia de greve do SinTUFABC ocorreu no dia 4 de abril, com cerca de 48 trabalhadores presencialmente e 77 virtualmente. A direção majoritária, que boicotou a 2ª assembleia de greve e convocou uma assembleia oficialista para 04 de abril, não compareceu ao local da assembleia, de maneira que a assembleia foi conduzida conforme a proposta de mesa e pauta aprovada na reunião do Comando Local de Greve (CLG).

Os pontos de pauta foram basicamente a greve nacional e local. Na pauta nacional, um dirigente do SINASEFE-SP fez uma apresentação sobre a greve do SINASEFE e a CPE apresentou informações sobre a greve nacional da educação federal. Para que se pudesse discutir a greve, o CLG deliberou, por maioria, que o registro de frequência não seria um ponto de pauta específico. Contudo, as intervenções sobre a greve local se restringiram basicamente ao registro de frequência.

Durante a assembleia, a CPE interveio com banca de materiais, cartazes e distribuição do Boletim CPE-UFABC N.º 33. Em seu pronunciamento, questionou aos presentes se sabiam do índice de recomposição das perdas salariais reivindicado, os quais não souberam responder objetivamente. Colocou, assim, o problema de estar em greve sem conhecer objetivamente as reivindicações, explicando que isso se deve justamente ao predomínio de discussões burocráticas, colocando a necessidade de avançar na organização da greve. Expôs que o governo ainda não abriu negociações com o movimento grevista e que devemos exigir que abra as negociações com o CNG. Colocou que ocorrerá assembleia dos docentes no dia seguinte e que devemos enviar uma delegação para defender a aprovação do indicativo de greve. Em relação ao registro de frequência, defendeu a manutenção da posição de não registro,

conforme orientação da Plenária e do CNG da FASUBRA, expondo, ainda, que a Reitoria não cedeu em nada, pois não se comprometeu e nem se comprometerá agora que a reposição será por trabalho, pois não tem respaldo normativo ou do ForGePe. Explicou que a revogação da IN é pauta da greve e que a não reposição das horas paradas será conquista de greve, por isso devemos lutar pela vitória da greve. Quanto a insegurança de alguns servidores, explicou que devemos confiar na força da greve nacional, inclusive política e juridicamente, pois a direção local, que é contra a greve, de maneira que tentou adiá-la e a abandonou na primeira semana, não fará a nossa defesa, se houver problema quanto a mudança de definição relativa a orientação nacional.

Desde a primeira reunião com a Reitoria, a burocracia vinha ressaltando o caráter nacional da greve, que não tinha pauta local, e declarando apoio integral às reivindicações do movimento, tal-

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00

**Balanco das
eleições na
APEOESP (2023)**

—

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

—

 **POR** 

vez desconhecendo que a Proposta de Reestruturação do PCCTAE inclui a recriação dos cargos extintos que foram terceirizados e a redução da jornada de trabalho, sem condicionantes e sem redução salarial, de maneira que a mesa de negociação passou a ser denominada como “mesa de diálogo”, o que foi assimilado pela direção majoritária e, posteriormente, corrigido na própria mesa, a pedido da CPE. Nessa direção, um marco da assembleia foi a aprovação da proposta de construir a pauta local, deliberada com 54 votos favoráveis e um único voto contrário.

A CPE propôs que a próxima assembleia seja exclusivamente presencial. Um servidor defendeu a supressão da proposta, argumentando a favor da assembleia híbrida, considerando que há pessoas que não conseguem participar presencialmente. A CPE defendeu a manutenção da proposta argumentando que a assembleia será no dia que completará um mês da deflagração da greve, talvez tratará da eventual polêmica nacional sobre o reajuste dos auxílios condicionado ao congelamento salarial em 2024, e de que deliberará sobre a pauta local, ou seja, pauta de reivindicações, ocasião na qual, segundo o Estatuto, se contabiliza apenas os votos presenciais, portanto nada mais justo que fazer uma assembleia presencial massiva no Piso Vermelho, divulgando antecipadamente, e mobilizando os trabalhadores para a assembleia de greve, até para mostrar o movimento real porque não será com telinhas, atomizado em casa, que constituiremos a força social necessária para conquistar as reivindicações. Acrescentou, ainda, que nem sempre todo mundo consegue participar, mas que isso não é motivo para fomentar o imobilismo com a assembleia híbrida, pois a pessoa pode pegar informes. Em votação, 9 pessoas, todas no presencial, votaram a favor da realização da próxima assembleia de forma exclusivamente presencial, e 54 pessoas votaram contra, ou seja, a favor da realização da assembleia híbrida.

Propusemos, também, destituir a representação do SinTUFABC no CNG pelo fato de não ter ido ao CNG. Ocorreram destaques. Um deles, aceito pela CPE, era de acréscimo: “e por não estar participando das assembleias e atividades do CLG e ter descumprido a decisão da assembleia quanto a disponibilização das senhas das redes sociais do sindicato”. No entanto, integrantes da Frente Governista rejeitaram a votação da proposta. Um deles, prontamente, propôs o adiamento da deliberação, em nome do direito de defesa/ao contraditório. Ocorre que, apesar de ser Coordenador Geral do SinTUFABC, responsável pela convocação da atual assembleia oficialista, o representante a ser destituído não estava presente. A CPE solicitou a votação da manutenção ou supressão da proposta, visto que não existe destaque de adiamento e quem é a favor do adiamento poderia votar em suprimir a proposta. A CPE defendeu a manutenção da proposta afirmando que um representante ou delegado eleito assume compromisso e responsabilidade, não pode simplesmente ignorar e não ir, se não poderia ir era só não se candidatar, e que não há justificativa para não ter ido. No caso, o dirigente não foi porque está acostumado com a virtualidade e o CNG é presencial. Precisamos participar do CNG, não podemos aceitar que alguém eleito vá apenas quando quiser. A defesa da supressão, pelo grupo do dirigente (Coletivo Travessia - Resistên-

cia/Psol), se resumiu a dizer que a assembleia que o elegeu foi legítima e que não haveria porque destituí-lo já há duas vagas e só uma está preenchida e, ainda, que não se deveria fazer destituições regularmente. Em votação, no presencial, a proposta de manutenção foi aprovada, com 12 votos favoráveis, 8 contrários e 6 abstenções. A mesa anunciou a vitória da manutenção da proposta por 15 votos favoráveis, 11 contrários e 7 abstenções. Prontamente, as integrantes do Travessia (PSOL) reivindicaram votar o adiamento da proposta e nova contabilização dos votos. Então, decidimos por retirar a proposta. Posteriormente, alguns trabalhadores, inclusive favoráveis à proposta, questionaram-nos porque retiramos a proposta, mesmo ela já tendo sido aprovada. Explicamos: a discussão já havia tomado bastante tempo da assembleia e a conduta das duas ativistas do Travessia, de causar confusão para fazer crer que a destituição não se justificava, servia para desviar a atenção do fundamental que é a construção e fortalecimento da greve, além de que o máximo que poderia ocorrer é o representante eleito ir a Brasília antes de retomarmos essa discussão. Esse é o método do que vem sendo utilizado para desgastar as instâncias do movimento, desviando e cansando os trabalhadores com discussões que ao contrário de servir para fortalecer a greve servem para enfraquecê-la.

Por fim, deliberou-se, novamente, sobre o registro de frequência. Chegou-se a votar, por exemplo, sobre continuar ou não tentando construir acordo com a Reitoria. Com 38 votos favoráveis, um contrário e 8 abstenções, deliberou-se pela edição da proposta de termo de acordo. Em seguida, com 2 contrários e 33 favoráveis, decidiu-se adiar a edição. Alguns servidores estavam apreensivos por uma definição em nova assembleia. Com um voto contrário e 35 favoráveis, deliberou-se pela realização de uma reunião do CLG no dia seguinte, 05 de abril, às 14h, no mesmo horário da Assembleia da ADUFABC. Isso após uma votação sobre a convocação de uma assembleia extraordinária, que foi suspensa devido ao prazo à convocação. Por fim, em oposição ao rito que o CLG vem seguindo, de apresentar os documentos nas reuniões das instâncias, a fim de evitar ruídos, propuseram o envio da proposta de termo de acordo à lista institucional aberta de correios eletrônicos corporativos dos TAEs, o que foi rejeitado por 17 votos, contra 12 favoráveis, além de 2 abstenções. Com isso, a assembleia terminou às 19h13, após 5 horas de duração.

Apesar das confusões, tanto políticas, quanto metodológicas, não houve alteração na orientação quanto ao não registro do ponto e foi aprovada a construção da pauta local, portanto, prevaleceu a política própria dos trabalhadores. Destaca-se que, em grande medida, o processamento das discussões e deliberações transcorreram de maneira confusa em função do CLG não ter definido uma posição orientadora à assembleia, o que aprovado por maioria no CLG. Além disso, a natureza nefasta das instâncias virtuais ficou ainda mais clara. Por diversas vezes, a assembleia foi interrompida pelo fato da conexão cair frequentemente, a ponto dos participantes precisarem disponibilizar sua própria rede móvel para garantir a virtualidade. Junto a isso, observou-se a confusão quanto à contabilização dos votos virtuais.



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Direção da ADUFABC encerra assembleia sem votar data da assembleia de deflagração da greve

Em função do indicativo de greve nacional dos professores universitários com início em 15 de abril, aprovado pelo Setor das IFES do ANDES-SN, a Diretoria da ADUFABC (PT) convocou uma assembleia para o dia 05 de abril para avaliar a aprovação do indicativo de greve. Durante a assembleia enfatizaram que se trata apenas de um indicativo, afirmando que uma eventual deflagração de greve ocorrerá somente após consulta aos docentes que indicam maioria favorável.

Durante a assembleia, os professores reconheceram a necessidade da luta, principalmente devido a degradação das condições de trabalho. Muitos, porém, colocaram reservas à greve em função, segundo eles, da falta de impacto de uma greve setorial, da pauta tímida, e da relação com a sociedade. Assim, tentaram desviar a pauta propondo aprovar “estado de mobilização”. Os docentes politicamente mais atrasados, recorreram à defesa da virtualidade, propondo consulta eletrônica e assembleia híbrida. A presidenta explicou que “infelizmente, o Estatuto do ANDES-SN não permite assembleia híbrida”, embora ela fosse favorável.

A Diretoria da ADUFABC colocou em votação o indicativo de greve, que foi aprovado por ampla maioria. No entanto, sem vin-

cular a uma data. Isso ocorreu porque a direção não quer impulsionar a greve e só pretende aderir ao movimento grevista nacional após a conclusão do período letivo atual, entre o final de abril e início de maio. Indignada, uma professora afirmou que não basta só o indicativo, é necessário deflagrar a greve, e exigiu a convocação de uma nova assembleia para a próxima semana, considerando que a greve no recesso dispersará os docentes e estudantes, além da importância nacional da UFABC, vista como a “menina dos olhos” do governo. A professora ainda ridicularizou o voto eletrônico, mostrando a necessidade da luta física.

A direção da ADUFABC informou que pretende convocar a assembleia somente no final do quadrimestre e encerrou a assembleia sem votar a proposta da professora.

Durante as intervenções sobre a pauta do indicativo, o militante porista solicitou a palavra, como servidor TAE, mas não pôde falar. No entanto, ao final da assembleia, distribuiu o Boletim da CPE, no qual consta a denúncia da farsa da greve virtual e no recesso e a defesa da aprovação do indicativo de greve do ANDES-SN para 15/04.

Pernambuco

IFPE: Assembleia Geral passa por cima da burocracia petista do sindicato e deflagra GREVE

A Assembleia Geral dos servidores do IFPE deflagrou greve a partir de 3 de abril, se unindo a Greve Nacional da Educação. A direção do Sindsipe (PT) tentou impedir votação de greve pela base, mas diante do avanço da greve nacional, iniciada em 11 de março pela Fasubra, o sindicato foi obrigado a discutir a greve.

A rodada de assembleias presenciais nos campi para discussão e aprovação da greve era para ter ocorrido no início de março, para a seção se posicionar sobre a greve na 187ª Plenária Nacional do Sinasefe (16 e 17 de março), mas a direção passou por cima da decisão da assembleia e não realizou as assembleias nos campi. Fez assembleia geral “híbrida” 2 dias antes da Plenária, mas também não colocou na pauta a greve e impôs aos delegados a não votarem pela greve, sob o argumento de ser um “desrespeito com a base que não discutiu a greve”, sendo que o desrespeito foi da direção que não cumpriu a decisão da assembleia. Assim, na Plenária Nacional se abstiveram, declarando no voto que Pernambuco não tinha discutido. Mas, na Plenária Nacional a grande maioria votou pela greve a partir de 3 de abril, com exceção de 6 seções, que também se abstiveram.

Com o crescimento da greve dos IFs e universidades, os servidores do IFPE passaram a pressionar a direção do sindicato, que se limitou a fazer rodada de reuniões nos campi, com participação virtual do sindicato. A Assembleia do dia 26/03 seria híbrida, com o sindicato na sede e os servidores no virtual. Com a experiência da rodada de reuniões, o grupo de oposição ao sindicato (Mobilização Classista Luta e Resistência, composto por independentes, Emancipação Socialista e CPE/POR), organizou e convocou amplamente os servidores se concentrassem presencialmente nos campi Recife e Barreiros. Isso obrigou a direção do sindicato a ir presencialmente ao campus Recife, isso fez com que se concentrassem presencialmente os favoráveis à greve. Assim, a assembleia geral de 26/03 decidiu

por greve, e os petistas não puderam manter o discurso do risco da greve fortalecer a ultradireita golpista, e ainda votaram pela greve. Mas, na esperança de conter a disposição de greve, a direção do sindicato propôs rodada de assembleias nos campi para “adesão” à greve e se colocaram contra a formação do Comando de Greve, mas o Plenário se colocou em defesa do Comando de base para o fortalecimento da greve. A proposta de rodada de Assembleia para “adesão” após a votação da Assembleia Geral causou uma confusão, onde os servidores se questionaram se já iniciava a greve em 3/04 ou aguardava a assembleia de seu campus para poder fazer greve. Foi mais uma armadilha da direção petista que quer atrasar a greve. Para tentar garantir a greve, em reunião do Comando foi esclarecido que a greve inicia em 3/04, cabendo às assembleias locais a construção do Comando de greve e das ações do movimento em cada campus.

No dia 3, houve as mobilizações para o início da greve nos campi. A primeira assembleia de campus se deu em Recife, que se mostrou favorável, o que fortalecerá os demais campi. A greve da Educação cresce na região Nordeste, com adesão do IFRN, IFPB, IFAL. É preciso defender a unidade nas ações com Fasubra, Andes-SN e Sinasefe. Apontar para os servidores que a greve, com atos massivos de rua e unidade com os estudantes, é única forma de pressionar o governo a recompor o salário, defender os direitos e todo orçamento necessário para Educação Pública. Pressionar que as centrais, sindicatos e movimentos populares fortaleçam a greve. Uma das pautas é a revogação das contrarreformas, que ferem os direitos e é um ataque à vida da juventude. Que a greve da educação se torne parte da mobilização para a greve geral, será sob o movimento da maioria oprimida que barraremos a destruição da educação e ergueremos a defesa do salário, dos direitos e do emprego.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Pernambuco

Aprovado indicativo de greve na UFPE apesar da sabotagem da diretoria do PCdoB

Segue a construção da greve das federais do Andes-SN. Na Universidade Federal de Pernambuco, onde a diretoria da Adufepe (PCdoB) quer se separar de nosso sindicato nacional, as bases se expressaram na assembleia contra o arrocho salarial.

Foi aprovado o indicativo de greve com 81 votos favoráveis, 62 contrários e 7 abstenções.

A diretoria jogou contra a greve fazendo ataques ao Andes, mas não apontou nenhum caminho de como se obter a reposição salarial, considerando que após 8 meses de “enrolação”, o governo Lula mantém a “proposta de 0% em 2024, 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. Nossas perdas são maiores do que 40%. Venceu o caminho da luta!

Houve ainda a aprovação dos encaminhamentos:

1. Criar comando de mobilização docente, com agenda nos centros;
2. Convidar entidades representativas de técnico-administrativos e estudantes para comando unificado de mobilização;

3. Enviar representantes (titular e suplente) da UFPE para a reunião do setor das federais do Andes-SN dia 10 de abril.

4. Assembleia em 17 de abril (3º dia de aula) com pauta “deflagração da greve”.

Passada uma semana, a diretoria não colocou em prática nenhum encaminhamento.

A assembleia também aprovou a readmissão de uma funcionária que estava a um ano e meio de se aposentar. A mesma diretoria que esbanja dinheiro com tanta coisa supérflua quis “economizar” com essa demissão sem justa causa.

Para 17 de abril, a diretoria tentará mobilizar os setores contra a greve. Uma das batalhas dos setores contra o divisionismo e pelo caminho da luta é retomar a assembleia 100% presencial, uma vez que as assembleias “híbridas” atomizam o movimento, quebrar a unidade entre deliberação e execução e reforçam o controle da burocracia sindical.

Ceará

Professores se revoltam contra manobra da APEOC para impedir aprovação da greve



A assembleia dos professores da rede estadual, ocorrida no dia 4 de abril, no ginásio Aécio de Borba, foi marcada pela revolta da categoria contra a direção traidora do sindicato (PCdoB/PT/PSOL-Resistência) por usar de todas as artimanhas para impedir a aprovação da greve. A assembleia geral (a terceira do ano) havia sido agendada, com antecedência, pela própria direção da APEOC, para discutir a contraproposta do governo Elmano de Freitas/PT e decidir se o professorado iria ou não à greve por tempo indeterminado.

A primeira assembleia, do dia 15 de março, aprovou o “estado de greve”. Na seguinte, dia 26 de março, a base foi informada das negociações travadas com o governo e aprovou calendário de lutas.

No intervalo entre as assembleias, foi crescendo a mobilização da categoria, que contou, inclusive, com a realização de zonais, e a expectativa para a aprovação da greve na assembleia seguinte.

Mesmo com chuva, a esperada assembleia de 4 de abril teve forte adesão, com a presença de cerca de 5 mil professores. A categoria expressou a sua rejeição ao conjunto de contrapropostas rebaixadas da SEDUC (reajuste de 5,62% apenas em julho; retroativo a janeiro de apenas 3,62%; PVR insuficiente; demora do pagamento do retroativo de 2023 etc.) e pressionou para que fosse votada a greve. As tensões começaram para valer quando a direção do sindicato informou que a assembleia não poderia deliberar pela greve porque não havia sido convocada com esta finalidade e que,

em caso de aprovação, o governo, fatalmente, recorreria ao TJCE para impor a ilegalidade. A categoria, percebendo a manobra de conciliação a fim de blindar o governo às custas de sua situação salarial, rechaçou a desculpa e exigiu que, mesmo nestas condições, a votação fosse realizada. As correntes de oposição lembraram que a data de 4 de abril já havia sido marcada com antecedência e, portanto, com tempo de sobra para a comunicação oficial ao governo do estado sobre a possível decisão de paralisar. A direção do sindicato já havia tornado público, no dia anterior, sua posição de aceitar o resultado da mesa de negociação com o governo, apresentando-a como uma conquista importante para a categoria.

Instalou-se o impasse com a direção se recusando a votar a deflagração da greve. Ao não encaminhá-la, e praticamente encerrar a campanha salarial, a categoria se revoltou. A assembleia entoou em coro, gritos de “golpistas”, “traidores” e “vendidos” contra a burocracia. Vários ativistas subiram no palco para confrontar a diretoria. Houve agressão por parte dos seguranças do sindicato. Ao sair do local da assembleia, a diretoria foi vaiada e atacada com cadeiras pelos professores.

A burocracia da APEOC prestou um dos serviços mais sujos ao governo do estado, salvando Elmano Freitas/PT de mais uma greve no funcionalismo, como as que já ocorrem no Detran, UECE e URCA. As tarefas que se impõem daqui para frente são: a reconstituição imediatamente da oposição (MOS), a convocação dos zonais e da rede de zonais, a luta pela continuidade da campanha salarial e luta pela expulsão da burocracia vendida da direção do nosso sindicato.



Ceará

Greves docentes e do funcionalismo forçam Elmano/PT a revelar sua verdadeira face

No dia 3 de abril, setores do funcionalismo e docentes entraram em greve por reajuste salarial e reestruturação da carreira. Foram os casos do Detran, UECE e URCA (Universidade Regional do Cariri), que realizaram assembleias e votaram a deliberação após esgotadas as tratativas com o governo.

O Sindetran denuncia que os salários dos servidores é o mais baixo do Nordeste e que desde 2019 aguarda decreto regulamentando as progressões do PCCS, que nunca saiu do papel. Os docentes da UECE, por sua vez, reivindicam 35,7% de reposição salarial; equiparação salarial entre efetivos, substitutos e temporários; reforma na estrutura dos campi; seleção pública para repor o quadro de professores entre outros. No caso da URCA, os professores acumulam perdas salariais de 37,7% e reivindicam também retomada dos processos de ascensão funcional parados, além de concurso e melhorias na infraestrutura do campus.

A reação do governo Elmano Freitas diante das greves foi acionar a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e as direções dos próprios órgãos envolvidos para recorrerem à Justiça. No dia 3, antes mesmo de se iniciarem as greves, as direções do Sindetran, Sinduece e Sindurca foram surpreendidas com a liminar do desembargador Inácio Alencar Cortez, do TJCE, decretando ilegal o movimento e aplicando multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da decisão. De nada adiantou o cumprimento da lei de greve (o respei-

to às 72 horas de comunicação oficial ao governo etc.), a PGE, em seu pedido à Justiça, alegou que as negociações não foram frustradas e que a paralisação afeta serviços essenciais.

As direções não acataram a decisão judicial e mantiveram a greve (até o presente momento) assim como sua programação. Trata-se da única posição justa diante da arbitrariedade do governo de cassar o direito de greve dos explorados. Qualquer outra posição equivaleria à capitulação perante a ação reacionária de Elmano.

Independentemente de serem vitoriosas ou não, no atendimento de suas reivindicações, as três greves tiveram mérito de arrancar a máscara do governo petista. O rótulo ostentado por Elmano Freitas (antigo assessor de Luizianne vinculado ao MST), de democrático e aberto ao diálogo com os movimentos sociais foi, definitivamente, maculado. O governo petista age como qualquer outro governo burguês, inimigo dos explorados, atacando grevistas, defendendo os interesses dos grandes capitalistas, mantendo o arrocho salarial e as contrarreformas da direita.

É preciso impulsionar com todas as forças a campanha de solidariedade aos trabalhadores docentes e servidores do Detran, lutar pela unificação das greves e convocar os demais explorados e juventude oprimida a se solidarizarem com as categorias grevistas. Viva as greves docentes e do funcionalismo!

Rondônia

Uma experiência negativa que não pode ser repetida

É do conhecimento de todos que, desde o início do ano, os burocratas conciliadores do Sintero vivem nas infrutíferas “mesas de negociações”, com a equipe do governador Coronel Marcos Rocha e Hildon Chaves, ambos do União Brasil. Submetem as reivindicações dos trabalhadores da educação à farsa da negociação permanente.

Nas primeiras assembleias, ocorridas nesse ano, as direções sindicais, tanto do município quanto do estado, um número expressivo de trabalhadores da educação compareceu e mostrou disposição para enfrentar o governador e o prefeito e pressioná-los para que as reivindicações fossem atendidas. Mas, as propostas da base eram manobradas para que não fossem colocadas em votação. Isso, porque a burocracia não quer enfrentamento com os governos, optando pelas mesas de conversas fiadas. As justificativas eram que não poderiam encerrar essas reuniões antes de terem uma resposta do Executivo.

No município, as assembleias posteriores já foram esvaziadas, pois a conduta dos burocratas já tinha desanimado a base. Assim, aproveitavam a situação para justificar que não era possível deflagrar uma greve, em função do baixo número de comparecimento nas assembleias. Dessa forma, continuavam nas tais mesas de negociação. Como não tinha nada para apresentar aos trabalhadores da educação, foram obrigados a convocar uma paralisação no dia 26 de março. Nesse dia, ocorreu aconteceu a ocupação na Câmara de Vereadores.

Após a paralisação, foi marcada uma assembleia em frente à prefeitura para o dia 01/04, com o argumento de forçar o prefeito atender a pauta de reivindicações. Tal paralisação não aconteceu e por qual razão? Primeiro, pela falta de mobilização por parte do sindicato, que deixou para divulgar somente na véspera. Segundo, por forte chuva, então o resultado foi uma reunião com os poucos professores. A presidente do Sintero aproveitou para informar da

reunião ocorrida no dia 27 de março com o prefeito e seu secretário. E apresentou a proposta de consenso entre o executivo municipal e os Sindicatos. Convocou os presentes para acompanharem de perto o Projeto de Lei que deve ser votado na Câmara Municipal, no dia 03/04. Em que “O percentual do Piso, conforme acordado no ano anterior, e como complemento referente aos meses de janeiro, fevereiro e março, no contracheque dos trabalhadores em educação neste mês de abril. E ainda, no mês de abril será concedido na carreira de todos e todas as trabalhadoras em educação o percentual de 4,62%. Apesar da implementação do piso magistério ocorrer em um momento futuro, será retroativo, impulsionando assim a trajetória profissional. E uma gratificação no valor de R\$ 300 aos técnicos e técnicas”, de educação. (trabalhadores de escolas).

Já o governador do estado sequer respondeu ao sindicato, e ainda um de seus serviços em uma dessas reuniões rasgou o ofício de solicitação de reuniões do sindicato na presença deles. No dia 27/03, estava agendada uma reunião com a Casa Civil para tratar sobre o pagamento do piso magistério e profissionais técnicos, solicitação de revisão da política de auxílio-transporte, falta de implementação do reajuste do auxílio-alimentação, a gratificação de docência e a de Unidade Escolar, foi reagendada, isso pela segunda vez. E está previsto uma audiência com a casa civil para o dia 05/04.

Eis aí em que resulta colocar peso em pressões sobre governador e o prefeito sem recorrer aos métodos da luta de classes, que são greves, ocupações, bloqueios etc.

Nossa tarefa

É necessário e urgente a organização de uma oposição à direção burocrática do sindicato. Tem crescido o descontentamento nas es-

colas com a condução do movimento pela direção do Sintero. Mas, esse descontentamento não está materializado na construção de uma oposição classista e de luta. A direção do Sintero aproveita dessa situação para implementar sua política de colaboração de classes, ou seja, os acordos traidores com o governador e o prefeito.

A Corrente Proletária tem insistido nesse trabalho de organização de uma oposição, que reúna os trabalhadores da educação classistas e que rejeitem as posições conciliadoras dos burocratas sindicais. Não se trata de uma oposição que surge nas vésperas de eleições do sindicato, porque essa se dissolve assim que acaba a eleição. Mas, sim de uma oposição que se assenta nos princípios da democracia sindical, nos métodos próprios dos trabalhadores, na unidade com os demais explorados e na defesa das reivindicações vitais.

As experiências com a política da direção do Sintero têm provocado um descrédito de uma parcela dos professores e funcionários de escolas para com o sindicato, que acaba se desfiliando. Boa parte confunde o sindicato, que é uma organização criada pelos trabalhadores, de sua direção, que está no comando do sindicato. A construção de uma oposição permite unir os descontentes com a direção do sindicato e com as medidas de ataques dos governantes. A defesa de um programa de luta oposicionista é fundamental para a construção desse instrumento de luta. Esse é o objetivo da Corrente Proletária. Participem de suas reuniões e ajudem a erguer uma Oposição classista.

São Paulo

Balanço da greve dos municipais de SP

Greve impede aprovação do regime de subsídio, mas governo impõe derrota econômica aos servidores



A greve da Educação municipal de SP, iniciada no dia 8/3, contabilizou 21 dias. A decisão pelo fim da greve foi tomada pela maioria da assembleia convocada pela Coeduc (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal, englobando Sinpeem, Sinesp e Sedin), realizada no dia 28/3. No protocolo final assinado pelo governo e pelas entidades consta uma série de promessas relacionadas à situação dos

cer um valor inicial mais elevado – é o chamado “canto da sereia”. A inflação, com anos sem reajuste (o governo concedeu 0,01%/ano entre 2015 e 2022), logo corroeu essa diferença inicial, só que agora essa camada de servidores não possui mais direito a quinquênio etc. Sem a greve, a tendência era de que a ameaça permanente do subsídio avançasse – vale lembrar que na primeira resposta do governo à pauta da greve constava uma chantagem: reajuste superior ao oferecido (2,16% de reajuste e 3,62% de abono), só com subsídio. Em outras palavras, não se pode desconsiderar o caráter defensivo desta greve.

Por outro lado, é preciso confrontar o resultado geral da mobilização com o seu potencial, avaliando a tática e os métodos empregados. Era possível conquistar muito mais. A derrota nas pautas econômica e de condições de trabalho não pode ser desvinculada da linha ditada pela direção do movimento – nesse caso, a Coeduc, principalmente o Sinpeem, que é o sindicato com maior potencial de mobilização. A política aplicada foi a da conciliação de classes, o que não é uma novidade quando se trata dessas direções. Estas impuseram desde o início que teria de ser uma greve “rápida”, devido à legislação eleitoral, determinando o limite no começo de abril, numa clara submissão às imposições da democracia burguesa. Explicando melhor: uma direção classista teria, certamente, de levar em conta essa determinação arbitrária da legislação, mas não se curvaria diante dela. A tarefa era erguer todas as forças da categoria, trabalhando para conquistar as reivindicações apesar das imposições autoritárias das direções sindicais.

readaptados e aposentados, à saúde do trabalhador, política de educação inclusiva, segurança nas escolas e sobre mudanças nas atribuições dos profissionais do Quadro de Apoio, além do compromisso de pagamento dos dias parados, mediante reposição. A questão do reajuste já havia sido encerrada após a votação do PL 155, de autoria do Executivo, na Câmara de Vereadores. O Projeto, sancionado às pressas pelo Prefeito Ricardo Nunes/MDB, determinou: o reajuste geral anual miserável de 2,16% a todos os funcionários públicos municipais; um abono complementar de 3,62% para o piso (começo da carreira) do Quadro da Educação; e um reajuste do auxílio-refeição e do vale-alimentação.

Como se vê, o resultado da greve foi de uma derrota econômica aos trabalhadores. Os demais pontos do Protocolo final também não passam de promessas. O pagamento dos dias parados já é considerado praxe entre os municipais. Porém, é preciso considerar os planos de conjunto da burguesia e do governo do direita Nunes, que envolviam principalmente a conversão do regime de salários para o de subsídios. A mudança aparenta ser somente de nomenclatura, mas não é, pois implica eliminar direitos históricos dos trabalhadores, como os quinquênios, a sexta-parte e ganhos de carreira. A Prefeitura já conseguiu migrar praticamente todo o funcionalismo para esse novo regime, restando apenas a Educação, auditores fiscais e os procuradores municipais. Um dos expedientes utilizado pelo governo para conseguir a mudança em massa do funcionalismo foi ofere-

Outro aspecto foi o corporativismo e o divisionismo da Coeduc. Esta frente foi formada em choque com as posições do chamado Fórum de Entidades, que congrega os demais sindicatos do funcionalismo municipal, incluindo o Sindsep, a Aprofem, e outros. Até a greve passada, em 2023, estavam todos unidos no Fórum. Os sindicatos da Coeduc, contudo, romperam com o Fórum alegando que este defendia e tinha permitido a introdução da questão do subsídio – o que é parcialmente verdadeiro. Na verdade, trata-se de um subterfúgio. O problema do subsídio vem, pelo menos, desde 2015, e nada impediu a direção da Coeduc de realizar a unificação com as direções do Fórum em várias circunstâncias desde então. Pelo contrário, o normal era a troca de farpas entre as direções da atual Coeduc. É amplamente conhecido, por exemplo, o histórico de indisposição política entre Cláudio Fonseca (Sinpeem) e Claudete Alves (Sedin). Assimilaram os métodos da politicagem burguesa, onde os aliados de ontem viram inimigos de hoje, e vice-versa, sem qualquer justificativa plausível, oscilando de forma oportunista.

A Coeduc também utilizou como argumento para a ruptura com o Fórum o fato de a Educação possuir dotação orçamentária própria. Nesse caso, vê-se o corporativismo sem disfarces. A ideia de realizar uma unidade das entidades específicas da Educação (a sigla Coeduc enfatiza o termo “específicas”) se baseou, em grande medida, na expectativa das direções desses sindicatos de que seria possível apresentar à categoria um índice melhor de reajuste, utilizando as verbas “específicas” – ainda mais em ano eleitoral, com o prefeito tentando a reeleição. A experiência prática, que é o critério de aferição da verdade, demonstrou que estavam erradas. O governo do direitista Nunes mostrou-se intransigente. O ponto alto do corporativismo da Coeduc se deu quando silenciou sobre a punição da Justiça burguesa à greve dos servidores municipais da Saúde, uma atitude vergonhosa. Por fim, cabe citar o corporativismo da Coeduc em relação aos estaduais de SP, que estavam em mobilização e chegaram a fazer ato/assembleia no dia 15/3, portanto, durante a greve. A direção da Apeoesp, por sua vez, também desprezou o peso político que teria a unidade entre estaduais e municipais, atitude que foi seguida pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que nada fez efetivamente para projetar nacionalmente a importante greve na capital paulista.

No que se refere à derrota econômica do funcionalismo, é preciso colocar ainda o problema dos métodos de luta. A direção do movimento depositou todas as fichas no falido método da pressão parlamentar e no eleitoralismo. A ideia de “convencer” os vereadores já foi colocada à prova em todas as últimas mobilizações, como no caso das reformas da Previdência e Administrativa, resultando em sucessivas derrotas. Isso porque o Parlamento é uma instância do Estado burguês, é um instrumento de opressão dos capitalistas sobre os explorados. Os vereadores são lacaios do capital financeiro – no caso da Câmara de Vereadores de SP, a ampla maioria é da base governista, subordinados ao corrompido Milton Leite e ao prefeito direitista Nunes. Os parlamentares se movimentam não por “bons argumentos”, mas pela distribuição de verbas, pelos interesses corporativos, em suma, pela força do poder econômico. É evidente que, sob o regime da democracia burguesa, interessa aos trabalhadores assegurarem suas conquistas mediante a aprovação na forma de lei – o que, mesmo assim, nunca garantiu nada aos oprimidos, pois a classe dominante cumpre tão somente o que lhe interessa, com a certeza da impunidade.

Na base da campanha de “pressão sobre os vereadores” em frente à Câmara, pela elevação do índice miserável contido no PL 155/24, esteve a consigna eleitoreira “se votar, não volta”. Lamentavelmente, setores da oposição do Sinpeem também carregam essa responsabilidade. Na prática, essa bandeira converte a luta dos trabalhadores por suas reivindicações em trampolim eleitoral. O presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, já foi vereador e está claramente em campanha. Quer voltar à Câmara, agora pelo PCdoB – voltou a este partido após quase duas décadas, tendo passado pelo Cida-

dania (ex-PPS). As correntes da esquerda reformistas e centristas também têm os seus candidatos. O que unifica a quase totalidade delas, inclusive o PCdoB do presidente do sindicato, é a candidatura Boulos/PSOL para prefeito, que conta com a ex-prefeita Marta Suplicy como vice, a mesma que havia saído do PT para entrar no golpista MDB – diga-se de passagem, mesmo partido do prefeito Nunes – e voltou recentemente ao PT, justamente para compor a chapa com Boulos. Os discursos no carro de som durante a greve alimentaram a ilusão de que a “verdadeira” solução era “votar direito” em outubro. Constituiu-se em uma linha política contrária à greve, na medida em que minou a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças, em seus próprios métodos de luta.

A Corrente Proletária na Educação/POR percorreu o caminho contrário. Trabalhou pela vitória da greve, enfatizando a necessidade de os trabalhadores confiarem em sua força social, coletiva. Defendeu a mais ampla unidade dos trabalhadores pela base. Lutou contra o divisionismo e o corporativismo das direções sindicais, colocando a importância da unidade do funcionalismo municipal, a unidade com os estaduais, com as famílias dos estudantes, com a Educação federal – que se encontrava e ainda se encontra em mobilização – e com os trabalhadores em geral. As diferenças com as direções sindicais que no passado ou defenderam abertamente ou simplesmente capitularam diante da ofensiva governamental com a proposta do subsídio deviam ser resolvidas por meio da democracia operária. As assembleias unitárias democráticas estiveram ausentes. Durante as assembleias, a direção da Coeduc simplesmente impediu a apresentação de propostas divergentes, usando como manobra a permissão para que falassem durante os atos, ou seja, enquanto não estava instaurado a instância deliberativa. A Corrente Proletária defendeu sistematicamente nos atos e em seus panfletos e artigos para o Jornal Massas a importância de uma greve ativa, utilizando os métodos da luta de classes, ou seja, a ação direta. A verdadeira pressão se dá ao ganhar as ruas, em grandes manifestações e bloqueios de avenidas. Para isso, era fundamental que os comandos trabalhassem para ampliar a adesão à greve.

Percorrendo esse caminho, o caminho da independência de classe, da ação direta e da democracia operária, o resultado da greve teria sido outro. Era possível ir além da greve defensiva, que teve sim a sua importância, e ir além também do reajuste miserável, conquistando mais para a categoria. Está aí a importância desse balanço: os trabalhadores precisam tirar as lições fundamentais de cada luta, com a perspectiva de superar os obstáculos e fortalecer cada vez mais o movimento. É com esse objetivo que a Corrente Proletária está preparando, como sempre tem feito, um folheto mais completo de balanço desta importante experiência grevista dos municipais. O lançamento desse folheto será realizado no dia 13/4. Convidamos a vanguarda com consciência de classe que despontou nessa luta a participarem dessa atividade.

Pernambuco

Ato de 23 de Março no Recife

Enfrentar o golpismo com Independência de classe

O ato de 23 de março foi chamado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo para fazer frente ao ato bolsonarista de 25 de janeiro. Em mais um sinal de acovardamento e desestímulo a qualquer ato de rua, o governo se contrapôs aos atos. Sendo assim, o ato governista foi abandonado pelo próprio governo, levando a atos esvaziados que, no fim das contas, demonstraram fraqueza.

No Recife, a organização e convocatória ficou restrita às organizações que compõem as frentes comandadas pelo PT, PCdoB e PSOL. Causou estranhamento, por exemplo, que nem mesmo chamaram o comitê de solidariedade à Palestina para as reuniões

preparatórias. Ou seja, a pauta de combate ao genocídio do povo palestino não passou de fachada. O comitê se reuniu previamente para avaliar a participação no ato e deliberar. Expressamos a linha do POR de participar do ato, sem convocá-lo. Havia setores do comitê cujas organizações decidiram não participar do ato, como o MRT e PSTU, que defenderam a participação sem convocar, mas não estiveram presentes. O PCO e UJS e organizações vinculadas a eles votaram pela participação e convocatória. Prevaleceu a decisão de não convocar.

O ato foi vergonhosamente esvaziado, considerando a magnitude das organizações que estavam na organização. Entre uma intervenção cultural e outra, abriram espaço para as falas. As intervenções expressaram a defesa da democracia e a condenação da tentativa golpista de 08 de janeiro, organizado no interior do governo ultradireita e fascitizante de Bolsonaro. A UNE falou do quanto é jovem a democracia no Brasil, e que a juventude não conhece a história da ditadura militar. O presidente da CUT defendeu que o ato era parte de uma agenda cultural e de debates, para que a ditadura militar não se repita. Uma fala que se destacou enquanto denúncia foi de uma representante do movimento feminista, que disse que mesmo diante do governo Lula não é legalizado o aborto, e que mesmo sob a defesa da democracia, as mulheres não têm o direito de decidir sob seus corpos. Além da participação do Comitê de Solidariedade ao povo palestino, que denunciou o massacre de Israel contra a Palestina e a manutenção dos acordos comerciais entre o governo Lula e Israel. Assim, as direções das organizações de massa, estudantil e sindical, não convocaram sua base para ocupar a rua contra o que foi a Ditadura de 1964, e em resposta à ultradireita golpista. O ato teve um clima festivo, muito aquém das ações de rua necessárias para combater os avanços da ultradireita. Como convocado, foi um ato em defesa do governo Lula.

O POR montou banca, teve uma boa vendagem de materiais, panfletamos e fizemos fala. Expressamos a defesa das liberdades democráticas, salários, direitos e contra o genocídio do povo palestino. Destacamos a necessidade de unificar as greves municipais, estaduais e federais. Denunciamos a conciliação de classes e o governismo, exigindo das centrais, sindicatos e movimentos a convocação de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações.

Pronunciamento do POR

Companheiros, [vou] fazer aqui a saudação do Partido Operário Revolucionário, que também constrói o “Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco, e ressaltar que é muito importante a gente se mobilizar pela luta contra o golpismo de ontem e de hoje. O golpismo de 8 de janeiro e o golpe de 1964. É muito importante a gente se mobilizar contra o genocídio do povo palestino. Mas, a gente chama atenção de que essa luta precisa ser feita

com independência de classe, com os nossos próprios métodos de luta. Porque o governismo, a falta de independência, nunca nos ajudou a enfrentar o golpismo. Assim foi em 1964: a confiança na democracia burguesa fez com que o golpe se desse e não houvesse uma organização dos trabalhadores para impedir esse golpe. E nós pagamos com 21 anos de ditadura. Uma ditadura organizada e financiada pelo imperialismo norte-americano. O mesmo que hoje financia o genocídio do povo palestino. E a gente está num momento em que é preciso lutar por essas bandeiras, mas a gente vê que o próprio governo tem colocado panos quentes nisso. Tem falado: “não vamos lutar”; “não vamos falar mais da ditadura de 1964”; “não vamos remoer o passado”.

Como não remoer o passado, se ele continua presente? Como não remoer o passado, se ele está vivo nos generais que continuam tramando um golpe para derrubar a democracia?

E também, nós, do Partido Operário Revolucionário, dizemos que democracia sempre tem um caráter de classe. E nós não estamos aqui para defender a democracia burguesa, a democracia dos ricos, oligárquica, que é a democracia que é uma fachada. No fim das contas, continua a ser uma ditadura. A gente precisa defender a democracia operária. Por isso é muito importante que as organizações que estão aqui só com seus representantes mobilizem suas bases nas portas de fábricas, nas escolas, nas universidades. Porque é assim que a gente vai combater o golpismo. E esses trabalhadores só vão se mobilizar se a gente colocar em primeiro plano a luta pelas suas reivindicações. É a luta por um salário mínimo, que seja no mínimo o salário do DIEESE. É a luta pelo direito das mulheres de viver, o direito ao aborto.

É a luta dos estudantes pela universidade. Então, fazemos esse chamado nesse dia da luta com os nossos métodos de independência de classe.

Não vamos combater o golpismo fazendo atos puramente simbólicos. Tem de ter mobilização de massa, uma mobilização massiva. Que as centrais e os sindicatos que estão aqui presentes chamem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com bloqueios, paralisações pelas nossas reivindicações. Há uma tendência de greves. Tem aqui companheiros dos municipais, estaduais, tem greve federal.

Que a gente unifique todas essas lutas por liberdades democráticas, pelos nossos salários, direitos, revogação das contrarreformas com os nossos próprios métodos.

Pernambuco

Atos no Recife denunciam 60 anos do golpe de 64

No dia 01 de abril, sindicatos, partidos e movimentos pernambucanos se manifestaram denunciando os 60 anos do golpe militar de 1964. Houve dois atos. Um convocado pela Associação de Pressos e Anistiados Políticos (APAP), com a adesão do PSTU, PCB e PCB-RR, no memorial Jonas e Ivan, na Avenida Dantas Barreto, local onde os dois jovens estudantes foram fuzilados em 01 de abril de 1964 ao marchar contra o golpe. Cerca de 50 pessoas estiveram presentes e falas denunciaram o golpe e o silenciamento promovido por Lula. O outro ato foi convocado pela Coalizão Memória, Verdade, Justiça e reparação, pela UP e várias de suas organizações, PT, PSOL, PCdoB e mandatos parlamentares. A concentração foi no monumento tortura Nunca Mais, na Rua da Aurora. A divulgação foi de uma caminhada silenciosa. Após passar pelo local onde funcionou o DOI-CODI, a marcha se dirigiu à Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Foram feitas poucas falas, com prioridade para a deputada estadual Rosa Amorim (MST/PT) e a ex co-deputada Jô Cavalcanti (PSOL). Apesar dos vários inscritos, a organização direcionou o ato para o plenário da ALEPE, a promessa era de depois dar continuidade às falas, mas obviamente

o ato dispersou. Houve uma participação de cerca de 300 pessoas, com grande presença do MLB, especial da Ocupação Ranússia Alves, ameaçada de despejo pela reitoria da UFPE. Apesar das críticas ao governo, a linha desse ato foi de pressão para que o governo se mova à esquerda.

A divisão em dois atos, apesar das diferenças políticas, não se justificava. Se houvesse uma reunião ampla e democrática de preparação, poderia se ter chegado a uma só manifestação. Soubemos da divisão com pouca antecedência, se houvesse mais tempo poderíamos ter feito uma carta chamando à unidade. Como a divisão estava consolidada, participamos dos dois, primeiro na Apap e depois no outro. A mesma posição foi adotada pelo Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco.

Pronunciamento do POR

Boa tarde, companheiros e companheiras. Faço aqui uma saudação em nome do Partido Operário Revolucionário, lembrando

a importância da gente lutar contra o golpe de 64, denunciar os seus crimes, os assassinatos, os desaparecimentos de pessoas, as torturas e os estupros de militantes. Todos seus crimes precisam ser punidos. Mas também 60 anos depois, a gente já tem elementos suficientes para saber que a burguesia que comandou o golpe de 64, a mando do imperialismo, a mando das oligarquias agrárias, essa burguesia não vai punir os militares.

Em 60 anos não puniram, e não punem porque os militares agiram a serviço dessa burguesia. Por isso que nós não podemos acreditar que tudo não se passa de um embate entre democracia e ditadura. Como se a democracia que seguiu a ditadura de 64 a 85 não fosse uma democracia burguesa, uma democracia que tem um caráter de classe. E por ser uma democracia burguesa, por não ser uma democracia operária, ela, na sua essência, ainda é uma ditadura da burguesia. E se a gente quer ver a face ditatorial dessa democracia burguesa, basta ver a persistência da polícia militar, os assassinatos nas favelas, a sequência de crimes no campo, que não parar de acontecer, o genocídio dos povos indígenas, a exploração dos trabalhadores e a perseguição a todos aqueles que querem lutar. Dizer que entre a ditadura burguesa e a democracia burguesa há uma linha de continuidade, não significa, porém, dizer que para gente é indiferente. Pelo contrário, nós lutamos pelas liberdades democráticas. Nós combatemos todos os elementos ditatoriais. Mas a gente não pode se iludir com essa casca de democracia.

Essa ilusão esteve na base da dificuldade do povo combater o golpe de 64, vários setores do movimento estavam iludidos com o governo nacionalista burguês e que o próprio governo ia se defender. E não foi isso que aconteceu. E o golpe não foi contra João

Goulart, puramente. Foi contra o povo, foi contra os camponeses pobres, os operários, a juventude.

Por isso que precisamos combater o golpe, precisamos combater o golpismo, que volta a aparecer na política do Brasil. Que em 2016 derrubou a Dilma por meio de um impeachment e, agora, em 8 de janeiro, tentou impedir a posse de Lula. Mas, em momento algum, a gente pode combater o golpismo por meio do governo, abaixando a cabeça e acreditando na democracia burguesa. Nós vamos combater o golpismo e exigir a punição dos golpistas do passado com independência de classe, com uma estratégia própria de poder, que é o governo operário camponês. Aí sim, que é a democracia operária, que é a ditadura do proletariado.

Por isso, nós, do Partido Operário Revolucionário, nesse momento, consideramos que a melhor forma de enfrentar o golpismo é organizar a luta com independência de classe. E a classe operária, os camponeses, vão se colocar em movimento pelas suas reivindicações. Pelo salário, pelos empregos, por terra aos camponeses e aos indígenas. O caminho do enfrentamento ao golpismo, ao poder dos militares, é a independência de classe e a nossa própria estratégia de poder.

Estamos juntos na luta, denunciando os crimes da ditadura, principalmente nesse território tão importante, onde há 60 anos atrás, Jonas e Ivan foram assassinados porque estavam lutando contra o golpe. Nessa cidade do Recife, que viu Gregório Bezerra ser martirizado nas ruas de Casa Forte. E tantos outros que tombaram nessa luta. Os mártires da luta do povo têm de ser lembrados e relembrar esses mártires é continuar a luta e defender a estratégia socialista.

Rio Grande do Norte

Ato em Natal – 60 anos do golpe militar de 1964

O ato aconteceu no dia 1 de abril, na Praça Cívica. Compareceu a vanguarda sindical e dos movimentos, pois não houve empenho em convocar suas bases, além do boicote dos sindicatos dirigidos pelo PT e da CUT-RN, submetendo-se à orientação de Lula de “não remover o passado”. A pré-candidata à prefeitura do Natal, Natália Bonavides, esteve presente, mas para fazer proselitismo político de sua candidatura.

Apesar de haver uma ou outra denúncia contra a farsa da democracia burguesa, em geral as forças políticas expressaram o fortalecimento das ilusões democráticas, ao rechaçarem a ditadura militar como um acontecimento apenas do passado, na consigna “lembrar pra não esquecer” e “ditadura nunca mais”. Outros deram viva à “democracia”. Houve momentos pontuais de caráter festivo. Além disso, ocorreram muitas falas que focaram mais nas experiências individuais na condição de vítimas da ditadura do que na avaliação política em si, o que deu um tom despolitizado ao ato.

O POR interveio desmascarando a farsa da democracia como uma verdadeira ditadura de classe da burguesia, onde impõe a terceirização, as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, as torturas e os assassinatos da juventude oprimida, além da fome e miséria de milhões. Defendeu, ao contrário, a destruição do Estado burguês e sua democracia oligárquica, e a construção do Estado Operário, que nada mais é do que a Ditadura de Classe do Proletariado, por meio da revolução proletária. Apontou que o sentido não é o de apenas “lembrar pra não esquecer”, mas também o de organizar os oprimidos a partir das reivindicações elementares, com independência de classe, afirmando que é apenas por esse caminho que a maioria explorada irá se defender de qualquer ameaça golpista.



JORNAL MASSAS
ANO 36 - Nº 710 | DE 24 DE MARÇO A 06 DE ABRIL DE 2024

Adquira o Jornal Massas e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelo meios de contato:

- (11) 9 5446-2020
- massas.por
- pormassas.org
- anchor.fm/por-massas
- por@pormassas.org
- t.me/massas_por

60 anos do golpe militar de 1964
Condenar a ditadura militar lutando contra as tendências golpistas da ultradireita encarnada por Bolsonaro e seus generais
SOMENTE O PROLETARIADO NO PODER COLOCARÁ FIM À DITADURA DE CLASSE DA BURGUESIA SOBRE A MAIORIA OPRIMIDA
Fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, como parte da Reconstrução da IV Internacional
32 anos de dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)
A luta de Trotsky contra o restauracionismo estalinista

Nesta edição:

Paletina - Seis meses de guerra contra palestinos da Faixa de Gaza
 - Agrava-se a guerra na Faixa de Gaza
 - Ato em Defesa da Paletina em Santo André
 - Ato em São Paulo: Romper o imobilismo das direções sindicais e populares

Argentina - A crise econômica-política e luta de classes na Argentina
 - Derrotemos o desmonte do setor público

Chile - A politicagem burguesa a serviço da iniciativa privada

Bolívia

- 72 anos da Revolução boliviana de 1952
 - A propósito dos 72 anos da Revolução de 9 de abril de 1952
 - Folheto "A revolução de 52" (Guillermo Lora)

Trotsky - Diante da guerra na Ucrânia, a vigência das formulações de Trotsky. A independência da Ucrânia e o confusãoismo sectário
 - 32 anos da dissolução da URSS

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

**Órgão do Partido
 Operário Revolucionário**

(11) 95446-2020

Nº 14 - 4/4/2024



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Seis meses de guerra contra os palestinos da Faixa de Gaza

A maior responsabilidade pelo genocídio recai sobre os Estados Unidos

O governo e a burguesia sionista de Israel não precisam respeitar nenhuma decisão da ONU. Desconheceram a resolução sobre o cessar-fogo. O motivo de tamanho poder regional e internacional se deve aos Estados Unidos e, em especial, a Joe Biden. No Conselho de Segurança da ONU, orientou seu representante a se abster, depois de ter bloqueado várias resoluções que, de alguma forma, eram desfavoráveis ao Estado de Israel. O cinismo do presidente norte-americano é tão odioso quanto a sinceridade do primeiro-ministro de Israel. Joe Biden e Benjamin Netanyahu estão de mãos dadas na saga militar de matança de mais de 33 mil palestinos, sendo a maioria de mulheres, jovens, crianças e velhos.

A explicação de tamanho interesse dos Estados Unidos em dar carta branca ao governo de união nacional de Netanyahu para bombardear incessantemente e invadir com tanques o diminuto território de Gaza se encontra na própria autorização da ONU, de 1947-1948, para que os sionistas, já implantados na Palestina, erguessem um Estado à custa da expropriação do povo palestino, pela força do capital financeiro e das armas.

O fim do império Otomano, com a vitória dos aliados sob a hegemonia da Inglaterra, concluiu com uma partilha e definição de fronteiras, sem que fossem a necessidade e a vontade dos árabes. Nessas condições de dominação imperialista, se plantou a semente do sionismo, concebida bem antes da Primeira Guerra. Mas, germinou e deu nascimento ao Estado sionista após a Segunda Guerra, que promoveu uma nova partilha do mundo, agora não mais sob a hegemonia inglesa.

Os Estados Unidos emergiram definitivamente como uma potência hegemônica inigualável na história do capitalismo. O po-

derio norte-americano facultou que o movimento sionista se impusesse como força colonialista na Palestina e no Oriente Médio. Não se pode, no entanto, omitir a contribuição do regime de Josef Stalin. Fez parte das negociações entre os vencedores da guerra a implantação do Estado sionista de Israel, que resultou em aprovação na ONU. A URSS estalinizada já não existe desde 1991, mas a responsabilidade do governo do regime de Stalin não tem como ser apagada. Evidentemente, a posição da delegação da ex-URSS de um Estado multinacional se esmaeceu diante das determinações da coligação imperialista vencedora, que previa dois Estados.

De 1945 em diante, os Estados Unidos ganharam terreno em seu domínio mundial. As guerras que se desencadearam entre o poder sionista e os árabes foram alimentadas e garantidas pelos Estados Unidos, que não poderiam permitir uma derrota do Estado sionista e o seu desmoronamento.

Os países árabes que reagiram com as armas ao avanço territorial do domínio sionista enfrentaram, em última instância, o poderio hegemônico dos Estados Unidos. As vitórias militares das Forças de Defesa de Israel resultaram em ampliação territorial, em anexações. Ao mesmo tempo, enfraquecia e decompunha o nacionalismo panarábico. Tudo sob a guarda do imperialismo norte-americano e de sua coligação que seguia os pressupostos da "Guerra Fria", voltada a quebrar e desmoronar a maior das conquistas revolucionárias do proletariado russo e mundial, que foi a edificação da URSS.

O povo palestino foi sendo cada vez mais isolado em sua resistência de vida ou morte. A luta pela sua sobrevivência nacional nunca cessou apesar do imenso poder econômico e militar que os

Estados Unidos facultaram ao Estado sionista. Nos inúmeros embates sangrentos, que envolveram a parcela dos árabes que não cederam, sendo o mais exemplar os povos libanês, sírio, iraquiano e iemenita. Ao seu lado, com o povo iraniano, constituem a barreira nacionalista-religiosa ao completo domínio norte-americano do Oriente Médio. Inevitavelmente, se chocam com o Estado sionista expansionista.

O conflito permanente entre os palestinos e os judeus sionistas faz parte das contradições mais profundas que se potenciaram com o fim do Império Otomano, as duas partilhas e com a imposição da hegemonia norte-americana. Os Estados Unidos e aliados europeus procuraram acomodar as forças sociais e nacionais em confronto acenando com a constituição de um Estado palestino, quando a resolução da ONU já havia sido rasgada e empapada de sangue. Os Acordos de Oslo, de 1993, criaram uma ilusão sob a possibilidade de Israel admitir conter seu expansionismo colonialista. Durou pouco. Serviu para dividir os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, e para enfraquecer a resistência armada que teria de ser de todo povo palestino, isolando-a na Faixa de Gaza, que passou a ser dirigida pelo Hamas, apoiado no movimento islâmico nacionalista que não cedeu aos ditames dos Estados Unidos e do sionismo.

A farsa dos dois Estados se espatifou com o recrudescimento do cerco de Israel aos palestinos de Gaza, que resistiram à manobra do imperialismo e com a anexação progressiva de parte do território da Cisjordânia. Por seu realismo, a expressão de que a Faixa de Gaza se tornou uma “prisão a céu aberto” não teve como ser desfeita. A justificativa do governo israelense de que assim se passa porque o Estado de Israel estava com a existência ameaçada é a mesma justificativa de sempre para acobertar o sentido histórico do sionismo colonialista. As forças policiais e militares de Israel esmagaram as Intifadas. Aproveitaram o conflito para justificar maior militarização na Palestina e no Oriente Médio.

A operação militar do Hamas e outras organizações islâmicas aliadas em 7 de outubro de 2023 em solo israelense, causando mortes de civis e aprisionando reféns, resultou da profunda asfixia econômica, social e política, que se prolonga sobre a Faixa de Gaza e dos avanços da colonização na Cisjordânia imposta pela violência cotidiana.

Os Estados Unidos fizeram do Estado de Israel um enclave no Oriente Médio. Esse foi o projeto original de 1947. O que facilitou estrategicamente manter e estender a opressão nacional em todo o Oriente Médio. Não é preciso relatar a importância do petróleo e das rotas marítimas. O fundamental, na presente situação, está em compreender que os Estados Unidos se comprometeram com a destruição da Faixa de Gaza e com a matança de um povo desarmado diante do poderio militar de Israel, nas condições de agravamento da crise mundial do capitalismo. Ao mesmo tempo que encena uma divergência com o governo de Netanyahu sobre os “excessos” e levanta o espantinho de um Estado para os palestinos, financia a guerra com bilhões de dólares e com poderosas armas.

Os ataques de Israel na Síria e no Líbano – o assassinato de dirigentes do Hamas e de autoridades militares do Irã – são declarações de guerra. O bombardeio do Consulado, na Síria, e a morte de um comandante da Guarda Revolucionária do Irã poderiam transformar-se em guerra se não fosse a retaguarda americana. Os navios de guerra e as inúmeras bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio permitem a Israel atacar a Síria e o Líbano sem receio de desencadear uma guerra na região. A agressividade israelense se explica pela durabilidade da ocupação da Faixa de Gaza, sem que tenha conseguido liquidar o Hamas, objetivo fixado desde o início da guerra. Acabar com o Hamas significa se apossar do território e anexá-lo definitivamente. Não parece ser possível de realização.

O genocídio é qualificado e denunciado pela maioria dos paí-

ses, segundo o processo apresentado pela África do Sul no Tribunal de Haia, que, embora sirva ao imperialismo, não teve como rejeitar a petição. A decisão do Conselho de Segurança da ONU favorável ao cessar-fogo e a negativa de Netanyahu dificultam a diretiva de arrasar a cidade de Rafah e golpear mais amplamente a resistência do Hamas.

A gigantesca manifestação de judeus questionando o governo de Netanyahu e exigindo a convocação de eleições expressa a potenciação da crise política interna e as pressões externas, que se manifestam inclusive nas eleições norte-americanas, em que Biden é rechaçado por uma camada da juventude que se sensibiliza com a matança.

O imperialismo necessita chegar a um acordo com Netanyahu sobre como dar fim ao morticínio e permitir que os palestinos tenham um respiro. As relações dos Estados Unidos com a feudal-burguesia árabe não podem esgarçar-se nas condições em que a China tem a ganhar. E nas condições em que a guerra na Ucrânia tem pendido a favor da Rússia. Nesse sentido, o aguçamento ainda maior das tendências militaristas no Oriente Médio não é conveniente ao imperialismo norte-americano e ao imperialismo em geral.

O movimento de massas em inúmeros países – e em especial nos Estados Unidos e na Europa – exigindo o fim da intervenção sionista na Faixa de Gaza e condenando o genocídio – mostrou o caminho por onde se poderia e se pode pôr limites à ofensiva mortífera de Israel e as suas pretensões anexionistas. O rebaixamento da onda de manifestações favorece as manobras do imperialismo e permite a Israel continuar perseguindo o objetivo de liquidar o Hamas e passar a ter o controle total do território ocupado. As direções políticas vêm desativando os protestos massivos seguindo as pressões de governos e partidos que têm a ONU e o Tribunal de Haia como canais de solução da guerra. Cresceram as ilusões em torno à bandeira dos dois Estados, que, como tal, depende em última instância da vontade dos Estados Unidos e aliados europeus. Esse desvio põe em risco a luta do povo palestino pela sua real autodeterminação. É urgente superar a política conciliadora que vem deprimindo a onda mundial de luta das massas contra o genocídio e pelo direito dos palestinos à autodeterminação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) têm insistentemente colocado para o movimento a tarefa de fortalecer seu caráter de frente única anti-imperialista e se guiar pela estratégia da revolução social. A derrota do Estado sionista será a derrota dos Estados Unidos. Esse pressuposto deve estar na base da luta pela autodeterminação do povo palestino. A Palestina voltará a ser uma com o fim do domínio sionista, ou seja, do Estado sionista. A solução de dois Estados se mostrou impossível já no nascedouro, em 1948. O massacre que ainda está em andamento é a prova mais definitiva de que a possibilidade dos palestinos alcançarem uma real autodeterminação é inviável.

A brutal experiência de setenta e seis anos de opressão sionista demonstra que a vanguarda revolucionária, palestina-árabe e mundial, deve orientar a luta contra o Estado sionista e o imperialismo pela bandeira de unidade entre palestinos e judeus sob uma República Socialista, a ser conquistada no combate geral das massas oprimidas pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Pelo fim imediato da ocupação militar israelense da Faixa de Gaza!

Pela autodeterminação do povo palestino!

Pela unidade de palestinos e judeus sob uma República Socialista!

Lutar sob o programa internacionalista, pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Superar a política das direções conciliadoras!

Retomar o método proletário das manifestações massivas!



Intervenção do POR - Paletina

Agrava-se a guerra na Faixa de Gaza

Já se passaram seis meses de massacre de Israel sobre a Faixa de Gaza, 33 mil mortos, sendo 22 mil mulheres e crianças, além de 8 mil desaparecidos, também nesse período ocorreram ataques dos EUA ao Iêmen, ataques de Israel ao Líbano, a embaixada do Irã na Síria etc., mas foi no recente ataque de Israel aos carros de uma ONG de ajuda humanitária [Cozinha Central Mundial], que um sem número de jornais da burguesia passaram a declarar que as ações de Israel estão indo longe demais. Esse atentado matou 7 pessoas de diversas nacionalidades [Austrália, Grã-Bretanha, Polônia, EUA, Canadá e Paletina]. De fato, a morte de pessoas que estavam realizando apoio para alimentação de uma parte dos milhões de palestinos que passam fome neste momento, mostra a que ponto a barbárie provocada pelo Estado sionista pode chegar. A resposta de Netanyahu dizendo que isso “acontece em uma guerra”, só fez aumentar as pressões sobre seu governo.

A proibição ou complicações para a entrada de ajuda humanitária, o impedimento da criação dos corredores de fuga, a morte de diversos jornalistas e esse atentado se somam a recente votação no parlamento israelense (71 a favor x 10 contra) para fechar a rede Al Jazeera, um canal financiado pelo Qatar e que tem feito uma ampla cobertura do genocídio em Gaza. Trata-se de um conjunto de ações que visam a sufocar Gaza e obscurecer a cobertura internacional, mas que na prática tem jogado contra o governo israelense.

Na mesma semana, vimos Israel demonstrar que está disposto a transbordar a guerra das fronteiras de Gaza para outros países do Oriente Médio. O ataque ao consulado iraniano na Síria, no dia 1º de abril, é sem dúvida um fato muito grave dessa guerra. Treze pessoas foram mortas, ao menos sete militares iranianos, incluindo o general Mohammad Reza Zahedi, comandante das Forças Quds, braço da Guarda Revolucionária do Irã para ações no exterior. O presidente do Irã, Ebrahim Raisi, prometeu retaliar o bombardeio israelense, e declarou que “dia após dia, testemunhamos o fortalecimento da frente de resistência e o desgosto e o ódio das nações livres contra a natureza ilegítima (de Israel)”. Já o líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, advertiu que “o maldoso regime sionista será punido”, essas declarações vieram na sequência de grandes protestos pelas cidades iranianas pedindo uma ação de seu governo. Não é possível saber a amplitude da resposta do Irã, mas deve-se ter em conta que trata-se de um país que tem trabalhado na ampliação do seu armamento nuclear.

Tudo indica que o ataque sionista esteja a aos grupos de resistência apoiados pelo Irã, como o Hezbollah e o Houthis, que têm realizado diversos ataques a posições israelenses como forma de combater o massacre em Gaza. O Hezbollah tem atacado Israel no norte de Gaza, principalmente, e o Houtis, só no Mar Vermelho, única saída de Israel para o mar, além do Mar Mediterrâneo, fizeram ao menos 20 ataques a cargueiros de abastecimento.

Israel também bombardeou o Líbano, em pontos de atuação do Hezbollah. Já os EUA reagiram às ações do Houthis em janeiro atacando o Iêmen, o que os colocou ainda mais claramente como um protetor de Israel.

Por parte de Israel a guerra tem ganhado contornos cada vez mais sombrios. A notícia de que tem usado Inteligência Artificial em drones para matar os palestinos, sem nenhuma verificação humana de quem são os alvos, é algo que está de acordo com todo o desenvolvimento da guerra e a forma que o governo de Netanyahu, apoiado pelos EUA, decidiu agir: não deixar pedra sobre pedra na estreita faixa de terra ocupada pelos palestinos. Neste sentido, a recente retirada das tropas sionistas do maior hospital de Gaza, o Al Shifa, revelou um rastro de destruição e cadáveres que foram deixados no local.

O apoio dos EUA não foi o mesmo nesses seis meses. Passou de um apoio incondicional desde os primeiros momentos em 7 de outubro, incluindo os votos contrários ao cessar-fogo no Conselho de Segurança da ONU, até as últimas declarações hipócritas de que Israel foi longe demais e que é preciso parar essa guerra. Dizemos que é hipócrita pois segue fornecendo armamentos, suprimentos e outras tecnologias para Israel seguir bombardeando. As declarações recentes de Biden são reflexo de uma pressão internacional, por um lado, e de pressões internas, dado a proximidade das eleições, de outro.

É nesse contexto que desde o dia 30 de março parte da população israelense vem protestando nas ruas contra Benjamin Netanyahu, exigindo sua renúncia e a convocação de novas eleições. Já são as maiores manifestações em Israel desde 7 de outubro. No dia 3, um grupo de familiares dos reféns invadiu o parlamento de Israel para protestar contra a falta de solução do governo. Depois dos protestos e do ataque à ONG em Gaza, líderes da oposição também passaram a defender a renúncia imediata do primeiro-ministro e novas eleições. O governo tem reagido com força realizando diversas prisões. Não se trata, entretanto, de manifestações abertamente pró-Paletina. A tônica principal é a demora na solução do governo em relação aos reféns em poder do Hamas, mas não deixa de ser mais um elemento contrário ao desenvolvimento que a guerra vem seguindo. As manifestações têm apontado claramente que Netanyahu tem sido o principal entrave para o cessar-fogo, que inclui a libertação dos reféns. A queda de Netanyahu seria sem dúvidas um elemento progressivo em todo esse processo.

Como se vê, as últimas semanas colocaram a guerra na Paletina em um ponto decisivo. Israel, sob o comando do genocida Netanyahu, está por ampliar a guerra para outros países e destruir completamente a estrutura de Gaza, além de provocar o maior número de mortes e a fuga de milhões de palestinos. Os principais apoiadores de Israel, EUA e alguns países da Europa, jogam com o discurso humanitário, com a proteção dos civis, mas apoiam concretamente as ações através do financiamento aos sionistas. O Hamas segue resistindo como pode, apoiado por outros grupos internos e externos, como o Hezbollah e Houthis. Países do Oriente Médio como o Líbano, Síria, Irã e Iêmen são empurrados cada vez mais para a guerra. E a reação internacional das massas volta a crescer, depois de um período de refluxo. Manifestações multitudinárias foram realizadas na Jordânia, no Paquistão, onde puseram fogo em um restaurante, na Holanda, na Inglaterra, nos EUA etc.

Aqui no Brasil, as manifestações seguem pequenas e dispersas. Em São Paulo, chegou-se a aventar uma interrupção dos atos por conta do Ramadã. A ausência de manifestações que sejam organizadas a partir dos sindicatos, centrais e grandes movimentos, paralisando a produção, tem colocado o Brasil muito aquém do papel que poderia desempenhar, principalmente como forma de fortalecer a luta na América Latina. É tarefa da vanguarda com consciência de classe trabalhar para romper a passividade dessas entidades, além de romper com as ilusões de que o governo Lula possa desempenhar algum papel progressivo além das palavras. O que vimos no último período é que Lula classificou corretamente o que está acontecendo em Gaza, um genocídio, mas não foi além disso, e segue com relações econômica e militares com Israel.

FORMAÇÃO POLÍTICA





>>> Parte 1
Abertura com liderança quilombola

>>> Parte 2
Lançamento do livro da Paletina

>>> Parte 3
Balanço das campanhas salariais, greves e lutas por democracia sindical

13 DE ABRIL • 14H
Quilombo de Paratibe
João Pessoa - PB

Ato em Defesa da Palestina em Santo André

Em meio ao feriado prolongado da Páscoa, no sábado, 30 de março, Dia da Terra Palestina, ocorreu em Santo André o Ato em Defesa da Palestina. Organizada pelo Comitê Regional do ABC em Defesa da Palestina, a manifestação realizada na região central da cidade, contou com a representação de diversas entidades sindicais e estudantis e organizações de esquerda, como CUT-SP, Bancários do ABC, Sinpro-ABC, Apeoesp Subsedes SA e SBC, SinTUFABC, DA Sigma - UFABC SBC, FEPAL, MST, MRT/Faisca, POR, PT, PSOL, PSTU e UP, reunindo cerca de 70 pessoas. Nas intervenções, predominou a política humanitarista centrada na defesa do cessar fogo e da paz, com uma tônica pacifista e culturalista.

O POR interveio com suas bandeiras, cartazes, manifesto e publicações, como o recém-publicado livro da Palestina, e o Jornal Massas. Em seu pronunciamento, expôs que em seis meses de genocídio na Faixa de Gaza, as Forças Armadas do Estado sionista de Israel matou mais de 32.000 palestinos, e destruiu casas, hospitais, escolas e universidades na Faixa de Gaza. Lembrou que cristãos, muçulmanos e judeus viviam em paz na Palestina até 1948, quando, com o apoio do imperialismo e do estalinismo, foi criado o Estado sionista de Israel, raiz desse conflito. Esclareceu, assim, a falência das instituições burguesas, afirmando que a ONU é corresponsável pelo massacre e seu palavreado humanitário é incapaz de parar o aparato de guerra de Israel, deter a matança e o avanço da barbárie capitalista. Por isso, o cessar-fogo provisório aprovado recentemente pela ONU, com abstenção dos EUA, não determinou sanções/retaliação em caso de descumprimento.

Por fim, ressaltou que se trata de uma questão de classe e que o proletariado deve responder por meio do seu programa próprio. Com ação independente, enfrentar a burguesia sionista e mundial, tomando as ruas com manifestações massivas, parando a produção social, boicotando Israel. É preciso erguer o internacionalismo proletário e a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Colocou que o povo palestino só não foi exterminado por conta das manifestações gigantescas pelo mundo e que é preciso avançar na organização de atos como esse, chamando os trabalhadores desde as fábricas, locais de trabalho e estudo. Esse é o caminho para derrotar o terrorismo sionista, reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista e lutar pela autodeterminação do povo palestino, que só se materializará com a República Socialista da Palestina.

Pronunciamento da Corrente Proletária/ POR

Estamos completando seis meses de guerra contra o povo palestino, de genocídio dos palestinos, no qual as Forças Armadas de Israel já assassinaram mais de 32 mil pessoas. Destruindo casas, hospitais, escolas e universidades. Até 1948, antes da criação do Estado Sionista de Israel, cristãos, muçulmanos e judeus viviam em paz na terra



palestina. Essa guerra é resultado da fundação do Estado Sionista de Israel, um enclave na região, criado com o apoio do Imperialismo e a anuência do estalinismo, que naquele momento estava na direção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Hoje, a ONU, com seu palavreado humanitário, não tem servido para deter o aparato de guerra de Israel, deter a matança e os bombardeios na faixa de Gaza. Pelo contrário, a ONU é corresponsável pelo genocídio. O cessar-fogo provisório que foi aprovado recentemente não impôs nenhuma sanção, nenhuma retaliação caso Israel não cumprisse a determinação da ONU. E, de fato, o governo Israel afirmou que não suspenderia a operação militar e continuou com os bombardeios. Assim, esse palavreado humanitário não conseguirá deter a política genocida do Estado de Israel.

No entanto, se o Estado Sionista de Israel não liquida completamente a faixa de Gaza, foi justamente pelas gigantes manifestações que ocorreram e continuam a ocorrer por todo o mundo, principalmente no Oriente Médio, Estados Unidos e Europa. No Brasil, tem ocorrido manifestações quase que semanais, mas ainda não ganharam força de massa. Certamente, essa é a resposta que a classe operária precisa dar, uma resposta do proletariado, das massas trabalhadoras, com seu programa próprio, erguendo o internacionalismo proletário criando a Frente Única Anti-Imperialista, sob sua direção.

Nesse sentido, este ato no ABC, organizado pelos sindicatos, tem uma importância muito grande. É preciso impulsionar essa luta chamando atos em outras cidades, mobilizando outros sindicatos, organizando desde os locais de trabalho, desde as fábricas, convocando os trabalhadores, os estudantes para comparecerem.

É nesse caminho da ação independente, enfrentando a burguesia com manifestações massivas, parando a produção social, boicotando o Estado Sionista de Israel, reerguendo o Partido Mundial da Revolução Socialista, que vamos lutar pela autodeterminação do Povo Palestino, que só se materializará por meio de uma República Socialista na Palestina, como parte da tarefa histórica de pôr em pé os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Estado de Israel: Estado assassino!

Viva a luta do Povo Palestino!



LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Ato em São Paulo

Romper o imobilismo das direções sindicais e populares

Apoio efetivo ao povo palestino

O ato ocorreu no dia 31 de março. Repetiu os atos anteriores, com pequena presença dos trabalhadores e da juventude oprimida. E com a ausência da classe operária organizada, porque suas direções não têm se esforçado para impulsionar a campanha em defesa do povo palestino. O POR interveio com o Manifesto, jornal Massas e outras publicações, principalmente com a divulgação do livro sobre Palestina. Reproduzimos abaixo a fala do camarada porista.

Pronunciamento do POR

Saudações aos camaradas presentes. Camaradas, está claro o genocídio que vem sendo levado a cabo pelo Estado Sionista sobre o povo palestino. Está claro em todos os atos, como já foi mencionado aqui, que o objetivo do imperialismo, dos EUA, que financiaram desde o início o Estado de Israel, é o de expulsar os palestinos e ocupar suas terras. Esse é o objetivo da guerra na Faixa de Gaza. As declarações dos comandantes do exército sionista confirmam, quando ordenam que os soldados “matem todos em Gaza, até os bebês. São as mulheres que criam terroristas”. Por isso, está claro, camaradas, que não podemos ter nenhuma ilusão de que é possível a defesa de dois Estados na Palestina, porque o objetivo do Estado Sionista é o de colocar fim aos palestinos. Para isso, conta com o apoio econômico e militar dos Estados Unidos. Daí a importância de levantar a Frente Única Anti-imperialista, com os métodos próprios da classe operária, para expulsar o imperialismo e destruir o Estado sionista. Somente o proletariado, a classe operária, unida no Oriente Médio e na Palestina, poderá colocar fim, por meio da revolução proletária, o massacre, o genocídio e a colonização sionista nas terras palestinas. Não existe nenhuma outra saída. O método é o da revolução proletária, é o da insurreição armada. E não

podemos aceitar aqueles que se dizem defensor da Palestina, mas que não defendem a resistência armada de todo povo palestino. O POR apoia a resistência do Hamas, o que não significa o apoio à sua política nacional-religiosa.

Aqui no Brasil, camaradas, temos um exemplo claro, de que não podemos ter nenhuma ilusão no governo burguês de Lula. Estamos vendo Lula abraçado com o imperialismo, fornecendo armas que são fabricadas aqui, para o genocídio do povo palestino. Lula e potências imperialistas criam a ilusão de que é possível dois Estados na Palestina, como foi aprovado na ONU. Não! Os países imperialistas estão pela vitória de Israel, portanto pelo genocídio dos palestinos, embora em palavras façam discursos humanitários. O Brasil é uma semicolônia do imperialismo. Sua economia é ditada pelos interesses das potências e das multinacionais. A classe operária está sendo atacada, fábricas estão sendo fechadas, como ocorreu recentemente com o fechamento da Basf e da Toyota no ABC. A Avibras, que produz armamentos bélicos, está sendo vendida para uma empresa australiana. Como se vê, o entreguismo é total com esse governo burguês de Lula.

É nossa tarefa trabalhar para unificar a classe operária, única classe capaz de colocar abaixo o imperialismo. A bandeira de frente única anti-imperialista responde à tática revolucionária para combater o imperialismo que massacra o povo palestino e defender a sua autodeterminação, como também combater a subjugação das nações oprimidas, como é o caso do Brasil. A defesa da independência de classe e o programa próprio de reivindicações dos trabalhadores permite unir os explorados e praticar uma solidariedade efetiva aos palestinos. O POR levanta a bandeira de uma República socialista na Palestina e a constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como única saída para unir árabes (palestinos) e judeus contra as guerras de dominação.

Argentina

A crise econômica-política e luta de classes na Argentina

Publicamos a seguir a orientação do POR da Argentina para as manifestações de 3 de abril. Em 20 de dezembro, os protestos massivos indicaram a resistência dos explorados às medidas antinacionais e antipopulares do governo ultradireitista de Javier Milei. Em seguida, nos dias 22 e 27 de dezembro, as manifestações confirmaram essa tendência. O movimento desembocou na greve geral de 24 de janeiro. Agora, no dia 3 de abril, milhares de funcionários públicos realizaram assembleias nos locais de trabalho, organizaram manifestações e colidiram com a repressão policial em frente ao Ministério do Trabalho. A crise na Argentina está no epicentro do desenvolvimento da crise na América Latina.

O aventureiro Milei foi elevado à presidência da República nos marcos da decomposição do nacional-reformismo peronista, que vem se dividindo e fragmentando devido à incapacidade de seus governos em enfrentar o profundo declínio do país. A ultradireita ganhou força não porque apresentasse um caminho de solução, mas porque o governo de Fernandez se mostrou impotente diante da submissão da Argentina aos credores de sua dívida externa, da gigantesca inflação, da alta concentração de riqueza nas mãos de poucos e avanço da miséria e pobreza até então desconhecidas pelos trabalhadores argentinos. Está claro que Milei trilha o caminho de uma ditadura civil, decidida a descarregar pesadamente a crise econômica sobre as costas da maioria oprimida. Essa tem sido a caracterização do POR argentino.



O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI, chama os trabalhadores latino-americanos e em todo o mundo a apoiarem ativamente a classe operária argentina e as camadas da classe média que empobrecem e se veem empurradas para a luta de massa. A derrota do plano econômico de Milei ajudará os demais trabalhadores do continente a reagirem às contrarreformas que se aplicam em todos os países.

No Brasil, o governo Lula mantém as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Aproveita que a economia ainda reage ao período recessivo da pandemia. No entanto, a perspectiva é de que a crise econômica volte a atingir as massas e levá-las à resistência. Há um descontentamento que se gesta no interior da maioria oprimida.

O CERQUI tem orientado suas seções a darem maior atenção à luta de classes na Argentina.

Abaixo publicamos a nota do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do CERQUI. No próximo jornal Massas, publicaremos o balanço mais completo que se encontra no jornal Massas 454, do POR da Argentina.

Derrotemos o desmonte do setor público Reintegração imediata de todos os demitidos!

3 de abril de 2024

Horas antes do feriado prolongado, o governo Milei lançou uma demissão massiva de funcionários públicos. Milhares de trabalhadores receberam a notícia de que seus contratos não serão mais renovados e que não comparecerão ao trabalho no primeiro dia útil de abril. O governo aproveita a condição precária de milhares de trabalhadores do setor público com contratos que são renovados periodicamente sem garantir a sua estabilidade.

Mais de 11 mil demissões já foram registradas no Estado Nacional. Só na ASNES, 1.200 trabalhadores foram demitidos após receberem telegramas. Como consequência, mais de 64 repartições em todo o país não atendem ao público. Na Secretaria do Trabalho, Emprego e Segurança Social (agora comandada pelos homens de Paolo Rocca) foram demitidos mais de 500 trabalhadores. Acompanhamos a medida de avisos massivos e simultâneos que será realizada a partir de hoje, quarta-feira, 3 de abril.

As demissões também estão avançando no setor privado, aumentando o desemprego e tornando precárias as condições de todos os trabalhadores. Devido à suspensão da construção de dois reatores nucleares, 130 foram demitidos; na construção, estima-se

que 50 mil empregos diretos já foram perdidos em dois meses. Por sua vez, os empreiteiros da Acindar já tinham suspenso pelo menos 600 trabalhadores devido à quebra na produção. A multinacional Toyota anunciou um plano para 400 aposentadorias voluntárias. A empresa terceirizada de GPS da Aerolíneas demitiu 40 trabalhadores; e assim os exemplos se multiplicam.

É por isso que a CGT e a CTA têm de convocar agora uma greve geral em resposta às demissões. Devem ser convocadas assembleias em todos os locais de trabalho, acabando com as divisões que impõem as direções sindicais. Devemos levar o conflito às ruas, com medidas que tornem visível o plano criminoso deste governo.

Derrotemos a política anti-operária deste governo!

Basta de demissões. Reintegração de todos os trabalhadores!

Fim da precarização trabalhista. Trabalho formal e estabilidade!

Defender os empregos com os métodos de luta da classe operária!

Chile

A politicagem burguesa a serviço da iniciativa privada

Os governos burgueses começaram elogiando a iniciativa privada, argumentando que o Estado capitalista é um mau administrador de todas as empresas, principalmente das estratégicas, e, conseqüentemente, privatizaram os ativos nacionais, hoje confrontados à concorrência estrangeira. Todas as empresas estatais foram privatizadas, esmagadas pela crescente competitividade, permitindo que o capital nacional fosse controlado pelo capital multinacional. É uma evidência de que o país atrasado está condenado a permanecer atrasado nessa competição desigual, razão pela qual a politicagem burguesa se contorce, mas que, pela sua natureza de classe pró-capitalista, sustenta que buscar a reestatização dos recursos seria uma medida extremista e que, portanto, passa a defender a empresa mista.

É evidentemente que, dessa forma, mantém-se a gestão privada sobre a administração pública estatal, deixando em aberto a possibilidade de que, em caso de maus negócios futuros, o Estado apoie o capital privado, concluindo que todos nós, contribuintes, continuemos pagando pelos pratos quebrados de outras pessoas, como acontece atualmente com os serviços privados de saúde, a cargo do ISAPRES, instituições que foram desacreditadas e condenadas pelos tribunais do STF, cuja sentença é a devolução de

dinheiro ilícito surrupiado por seus membros. Diante desse caso, ocorrido há muito tempo, e que essas organizações continuam enrolando reiteradamente na Justiça, hoje, os políticos burgueses

LANÇAMENTO

**Adquira já
com o
distribuidor
do Massas**

R\$ 20,00

Partido Obrero Revolucionario



EL GOLPE FASCISTA
Y LA INVIABILIDAD DE LA
VÍA PACÍFICA AL SOCIALISMO

ERCIONES MASAS - CERCI

pedem sorratoriamente que o governo lhes dê mais tempo. Na realidade, pretendem que a dívida seja esquecida. Mas o ministro do governo afirma que o povo está chateado e perdeu a paciência, porque sabe que seu dinheiro foi roubado. Os prejudicados veem impotentes que esses órgãos atrasam seus pagamentos, ignorando o que a mais alta Corte da República decidiu, em cumplicidade com a politicagem burguesa e suas instituições parlamentares.

A burocracia sindical da Usina de Huachipato, que foi privatizada no governo militar, segue este exemplo arbitrário. Os atuais proprietários da usina são: Invercap (31%), Mitsubishi (19%) e AFP (9%). Os capitalistas japoneses têm relação direta com a empresa, cuja participação remonta a 1978, quando foi inaugurada a usina de pellets de ferro de Huasco, que é abastecida com o material da mina de Colorados. Em 1987, ainda sob a ditadura militar, tornou-se 100% privada. Sua história começa em 1946 sob a razão social de Companhia de Aço do Pacífico S.A. **CONSTRUÍDA PELO GOVERNO DA FRENTE POPULAR**, governada pelo Sr. Juan Antônio Ríos. Nasceu como uma empresa mista com capital nacional da estatal CORFO que representava 33%, a Caixa Autônoma de Amortização da Dívida Pública 14%, e Acionistas Privados 53%.

Em 1950, foi inaugurada a Siderúrgica Huachipato, pela CAP Aço, incorporando atividades de mineração em jazidas de ferro, por exemplo, Algarrobo em 1959, Romeral 1971 para Cap Míning, sendo o principal fornecedor de mineração utilizada na indústria siderúrgica.

Em 2000 entrou no negócio de processamento de aço com a Novacero.

Em 2013 assinou seu primeiro contrato internacional em Hong Kong, abrindo seus negócios na Ásia.

A corporação reúne Divisões e Subsidiárias:

1. CAP Mineração com 75% das ações na produção de aço
2. ACOP AÇO 99,99% das ações, cujo processo de fundição é realizado nos altos-fornos acompanhado de calcário e carvão, resultando em um material de aço dúctil, versátil, soldável, além de ser um aço magnético e 100% reciclável.
3. NOVACERO 52% das ações, na área de processamento de aço, criando produtos finais para a indústria de construção de habitação. Faz parte da CINTAC e da INTASA, com fábricas no Chile, Peru e Argentina.

A CAP SA é uma empresa multinacional chilena, dedicada à indústria metalúrgica de mineração, que se tornou uma grande produtora mundial de ferro, fornecedora para importantes países como China, Japão e Bahrein.

A crise atual que afeta o capitalismo mundial impossibilita que Estados e governos saiam dela. A decadência enreda diretamente toda a nação no plano econômico, social e político, afetando profundamente os mais despossuídos, envolvendo países e pessoas, estas últimas sofrendo com a dupla exploração. A marginalização imposta pelo sistema capitalista de produção implica a tripla exploração, sofrida por mulheres das camadas mais baixas da sociedade, e outras da classe média, atingindo inclusive pequenos setores da burguesia.

Nosso país mantém uma sustentada decadência do emprego, desde antes da Rebelião Popular, e aprofundada pela pandemia de Covid, hoje agravada pelas guerras de ocupação da Rússia na Ucrânia e de Israel em Gaza, gerando milhares de mortes de homens, mulheres e crianças, o que afeta diretamente as economias em nível internacional. Tudo isto provoca a perda do emprego e, consequentemente, a destruição da qualidade de vida de que todo ser humano necessita, o que nos leva irredutivelmente ao desespero e à morte causados pela miséria e pela fome.

Devemos entender que nossa luta é contra a burguesia nacional e a imperialista, que deve culminar na tomada do poder pela classe operária com o objetivo de enterrar o sistema econômico baseado na privatização de todos os meios de produção. Revertendo a situação para um poder coletivo da sociedade, com a participação direta de todos os oprimidos da sociedade no planejamento de um desenvolvimento econômico, social e político de uma nova sociedade. Para isso, é necessário construir partidos operários em cada país. É de vital importância a aplicação e o conteúdo do programa operário na construção da nova sociedade em nível nacional e internacional.

Para mudar a situação atual, é necessário e urgente unificar as reivindicações nacionais e as demandas particulares de todos os setores marginalizados do Chile, em uma única luta contra o inimigo principal; que, traduzido no interesse comum, é a luta contra o imperialismo, que subjuga e esmaga toda a nação. A maioria dos oprimidos que realizaram os levantes desconfia dos políticos burgueses, aqueles que habilmente se disfarçam ou se relacionam com as burocracias sindicais, para mediar ou “resolver” um conflito imediato. Esse engano é muito comum em situações de crise, a fim de obter, no caso, um benefício político em ano eleitoral para governadores, prefeitos e vereadores. O que está claro é que nada será resolvido sem a unificação de massas oprimidas e sua luta permanente contra a burguesia, completamente decadente e apodrecida no sistema capitalista de produção.

As lutas parciais atreladas aos conflitos interburgueses desorienta as maiorias oprimidas, o que favorece a reação e os setores pró-capitalistas da burguesia contra toda a nação.

O ÚNICO CAMINHO: REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA

COM O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DA CLASSE OPERÁRIA, VAMOS CONSTRUIR O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO EM TODOS OS PAÍSES

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO CONSISTE EM RECONSTRUIR A QUARTA INTERNACIONAL PORQUE A LIBERTAÇÃO DOS POVOS SERÁ ALCANÇADA PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, A INDEPENDÊNCIA E LIBERTAÇÃO DAS NAÇÕES SÓ PODEM SER RESOLVIDAS PELO PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DA CLASSE OPERÁRIA, RECONSTRUINDO O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIAL EM TODO O MUNDO.

(Extraído do Jornal Luta Operária, nº 49, órgão do Comitê Construtor do POR no Chile)

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial



Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871



72 anos da Revolução Boliviana de 1952



O POR se ergueu como partido-programa



72 anos da Revolução boliviana de 1952

A Revolução de 1952 na Bolívia guarda uma importância particular no país e na América Latina pelo fato de estar presente o Partido Operário Revolucionário (POR), fundado em 1935. Em 1946, contribuiu para a elevação política e programática da classe operária, com a apresentação e aprovação das Teses de Pulacayo, no Congresso Extraordinário da FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia).

Lora, no livro “A Revolução Boliviana” (Análise Crítica) explica: “De 1946 a 1952 se reelabora o programa que tinha servido de base para a estruturação do POR, cujos enunciados gerais precisavam um adequado ajuste à realidade boliviana. Essa reelaboração pressupunha a assimilação crítica das lições extraídas da luta diária. O partido se transformou política e organizativamente (através de crises e cisões inevitáveis), o que não supõe que houvesse emancipado totalmente da nefasta herança deixada pelo velho POR”.

Em 1952, o POR se encontrava profundamente vinculado às lutas dos mineiros. O que lhe permitiu intervir em favor da constituição da COB (Central Operária Boliviana), em 17 de abril de 1952. Guillermo Lora, Secretário Geral do POR, considera que a COB “nasceu como organização soviética mais do que sindical e colocou a dualidade de poderes, mas paulatinamente foi identificando-se com o governo movimentista e acentuando seus traços sindicais. A importância dessa caracterização está em que a COB surge no processo revolucionário de 1952, que levou à derrocada do governo do general Mamerto Urriolagoitia.

Lora, em seu Dicionário Político, como participante ativo dos acontecimentos, relata o momento em que a crise do regime político que se agrava e se coloca na ordem do dia a derrubada da velha estrutura governamental sustentada na feudal-burguesia. Eis: “O Movimento Nacionalista Revolucionário, contando com a cumplicidade de Antonio Seleme, ministro de governo da época, projetou um típico golpe de Estado, com o qual estava comprometido o dirigente sindical Juan Lechin Oquendo. O golpe se transformou em revolução social graças à participação das massas populares e, principalmente, do proletariado, devido ao prolongamento do choque entre as Forças Armadas oficialistas e golpistas. Assim, de maneira confusa se expressou a rebelião das forças produtivas contra o poder estatal da mineração, do gamonalismo (oligarquia rural), formas da feudal-burguesia e também contra a opressão imperialista. A nação oprimida levantou-se lutando em torno às consignas centrais das Teses de Pulacayo”.

No livro “A Revolução Boliviana”, Lora faz a seguinte síntese: “Resumindo, uma série de fatores contribuiu para que a radicalização das massas, que se desemboca nas jornadas de abril de 1952, passa pelo canal do MNR. Novamente, pontualizaremos que as massas não haviam amadurecido para conseguir elevar-se até o programa trotskista, e estavam, conseqüentemente, obrigadas voltar a realizar a experiência de um novo governo movimentista”.

(...) “É o desenvolvimento dos acontecimentos, base real da experiência das classes, o fator que contribui para o amadurecimento das massas; o trabalho propagandístico não faz mais do que contribuir para que a experiência seja criticamente assimilada e de nenhuma maneira substituída”.

Esse método foi negado sistematicamente pela corrente revisionista da IV Internacional, dirigida por Michel Pablo. Potenciou a lenda de que o POR sucumbiu ao nacionalismo ao não lutar pelo poder, sob a bandeira de “Todo o poder à COB”. Armou-se um terreno de campanha contra o POR, que repete sem cessar essa falsificação histórica. Lora demonstra que “em 1954 o pablismo defendeu ao extremo que o correto seria pressionar a esquerda do MNR para que conseguisse se transformar em um novo partido operário. Partia do pressuposto de que a veloz radicalização das massas (isso quando se vivia um período inconfundível de momentâneo refluxo do processo revolucionário) não permitia, por falta de tempo, transformar o POR em um partido de massa”. Essa linha foi totalmente rejeitada pelo POR. Os pablistas constituíram uma fração liquidacionista no interior do POR. Foram derrotados e nunca conseguiram organizar um partido capaz de comprovar que suas falsificações eram verdadeiras. Em forma de balanço, Lora sintetiza: “O POR saiu vitorioso e fortalecido de uma luta contra o governo movimentista, contra a reação e o imperialismo, e contra essa caricatura de internacional trotskista, que se chama pablismo”. Guillermo Lora em vários momentos do livro “A Revolução Boliviana” reconhece erros e assinala a autocrítica. Explica como erros táticos em razão de determinadas avaliações da situação política.

Publicamos a seguir uma entrevista de Lora dada à Revista A Verdade, dos lambertistas, logo após a revolução, quando se encontrava exilado na França. É um documento que expressa resumidamente a avaliação do POR dos acontecimentos de 1952, quando ainda a revolução acabava de triunfar. Também publicamos dois capítulos do folheto “A Revolução de 1952”.



A propósito dos 72 anos da Revolução de 9 de abril de 1952

Guillermo Lora e o POR nas jornadas revolucionárias de abril de 1952

Extratos da entrevista à Revista "A Verdade" com Guillermo Lora, em 17 de abril de 1952, apenas oito dias após a revolução.

Lora explica: "O MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) é, na realidade, um partido pequeno-burguês que se apoia nas organizações de massa. Não afirmamos de forma alguma que ele possa realizar as tarefas fundamentais da revolução democrático-burguesa (destruição da grande propriedade fundiária e libertação nacional). O nosso programa diz que tais tarefas se tornam, na atual fase histórica, em tarefas da revolução proletária."

"O partido não tem ilusões sobre o anti-imperialismo pequeno-burguês, mas está profundamente empenhado em ajudar os trabalhadores e os setores explorados da classe média a encontrar o caminho revolucionário."

As massas radicalizadas nas ruas pressionavam a esquerda do MNR, a qual consideravam sua melhor expressão. A experiência ainda não permitia aos setores da vanguarda operária diferenciar os PORistas dos MNRistas do lechimismo (esquerda do MNR). O problema que se coloca é como o Partido Revolucionário deve ajudar as massas a superar a confusão.

Lora explica: "A luta diária permite-nos atualmente uma frente comum com todos os explorados de todas as tendências políticas, incluindo a do MNR. Estamos empenhado em emancipar os trabalhadores da direção pequeno-burguesa. "Não acreditamos que possa ser alcançado pelo caminho da falsificação".

Ao ser consultado se o POR está na vanguarda da luta dos trabalhadores, Lora afirma a tática para impulsionar as massas a superarem as suas ilusões no MNR da seguinte forma: "Sim, e apoia a fração da esquerda do novo gabinete. É preciso dizer que somos os únicos capazes de defender qualquer medida progressista, através da mobilização de massa. Agora devemos lutar pela nacionalização das minas, das indústrias básicas e da terra. Esta luta estará intimamente ligada à acentuação da ascensão das massas, ao comprometimento de novos setores operários na luta, para que adquira características nacionais, e, finalmente, a constituição do governo operário e camponês".

Está claro que se baseia no estado de espírito concreto das massas e na exigência do cumprimento do programa revolucionário das Teses de Pulacayo, da luta pelo salário mínimo vital, pela nacionalização das minas sob controle operário, da liquidação do latifúndio, isto é, a partir da mobilização e da luta pelo cumprimento das tarefas democráticas pendentes, que as massas trabalhadoras e os explorados em geral, dirigidos pelo seu partido, se projetam para o socialismo, para o governo operário-camponês.

"O governo de Paz Estenssoro, estrangulado por uma maioria reacionária, tem todos os traços característicos do "Bonapartismo" e oscila entre o proletariado e o imperialismo. As declarações do novo presidente não deixam dúvidas sobre a sua decisão de capitular perante os ianques e ganhar a sua confiança apresentando-se como o único capaz de controlar as massas. Não podemos excluir que, com a exacerbação da luta de massas contra a direita, essa se aliará ao imperialismo para esmagar o chamado perigo "comunista". Neste sentido, é tarefa essencial do POR atuar como um guia vigilante para evitar que as aspirações dos trabalhadores se diluam em vagas promessas ou manobras de elementos de direita. É inegável que o novo governo está atualmente sob enorme pressão da feudal-burguesia e do próprio imperialismo, que querem fazê-lo capitular ou destruí-lo. Nessas circunstâncias, o POR defende o governo com todas as suas forças e por meio da mobilização de massas. A futura vitória dos explorados impõe o dever de evitar por todos os meios a repetição de um novo "21

de Julho de 1946", que permitiu ao imperialismo capturar o movimento popular em seu benefício.

Lora termina apontando as tarefas e perspectivas do processo revolucionário aberto na Bolívia: "Não há outro objetivo senão ajudar as massas a compreender, através da sua própria experiência, a direção que pode levá-las à vitória.

Hoje, longe de cair no delírio da luta contra o MNR, batizado de "fascista" pelos pró-imperialistas, marchamos com as massas para fazer do movimento 9 de Abril o prelúdio do triunfo do governo operário e camponês."

Os detratores do POR dizem que o erro do POR foi não ter tomado o poder em Abril de 1952, o esquematismo os impede de qualquer análise da situação política então imperante.

Em Abril de 1952, as massas aglutinaram-se em torno ao MNR, depositaram nele a sua confiança e atribuíram-lhe o seu próprio programa. Impuseram-lhe autoritariamente algumas medidas revolucionárias. Os movimentistas, pequeno-burgueses, distorcem-nas com um conteúdo estranho ao programa revolucionário.

O POR, o máximo que podia fazer e o fez, era abreviar o que se passou na experiência com a ajuda de sua propaganda e de sua acirrada crítica.

(Extraído do Jornal Massas. 2783, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Publicamos abaixo dois capítulos do folheto "A Revolução de 1952", escrito por Guillermo Lora em 1984

A Revolução de 1952

CAPÍTULO V NOSSOS CRÍTICOS



O POR, seguindo a tradição bolchevique, deixa sempre por escrito o testemunho de seu pensamento e ação, de sua evolução ideológica e de sua autocrítica dos erros, bem como de sua crítica rigorosa aos seus adversários.

O marxismo, desde que penetrou nas massas, tornou-se criativo e enriquece a teoria através da assimilação crítica do que realizam. O trotskismo aparece como insubstituível nesse processo.

Repetimos, o POR em meio às massas, junto a elas, cometeu muitos erros táticos e muitos foram corrigidos autocriticamente antes mesmo que seus adversários tivessem tido a oportunidade de notá-los. Foi o que aconteceu no caso da frente única proletária. Outras vezes foi capaz de recuperar as palavras de ordem bolcheviques e dar-lhes seu verdadeiro conteúdo revolucionário, como pode ser visto através da elaboração das ideias em torno à frente anti-imperialista, como a grande tática da época atual a ser aplicada nos países atrasados, contribuição que até agora não foi compreendida pelos revolucionários do exterior.

Os críticos do POR são de todos os matizes: os que se dizem seguidores de Trotsky, os mais limitados e estúpidos, os marxistas (ou socialistas) democráticos que repudiam nosso apego ao (segundo eles) autoritarismo da ditadura do proletariado, que lhes parece ter sido completamente superada nesta época de ilimitada democracia; os nacionalistas que o acusam de ser o responsável pelo enfraquecimento dos governos burgueses anti-imperialistas, alguns nos incriminam até de não termos sabido penetrar no interior do inimigo de classe para transformá-lo em socialista; o oficialismo, os agentes do imperialismo e da iniciativa privada, acusam o POR de turvar as mentes dos operários e, assim, impedi-los de extrair silenciosamente a mais-valia com a utopia da revolução proletária.

O mais conspícuo dos nossos críticos foi ninguém menos que Laborio Justo (Quebracho), que em seu país (Argentina) não conseguiu montar um grupo moderadamente importante. Sua correta chamada de atenção sobre a validade do problema da libertação nacional na



Argentina (embora em sua análise haja uma forte inclinação estalinista) foi totalmente ofuscada por sua megalomania doentia e delirante, por seu medo físico à perseguição e, portanto, à militância. Escreve para exportação e, no seu país, chegou ao cúmulo de esconder o seu número de telefone. Sua egolatria se deleita publicando livros contra o “egocêntrico” Trotsky (ele o acusa de ter escrito “Minha Vida”, mas ele tem uma curiosa autobiografia chamada “Prontuário”) e chegou um momento em que propôs a dissolução ou destruição da Quarta Internacional para criar uma Quinta. Em suma, é um resíduo das antigas e ultrapassadas disputas intermináveis entre os grupos trotskistas argentinos.

Este senhor escreveu um livro sobre a revolução boliviana, notável pela enorme quantidade de documentação acumulada, especialmente em torno à atividade do POR, onde apresenta a bizarra tese de que em 1952 a classe operária não tomou o poder porque o trotskismo não lançou a temerária consiga oportunamente, talvez semelhante ao seu grito histérico de “morte ao imperialismo”, quando Roosevelt visitou a Argentina etc. A grave acusação, completamente infundada do ponto de vista marxista, foi repetida por todos aqueles que queriam lançar objeções ao POR boliviano, entre eles o aventureiro Nahuel Moreno, adorador da traseira do peronismo e eterno patrono de seus quatro discípulos crioulos que rondam todos os corredores imagináveis em busca de audiência.

A luta contra o revisionismo pablista, que inicialmente encontrou uma frente única de ferro na Bolívia, conseguiu estruturar sua própria facção por meio da corrupção e do suborno. O POR denunciou os inimigos do trotskismo e estes, desde então, não cessam em seus esforços para espalhar pelo mundo acusações, calúnias, lendas e tudo o que possa obscurecer a magnitude dos combatentes que deram tantas vitórias e glórias ao trotskismo internacional.

Os pigmeus, as seitas, os pequenos grupos que buscam ganhar alguma notoriedade, recorrem ao fácil expediente de reproduzir os ataques contra o trotskismo boliviano lançados por pablistas, revisionistas de todos os matizes e até nacionalistas. É o caso do quase extinto Partido Operário Internacionalista da Itália, do Workers Power da Inglaterra, dos cenáculos “espartaquistas” de diferentes lugares, muitos deles adotando uma atitude francamente provocadora.

O mais forte dos nossos adversários, o pablismo, que não teve o menor escrúpulo em atirar ao mar o programa de Trotsky para se juntar à pequena burguesia aventureira e tornar-se foquista, acabou na Bolívia, de forma lamentável, varrido pela história após a “grande e corajosa aventura” do assalto ao posto de gasolina de Villa Fátima. Nesta façanha fica sintetizado tudo o que é e pode dar o pablismo.

O trabalho que o leitor tem em mãos não é uma criação inédita, mas apenas uma sistematização da enorme quantidade de material publicado pelo POR em resposta a seus eventuais detratores. Apesar desse fato, que a honestidade intelectual nos obriga a levar em conta, eles voltam ao ataque repetidas vezes, repetindo a habitual e monótona musiquinha. A eles o nosso desprezo.

Há os pigmeus e batráquios em seu inútil esforço para alçar voo de águias. O POR surge como o paladino da revolução proletária, como o farol que concentra a atenção dos explorados e é seu guia seguro. A vitória dos explorados será a sua vitória.

O estalinismo também intensificou seus ataques nos últimos tempos. É a resposta daqueles que sangram pela ferida diante das rigorosas críticas do trotskismo à sua conduta contrarrevolucionária estando no governo. Em suma, esperemos que os acontecimentos históricos deem o seu veredicto sobre a política do Partido Operário Revolucionário.

O imperialismo e a reação usam os serviços de alguns “indigenistas” para combater o POR, que eles sabem que é o seu pior inimigo. Essas pessoas continuam repetindo uma série de calúnias e patacoadas: sustentam que defendemos que os camponeses sejam expulsos das cidades, que os trotskistas vivem nos bairros residenciais, que não falam as línguas nativas, que são gamonales e outras bobagens que não merecem comentários.

E o que dizem os supostos revolucionários? Que esquecemos a conjuntura, a tática e que olhamos apenas para a finalidade estratégica. Se a estratégia for correta, é claro que se encontrará a tática que cor-

responda a ela. A objeção aparentemente inofensiva é típica daqueles que rastejam aos pés da burguesia buscando entrar sorratamente no gabinete ministerial, que precisam justificar seu cretinismo parlamentar ou sua miserável existência.

São os que substituíram o socialismo pela democracia burguesa.

Os críticos também podem cometer erros ao julgar a conduta dos partidos e suas posições ideológicas, mas se forem marxistas, se estiverem realmente enraizados nas massas, aprenderão muito com o pensamento e a atividade de outros revolucionários. Nossos críticos deram provas de sua incapacidade orgânica de aprender com a rica experiência boliviana, única em muitos aspectos, porque eles não têm nada a ver com a classe operária ou com a revolução. Apresentam-se como messias, excessivamente subjetivistas (idealistas, como já se vê em Justo) e paternalistas. Ainda são os gringos que acreditam que podem nos colonizar política e ideologicamente. Estão completamente equivocados. Se fossem revolucionários teriam de saber tirar lições do que fizemos junto com as massas exploradas, teriam de aprender a valorizar criticamente nossas elaborações teóricas. Quem pode ensinar são aqueles que penetraram profundamente no processo revolucionário, como os trotskistas bolivianos, e não os andarilhos em busca de notoriedade, os doentes de exitismo barato.

CAPÍTULO VI

O “NACIONALISMO” DO POR

O marxismo ensina que a revolução é um fenômeno nacional por excelência, profundamente enraizado na história, nas particularidades nacionais, na economia, enfim, na cultura de um determinado país. Por isso, trata-se de um processo excepcional, único e inédito, que não pode ser exportado, copiado ou padronizado.

Esta revolução, feita pela maioria nacional, seria inconcebível sem a mediação da teoria, no nosso caso a teoria da revolução boliviana. Isso significa que o marxismo, como método, nos ajuda a conhecer uma realidade, a penetrá-la e a transformá-la, que é o que faz o partido do proletariado, um processo em que ele próprio se transforma. O conhecimento de uma realidade concreta é enriquecido pela experiência mundial da luta de classes. Esta teoria da revolução de um dado país, cuja elaboração é facilitada pela existência de documentos de valor mundial, que sistematizaram e aplicaram as leis gerais da revolução na nossa época (“Manifesto Comunista”, “Programa de Transição da Quarta Internacional” etc.), traduz-se no programa do Partido, que constitui uma assimilação crítica de toda a experiência mundial e nacional da luta de classes, o conhecimento da realidade nacional, da sua cultura, da sua história, da sua economia, da sua política, da mecânica das classes sociais etc., é a formulação da estratégia do proletariado traduzida numa fórmula governamental.

Este programa também é único, não pode ser substituído copiando o do país vizinho ou descartado com o argumento infantil de que já existem programas insuperáveis como o “Manifesto” ou o “Programa de Transição”. No caso destes últimos documentos, é preciso dizer que ainda precisam ser concretizados e aplicados a uma realidade particular; com eles se aprenderá, principalmente, o método marxista.

As seitas supostamente marxistas e trotskistas que pululam no exterior só poderão ser consideradas partidos se conseguirem elaborar programas para a revolução que pretendem liderar, até lá não passarão de cenáculos condenados a dividir, subdividir, fusionar-se e, finalmente, desaparecer sem deixar o menor vestígio. É lamentável o espetáculo de países em que se constituíram uma infinidade de grupos trotskistas há quase quatro décadas e que carecem até mesmo de tradição ideológica e política.

Trotsky, em sua biografia de Lênin, diz que o surgimento da socialdemocracia na Rússia provocou “o nascimento do marxismo russo” (não do marxismo em geral, mas de um aplicado a um país particular). As leis gerais do desenvolvimento da sociedade capitalista foram formuladas há mais de um século, mas isso não significa que sua concretização já tenha sido verificada em todos os países. O próprio Trotsky acrescenta um pouco mais adiante que: “Quão ingênua é a crença no nascimento espontâneo de ideias!” Para que o marxismo

penetre neste ou naquele meio, é necessária uma série de circunstâncias objetivas e materiais, “num determinado encadeamento e numa relação determinada”. Não se deve esquecer que as ideias são socialmente condicionadas; que “antes de se tornarem a causa dos fatos e dos acontecimentos, aparecem como sua consequência”.

Há, portanto, um marxismo boliviano, que aparece historicamente com as “Teses de Pulacayo”, momento em que emerge a vanguarda operária consciente. Esse documento sindical transformou o POR.

Quando defendemos estas ideias, que não se afastam nem um pouco do marxismo, tem-nos respondido que o POR é um “partido nacionalista” e que renega o internacionalismo. O marxismo boliviano certamente faz parte do movimento revolucionário socialista mundial, porque em nossa época nenhuma outra forma de transformação profunda da sociedade pode ser concebida.

Tampouco existe a revolução simultânea em todos os cantos do mundo, por causa da tremenda desigualdade que prevalece no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado dos diferentes países. A classe operária é internacional (é apenas uma réplica no campo social do caráter mundial da economia de nossa época), mas não pode deixar de atuar dentro das fronteiras nacionais, e será nesse campo limitado que começará a revolução proletária, destinada a se projetar internacionalmente.

Uma série de circunstâncias históricas e políticas, cuja existência deve muito ao pensamento vigoroso e revolucionário de Leon Trotsky, e quase nada à medíocre e desbotada repetição do mesmo feita pelos seus seguidores determinou que a possibilidade da revolução proletária (não estamos dizendo que ela irromperá fatalmente em determinada data) se projeta mais próxima da Bolívia do que dos outros países, pelo menos os latino-americanos. O movimento revolucionário boliviano é qualitativamente diferente do centro-americano, por

exemplo, porque foi estruturado em torno à liderança da classe operária. O correto nessas condições seria que as forças e os recursos do movimento trotskista internacional fossem projetados sobre a Bolívia, caso contrário, adota-se uma conduta contrária à revolução. Acreditamos que ninguém duvidará que a vitória do proletariado boliviano fortalecerá o movimento revolucionário mundial. Se alguém não dissesse que deixemos de trabalhar na Bolívia para ir a outro país e iniciar um movimento revolucionário, nos recusaríamos terminantemente; sabemos que a derrota no país do altiplano seria a derrota do trotskismo mundial.

A revolução boliviana pode triunfar inclusive na ausência de uma internacional revolucionária (é melhor se existir), mas sua posterior consolidação e desenvolvimento estariam seriamente comprometidos dentro da última variante: o isolamento pode causar seu fracasso ou degeneração, o que certamente não desejamos.

Queremos dizer que estamos trabalhando atualmente para erguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, que será mais facilmente estruturado com base em um poderoso partido boliviano. É uma posição infantil apontar um calendário para o desenvolvimento da revolução ou sustentar que um determinado continente ou país está predestinado a iniciar o processo de destruição do capitalismo. Não subscrevemos nenhum desses disparates. De nossa parte, quando as possibilidades estejam dadas, projetaremos nossa luta revolucionária internacionalmente.

Uma vigorosa Quarta Internacional pode ser mais facilmente estruturada com base na experiência boliviana, aprendendo com ela o que vale a pena aprender e generalizando suas lições. Por isso, é preciso contribuir para a vitória da revolução no país do altiplano.

(Extraído do Folheto “A Revolução de 1952”, Guillermo Lora”)

Trotsky e a Ucrânia

Diante da guerra na Ucrânia, a vigência das formulações de Trotsky

Dois anos da guerra na Ucrânia

No Jornal Massas 709, expusemos a posição programática de Trotsky que consta no documento “A Questão Ucrâniana”, de abril de 1939, Escritos, tomo X, 1938-1939, vol. 2, Editorial Pluma. O objetivo é o de demonstrar que a atual guerra travada em território ucraniano tem suas raízes no passado distante, quando ainda a URSS existia e se encontrava envolvida na Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, a derrocada da URSS em 1991 e a invasão da Rússia em 24 de fevereiro de 2022 à Ucrânia, nas condições de ofensiva do imperialismo e cerco da OTAN, expressam situações distintas da de 1939. No entanto, a questão da autodeterminação da nação oprimida, como é o caso da Ucrânia, tem seus fundamentos no passado. No Jornal Massas 710 analisamos o documento “A independência da Ucrânia e o confucionismo sectário”, de 30 de julho de 1939. Agora, trataremos do artigo “Os feudais democráticos e a independência da Ucrânia”, de 5 agosto de 1939.

Os feudais democráticos e a independência da Ucrânia



Depois de responder à crítica a um artigo publicado nos Estados Unidos afirmando que Trotsky se comportava como um centrista e abandonava a teoria da revolução permanente, referida à posição da IV Internacional diante da “Questão Ucrâniana”, Trotsky reage ao ataque do jornal Nova Rússia. Trata-se de um jornal dirigido por Alexander Fyódorovich Kerensky, do Partido Socialista Revolucionário Russo. Nas palavras de Trotsky: “O periódico lança pestes pelo

fato de que eu apoio sincera e totalmente a luta do povo ucraniano pela independência nacional e estatal”.

O articulista, que Trotsky caracteriza como feudal-democrático, diz que Hitler utilizaria a revolução nacional ucraniana em favor de seus objetivos. Haveria um enfraquecimento militar da URSS. Trotsky con-

sidera que o seu crítico só faltou dizer que estaria a serviço de Hitler. E que esta seria também a opinião do Kremlin. Em resumo, a defesa de Trotsky do direito à autodeterminação e separação da Ucrânia da URSS estaria de acordo com os interesses da Alemanha hitlerista.

Essa formulação desvirtuava a questão ucraniana nos marcos da opressão que sofria sob a ditadura bonapartista de Stalin. Eis a explicação: “Do ponto de vista da perspectiva histórica superior, isto é, da perspectiva da revolução socialista, seria correto subordinar durante determinado período os interesses nacionais da Ucrânia aos do proletariado internacional se entrassem em conflito”. E conclui: “A Ucrânia está estrangulada pela mesma reação bonapartista que estrangula toda a URSS e socava sua capacidade de autodefesa”. De forma que “o movimento revolucionário ucraniano dirigido contra a burocracia bonapartista é um aliado direto do proletariado internacional”.

Nesse sentido, Trotsky argumenta: “Suponhamos que a separação da Ucrânia realmente debilita a URSS. Que fazer então com o princípio democrático da autodeterminação das nações? Todo país que mantém pela força dentro de suas fronteiras uma outra nacionalidade considera que a separação desta debilitaria econômica e militarmente o Estado. Hitler anexou os tchecos e semi-anexou a Eslováquia, precisamente porque assim fortalece militarmente a Alemanha. Em que se diferencia o critério de nossos democratas do critério de Hitler? Diante do que faz a nação dos ucranianos, os democratas da Nova Rússia, seguindo o célebre Miliukov, responderiam, talvez que os ucranianos sejam ‘em parte e no geral’ iguais a uma nação, mas que depois de tudo há limites. Em outras palavras, se são uma nação, são de segunda classe, no entanto o que determina o destino da Ucrânia são os interesses da Rússia, isto é, da maior parte da Grã-Rússia. Esse é precisamente o ponto de vista dos feudalistas”.

Retomando a formulação dos bolcheviques sobre o direito à autodeterminação, Trotsky mostra como historicamente os socialistas revolucionários se comportam depois da revolução e nas condições de vigência da ditadura bonapartista de Stalin como feudais democráticos. Distintamente seria se a URSS estivesse impulsionando e servindo à revolução socialista mundial. Negar o direito de autodeterminação e separação da Ucrânia nas condições contrárias a essa perspectiva histórica, seria contrapor-se aos fundamentos programáticos do bolchevismo.

Tendo assentado o fundamento programático, Trotsky conclui: “Os clarividentes feudais democráticos se preocupam muito que Hitler chegue a utilizar no futuro a revolução nacional ucraniana. Fecham os olhos diante do fato de que Hitler já está utilizando a supressão e o desmembramento da nação ucraniana (...). A força de Hitler em geral, e em particular na Ucrânia, não reside em si mesma na inutilidade e podridão da democracia, na decomposição da Segunda e da Terceira Internacional, na vasta onda de decepção, decadência e apatia que arrasa as massas. O triunfo do movimento revolucionário em qualquer país será a marcha fúnebre de Hitler. O movimento revolucionário nacional da Ucrânia faz parte do movimento revolucionário poderoso que se está incubando molecularmente sob a casca da reação triunfante”.

Estava plenamente justificada a bandeira levantada no Manifesto “A Questão Ucraniana”, de abril de 1939, “Por uma Ucrânia Soviética de Operários e Camponeses, Unida, Livre e Independente”.

Entre 2 e 5 de setembro de 1939, quando a IV Internacional, fundada em 3 de setembro, completava um ano, Trotsky divulgou três artigos referentes ao início da Segunda Guerra Mundial, que envolvia imediatamente a Polônia e a Ucrânia. São eles: “Stalin, o comissário de Hitler”, “A Aliança Germano-Soviética” e “Quem é o culpado de ter iniciado a Segunda Guerra Mundial?”.

No primeiro, Trotsky analisa os erros de Stalin em procurar um acordo com Hitler por temor de uma ofensiva contra a URSS. Recorda: “Desde 1933 em diante, declarei continuamente na imprensa mundial que o objetivo da política exterior de Stalin era chegar a um acordo com Hitler. (...) “Resulta penosamente esclarecedor que o parlamento estalinista ratificasse o pacto germano-soviético no mesmo dia em que a Alemanha invadiu a Polônia”. (...) “(...) o pacto germano-soviético é uma aliança militar em todo o sentido da palavra, pois serve aos objetivos da guerra agressora imperialista” (...) “O pacto de não agressão, isto é, a atitude passiva diante da agressão alemã se vê coroado por um tratado de colaboração econômica em benefício da agressão”. Conclui: “É muito provável que seja aproximadamente correto o breve lapso de dois anos que prevê o plano entre a ocupação da Polônia e a ofensiva contra a União Soviética”. Previsão que se confirmou.

No segundo, Trotsky afirma: “Stalin não pode fazer a guerra com operários e camponeses descontentes e com o Exército Vermelho decapitado. Disse muitas vezes e repito agora: o pacto germano-soviético é uma capitulação de Stalin diante do imperialismo fascista com o objetivo de resguardar a oligarquia soviética”.

No terceiro, expõe o conteúdo de classe da guerra mundial. Eis: “Há guerras progressivas, justas e guerras reacionárias, injustas, independente de quem as ‘comece’. De uma perspectiva histórico científica, são guerras progressivas, justas, aquelas que servem à libertação das classes e nações oprimidas, e permitem assim avançar a humanidade. Pelo contrário, são guerras reacionárias aquelas que servem para preservar a ordem social moribunda ou para escravizar as classes trabalhadoras e as nações atrasadas ou débeis. Consequentemente, o que

reveste de importância decisiva não é quem ‘começou’, quem aparece como ‘agressor’, mas que classe dirige a guerra e em função de que objetivos históricos o faz. Se a classe oprimida ou uma nação oprimida aparecem como ‘agressores’ em prol de sua libertação, sempre apoiaremos a agressão. A tentativa de apresentar a próxima guerra como uma guerra entre a democracia e o fascismo se chocou com o curso real dos acontecimentos.” (...) “A tarefa dos autênticos representantes da classe operária e das nações oprimidas não consiste em ajudar um setor imperialista contra outro, mas fazer com que as massas trabalhadoras compreendam em todos os países o sentido reacionário da presente guerra, em elevar seu programa (federação socialista mundial de nações), e preparar-se para substituir o regime de saque pelo da cooperação internacional”.

O último escrito sobre a Ucrânia segue a essas formulações. No “Stalin, depositário interino da Ucrânia”, 18 de setembro de 1939, Trotsky denuncia os crimes da ditadura estalinista contra a Oposição de Esquerda: “Até um imbecil pode compreender agora que os julgamentos de Moscou, que serviram para destruir a Velha Guarda Bolchevique, acusando-a de colaboração com os nazistas, não passaram de uma camuflagem para ocultar a aliança estalinista com Hitler”. (...) “O Kremlin que até a pouco procurava a amizade de Varsóvia (para a trair), declarava como criminosa a bandeira de autodeterminação à Ucrânia ocidental (Galícia oriental). Os expurgos e execuções na Ucrânia soviética foram provocados fundamentalmente pelo fato de que os revolucionários ucranianos aspiravam, contra a vontade de Moscou, a libertação da Galícia da opressão polaca. Agora, o Kremlin procura dissimular sua intervenção na Polônia com um constrangedor interesse na ‘libertação’ e ‘unificação’ dos povos da Ucrânia e da Rússia branca. Na realidade, a Ucrânia soviética está mais amarrada que qualquer outra parte da União Soviética pelas ferozes cadeias da burocracia de Moscou. A aspiração de vários setores da nação ucraniana à sua libertação e à independência é totalmente legítima e intensa. Mas essas aspirações se voltam também contra o Kremlin. Se a invasão conseguir seu objetivo, o povo ucraniano se encontrará ‘unificado’, não na liberdade nacional, mas sim na escravidão burocrática. Além disso, não haverá uma só pessoa honesta que aprove a ‘emancipação’ de oito milhões de ucranianos e russos brancos ao preço da escravidão de vinte milhões de polacos! Inclusive se o Kremlin, eventualmente, organizasse um plebiscito na Galícia ocupada, ao estilo de Goebbels, não enganaria ninguém. Isso porque não se trata de emancipar um povo oprimido, mas estender o reinado da opressão burocrática e do parasitismo”.

Nossas Conclusões

Concluimos a exposição das formulações de Trotsky e, portanto, da IV Internacional, sobre a defesa do direito da Ucrânia se separar da URSS, burocratizada e parasitária sob o comando da burocracia estalinista do Kremlin. Nosso objetivo foi a de expor as raízes da guerra que hoje se desenvolve no território ucraniano, nas condições de cerco do imperialismo à Rússia, de um lado, e de resistência do Kremlin utilizando-se dos meios, métodos e conteúdo de classe da opressão nacional, de outro. Não se pode ter uma compreensão clara e acabada dessa guerra se não se estabelecer o processo de restauração capitalista que levou à liquidação da URSS.

A bandeira “Por uma Ucrânia Soviética de Operários e Camponeses, Unida, Livre e Independente” se ergue com toda força na presente situação. Essa diretriz programática é a única via para unir a classe operária ucraniana e russa contra a ofensiva do imperialismo em toda a região sobre a qual outrora se edificou a URSS e para recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução que levou à restauração capitalista. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas vem emergindo em todo o mundo, como parte da luta pela revolução social. Essa é a via para unificar a classe operária europeia em torno à bandeira da luta estratégica pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa é a via para unificar o proletariado mundial contra a barbárie imperialista encarnada pelos Estados Unidos e aliados. Essa é a via da luta pela superação da crise de direção, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

(Extraído da obra *Escritos, Leon Trotsky, Tomo XI, 1939-1940, vol. 1*)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4. No Massas 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No Jornal Massas, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No Jornal Massas 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. Agora, trataremos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

“É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”

Esse documento, de julho de 1933, expressa uma mudança de posição em relação ao objetivo até então estabelecido de a Oposição de Esquerda funcionar como uma fração, lutando pela recuperação do Partido Comunista russo e da III Internacional. Trotsky considera esgotada essa etapa, uma vez que o percurso realizado pela estalinismo e pela degeneração do Estado soviético já não havia como manter a estratégia de sua reforma e regeneração. Colocava, assim, a partir desse momento, a tarefa de construir uma nova Internacional, que seria a IV Internacional. O que implicava transformar os agrupamentos que compunham a Oposição de Esquerda em Partidos Comunistas. Tratava-se de uma revisão muito importante, diante da conclusão de que era impossível derrotar a fração estalinista por meio da luta interna e dos meios próprios do centralismo democrático.

A burocratização e os desvios do internacionalismo haviam colocado o aparato estalinista em uma situação de traição nas condições de ascenso do fascismo. Eis: “A direção de Moscou não se limitou a proclamar que a política que garantiu a vitória de Hitler foi corretíssima; proibiu toda discussão sobre o que se passou. E ninguém violou nem revogou esta vergonhosa proibição. Nada de Congressos internacionais, nada de Congressos nacionais, nada de discussões nas reuniões partidárias, nada de polêmicas na imprensa”. Tal capitulação deixava claro de que a via da política fracional já tinha cumprido o objetivo de “educar os seus quadros na base da experiência”. Trotsky expõe o método: “Devemos acrescentar que o grau de degeneração de um partido revolucionário não se pode calcular a priori, somente em base a sintomas. É indispensável verificá-lo à luz dos acontecimentos” (...) “Não há nada mais perigoso em política do que cair atado pelas próprias fórmulas que ontem foram apropriadas, mas que hoje carecem por completo de conteúdo”.

Trotsky alerta contra o pessimismo: “As causas do desmoronamento da socialdemocracia e do comunismo oficial não se devem buscar na teoria marxista, nem nos defeitos de quem a aplicaram, mas sim nas circunstâncias concretas do processo histórico. Não se trata da contraposição de princípios abstratos, mas sim da luta de forças históricas vivas, com seus inevitáveis fluxos e refluxos, com a degeneração das organizações, com o desaparecimento de gerações inteiras e com a necessidade que isso supõe de mobilizar novas forças em uma nova etapa histórica”. (...) “O novo partido se elevará por cima do velho se, por seu programa, sua estratégia, sua tática e sua organização baseando-se com firmeza nas resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, for capaz de assimilar as terríveis lições dos últimos dez anos”. A conclusão de que a degeneração irreversível do Partido Comunista e da III

Internacional não podia ser confundida com a situação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tomando-a também como irreversível. Havia, no entanto, que fundamentar: “A existência da União Soviética continua sendo, apesar da situação avançada de degeneração do Estado operário, um acontecimento de enorme importância revolucionária. Sua queda provocaria uma etapa de terrível reação que talvez duraria décadas. A luta por sua defesa, reabilitação e fortalecimento do primeiro Estado operário está insolúvelmente ligada à luta do proletariado mundial pela revolução socialista”. (...) “A ditadura da burocracia estalinista foi produto do atraso da URSS (predomínio do campesinato) e o atraso da revolução proletária no Ocidente (a ausência de partidos proletários revolucionários independentes). O domínio da burocracia estalinista provocou, por sua vez, não só a degeneração da ditadura do proletariado na União Soviética, mas também um terrível enfraquecimento da vanguarda proletária em todo o mundo. A contradição entre o papel progressivo do Estado soviético e o papel reacionário da burocracia estalinista é uma manifestação da ‘lei do desenvolvimento desigual’. Nossa política revolucionária deve tomar como ponto de partida esta contradição histórica”. (...) “Como a URSS não pode chegar ao socialismo sem que ocorra a revolução proletária no Ocidente, os bolcheviques leninistas russos, contando unicamente com suas próprias forças e sem construir uma autêntica Internacional proletária, não poderão regenerar o Partido Bolchevique, nem salvar a ditadura do proletariado”.

A análise da mudança de situação e a conclusão de que era preciso uma nova Internacional passam a alicerçar a Oposição de Esquerda desde julho de 1933: “A Oposição de Esquerda deixa de pensar e atuar como ‘oposição’. Transforma-se em uma organização independente, que traça seu próprio caminho. Não só constrói suas próprias frações nos partidos socialdemocratas e estalinistas como também realiza seu trabalho independente entre os operários sem partido e desorganizados”. Como se vê, a mudança de orientação é ditada pelas condições objetivas que evidenciavam a consolidação definitiva do estalinismo como força antioperária e contrarrevolucionária que havia levado à completa degeneração do Partido Bolchevique e da III Internacional. A construção de partidos comunistas e o trabalho voltado a constituir uma nova Internacional, no entanto, respondiam à caracterização de que era possível arrancar a URSS da direção termidoriana. O prognóstico de que “a queda da URSS provocaria uma etapa de terrível reação que talvez duraria décadas” tem uma enorme importância para o desenvolvimento histórico da revolução socialista.

(Extraído Escritos, Leon Trotsky, Tomo IV, 1932-1933, vol. 2, pág. 452)